

**LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR
MIGUEL ARRÂES - LAFEPE**

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE SAÚDE

SEI Nº 0060407848.000112/2020-46

**LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 001/2020
PROCESSO Nº044/2020
(Licitação Banco do Brasil ID Nº 835826)**

O LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRÂES - LAFEPE, sociedade de economia mista estadual, integrante da administração indireta do Estado de Pernambuco, sediada no Largo de Dois Irmãos, nº 1.117, Recife/PE, CEP. 52.171-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.877.926/0001-13, neste Edital doravante denominada simplesmente **LAFEPE**, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar às **00h00min** horas do **dia 00/00/2020, LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 001/2020, do TIPO MENOR PREÇO**, através da Agente de Licitação ou Pregoeira Lúcia Maria Araújo Lavor, designada pela Portaria nº 157/2020, datada de 02/07/2020.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A Sessão Eletrônica será realizada em sessão pública, no **modo de disputa aberto**, por meio da Internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por um Agente de Licitação do **LAFEPE**, mediante inserção de monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "**Licitações-e**", constante da página eletrônica do **Banco do Brasil S.A.**

1.3. **Início do Acolhimento das Propostas: 09h00min horas do dia 21/10/2020**

1.4. **Limite de Acolhimento de Proposta e Abertura das Propostas: 10h00min horas do dia 02/12/2020**

1.5. **Início da sessão de disputa de preços: 11h00min horas do dia 02/12/2020**

1.6. O tempo de disputa será gerenciado pelo Agente de Licitação, não podendo ser inferior a 5 (cinco) minutos, com exceção aos certames em que tenha sido classificada apenas uma proposta que poderá ser encerrado em tempo inferior, e acrescido do tempo aleatório determinado pelo sistema, nunca superior a 30 (trinta) minutos.

1.7. Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento e considerar-se-ão os dias úteis, exceto

quando for explicitamente disposto em contrário.

1.8. Ocorrendo a decretação de feriado no âmbito da sede do **LAFEPE** ou qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão remarcadas, pelo agente de licitação, para data oportuna, subsequente ao ora fixado.

1.9. Toda e qualquer informação posterior a publicação, tais como respostas a esclarecimentos, prorrogações e revogações serão disponibilizadas no site do Banco do Brasil S.A., www.licitacoes-e.com.br, na lista de documentos do processo, sendo de responsabilidade das licitantes acessá-las para obtê-las.

2. OBJETO

2.1 Constitui o objeto do presente procedimento **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA, AMPLIAÇÃO, INSTALAÇÃO E AUTOMAÇÃO DA CLIMATIZAÇÃO (HVAC) DO PRÉDIO DA COORDENADORIA PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO - P&D DO LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES S/A - LAFEPE, Recife/PE**, conforme detalhamento constante no **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I** e seus apensos.

2.2 Na execução do objeto a foram extraídos por meio da composição dos custos unitários estabelecidos na forma dos serviços e insumos diversos descritos nas tabelas de preços oficiais de conhecimento público data base de Maio/2020, conforme descrito no **item 8.2 do TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I**.

3. REGIME DE CONTRATAÇÃO, PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO, SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO, RECURSOS FINANCEIROS E DOS PREÇOS.

3.1. A contratação do objeto desta Licitação será **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, conforme detalhamento contido no **subitem 12.4 do TERMO DE REFERÊNCIA- ANEXO I**.

3.2. O prazo de vigência do contrato será de 09 (nove) meses já incluso o prazo de execução que será de 06 (seis) meses conforme os **subitens 7.1 e 7.2** e o de recebimento provisório e definitivo, conforme estabelecido nos **subitem 13. do TERMO DE REFERÊNCIA- ANEXO I**.

3.3. A excessão dos contratos celebrados sob o regime de contratação integrada, os demais contratos poderão ser alterados, mediante a formalização de termo aditivo, nos casos previstos no art 180 de RILC, ficando desde logo vedada à celebração de aditivo, decorrentes de eventos supervenientes, alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da contratada.

3.4. Serão permitidas a **subcontratação parcial** do objeto desta licitação, bem como a **formação de consórcio**, conforme especificações contidas nos **itens 23 e 24 do TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I**.

3.5. Os recursos destinados para a presente licitação são Próprios do **LAFEPE**.

3.6 DOS PREÇOS

3.6.1 O preço máximo admitido para a execução deste serviço é **R\$ 3.573.365,60 (três milhões, quinhentos e setenta e três mil, trezentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos)**, **TERMO DE REFERÊNCIA- ANEXO I**.

3.6.1.1 O preço total e os preços unitários devem ser iguais ou menores que os valores orçados pelo **LAFEPE**, sob pena de desclassificação.

3.6.1.2 Na falta dos preços unitários nas tabelas oficiais deverá ser apresentada Composições de Preço Unitário que possuam insumos adequados para o Estado de Pernambuco, no que tange os custos dos insumos, mão de obra e as respectivas leis sociais.

3.6.1.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto

4. SUPORTE LEGAL

4.1. Dentre outras, a legislação que regula esta licitação e os documentos que a instruem são os seguintes:

- Lei nº 13.303 de 30/06/2016 - Estatuto Jurídico das Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista;
- Lei Estadual nº 12.525 de 30/12/2003 - Estabelece normas especiais relativas aos procedimentos de licitação e contratação na Administração Pública Estadual;
- Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios do **LAFEPE** - RILC, aprovado pelo Conselho de Administração, em 20/06/2018 e publicado no site do **LAFEPE** em 29/06/2018, com vigência a partir de 01/07/2018, disponível no site www.lafepe.pe.gov.br, na aba transparência.
- Lei nº 8.078 de 11/09/1990 - Código de Defesa do Consumidor;
- Lei Estadual nº 16.559 de 15/01/2019 - *Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco*.
- Lei nº 8.137 de 27/12/1990 - Crime Contra a Ordem Econômica e Relações de Consumo;
- Lei Federal nº 8.429 de 02/06/1992 - Lei de Improbidade Administrativa;
- Lei Complementar 123 de 14/12/2006 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e alterações.
- Decretos Estaduais, **no que couberem**
- Edital e seus anexos

5. DA SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

5.1 Qualquer cidadão e qualquer pessoa jurídica pode pedir esclarecimentos e impugnar o edital no prazo de até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a ocorrência do certame, devendo a entidade responder à impugnação, motivadamente, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a ocorrência da disputa, nos termos do RILC e do §1º do art. 87 da Lei Federal nº 13.303/2016.

5.2 As solicitações de esclarecimentos/impugnações referentes ao processo licitatório deverão ser enviadas ao Pregoeiro no endereço contido no preâmbulo deste Edital podendo **facultativamente** ser encaminhado para o e-mail: cpl@lafepe.pe.gov.br. O **LAFEPE** disponibiliza também os seguintes números telefônicos para contato: (81) 3183-1104/1160/1192/1229.

5.2.1 Caso a impugnação ao Edital seja interposta através da internet, esta deverá ser carreada como anexo do e-mail, com arquivo em formato Portable Document Format (extensão .pdf) e devidamente assinada pelo representante legal da pessoa jurídica impugnante, com a respectiva comprovação dos poderes, **sob pena de não conhecimento.**

5.2.2 No **assunto** do e-mail deverá constar a **identificação do processo licitatório** em questão e o termo **“PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS”** ou **“IMPUGNAÇÃO”**. Tomando-se por exemplo: **“Processo Licitatório nº XXX/2020 - PEDIDO DE ESCLARECIMENTO”** ou **“Processo Licitatório nº XXX/2020 - IMPUGNAÇÃO”**, conforme o caso.

5.2.3. As respostas serão encaminhadas por e-mail ao remetente e disponibilizadas no site www.licitacoes-e.com.br / **Banco do Brasil S.A.** dentro dos prazos fixados, antes da data marcada para a sessão de abertura do certame.

5.3 Caso o pedido de esclarecimento ou de impugnação ao Edital não seja respondido nos prazos fixados, a abertura da licitação deve ser adiada ou suspensa, de modo que sejam respeitados os prazos previstos. Devendo ser publicado no Diário Oficial do Estado, Diário Oficial da União e no sítio Eletrônico oficial do **LAFEPE**, conforme o caso.

5.4 Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

5.5 O Pregoeiro não se responsabilizará por informações que não lhe forem entregues ou que forem apresentadas em desacordo com este item.

5.6 Os interessados deverão sempre consultar a caixa de mensagem e/ou aba de documentos para conhecimento de possíveis esclarecimentos de questionamentos feitos por outros interessados.

6. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DA SESSÃO

6.1. As licitantes interessadas deverão observar as datas e os horários limites previstos para acolhimento e abertura da proposta, atentando, também, para a data e horário do início da disputa, nos site www.licitacoes-e.com.br.

7. REFERÊNCIA DE TEMPO

7.1. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação.

8. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE LICITANTE SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

8.1. Poderão participar da Sessão os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

8.1.1.Independente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica a submissão a todas as condições estipuladas no edital e seus anexos, aceitando-as, sem prejuízo da observância legislação vigente inclusive a de que não emprega menor, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, bem como, as condições de habilitação previstas no instrumento convocatório.

8.2. Estarão impedidos de participar, de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

a) cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado do **LAFEPE**, conforme previsto no inciso I do art. 38 da Lei Federal nº 13.303/2016;

b) suspensão temporariamente de participar da licitação e impedidas de contratar, conforme previsto no inciso II do art. 87 da Lei 8.666/1993, desde que aplicado pelo **LAFEPE**;

c) impedidas de licitar e contratar, conforme previsto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 ou do art. 47 da Lei Federal 12.462/2011, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública;

d) proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992;

e) declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, por qualquer órgão ou entidade integrante da administração pública nacional, a prevista no art. 46 da Lei 8.443/1992, aplicada pelo Tribunal de Contas da União ou a prevista no art. 76 da Lei Estadual 12.600/2004 aplicada pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco;

f) cujo administrador seja sócio de empresa suspensão, impedida ou declarada inidônea, conforme o inciso V, do art. 38 da Lei Federal 13.303/2016;

g) constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensão, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção conforme inciso IV, do Art. 38 da Lei Federal 13.303/2016;

h) cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensão, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção, conforme inciso VII do Art. 38 da Lei Federal 13.303/2016;

i) que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de

vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea, conforme inciso VIII do art. 38 da Lei Federal 13.303/2016.

j) empresa cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste Edital;

k) empresa submissa a concurso de credores.

8.2.1. Aplica-se a vedação prevista no item 8.2:

a) À contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante, conforme inciso I, Parágrafo único, do art. 38 da Lei Federal 13.303/2016;

b) A quem tenha relação de parentesco, conforme inciso III, Parágrafo único, do art. 38 da Lei Federal 13.303/2016, até o terceiro grau civil, com:

b1) dirigente do **LAFEPE**;

b2) empregado do **LAFEPE** cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

b3) autoridade do Estado de Pernambuco, conforme art. 3º, § 1º, inc. II, alínea “c” do RILC.

c) Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com o **LAFEPE** há menos de 6 (seis) meses, conforme inciso III, Parágrafo único, do art. 38 da Lei Federal 13.303/2016;

d) Nos termos do art. 44 da Lei Federal nº 13.303/2016 é vedada a participação direta ou indireta nas licitações para obras e serviços de engenharia de:

I - de pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o anteprojeto ou o projeto básico da licitação;

II - de pessoa jurídica que participar de consórcio responsável pela elaboração do anteprojeto ou do projeto básico da licitação;

III - de pessoa jurídica da qual o autor do anteprojeto ou do projeto básico da licitação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante.

8.2.2 Nenhum licitante poderá participar desta licitação com mais de uma **PROPOSTA DE PREÇOS**.

8.3. Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, limitado a até 03 (três) empresas.

8.4. Para fins de habilitação, deverá ser apresentado o compromisso público ou particular de constituição de **CONSÓRCIO CONFORME MODELO DISPONÍVEL NO ANEXO III**, subscrito pelos consorciados, atendidas as condições previstas no Art. 51 do Decreto nº 7.581 de 11 de outubro de 2011 e aquelas estabelecidas neste Edital;

8.5. Fica vedada a participação de pessoa jurídica consorciada em mais de um consórcio e a participação isolada da consorciada, bem como de profissional em mais de uma empresa, ou em mais de um consórcio;

8.6. A pessoa jurídica ou consórcio deverá assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados;

8.7. As pessoas jurídicas que participarem organizadas em consórcio deverão apresentar, além dos demais documentos exigidos neste Edital, compromisso de constituição do consórcio, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, discriminando a Empresa Líder, estabelecendo responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados pelo consórcio;

8.8. O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitatório, até sua aceitação definitiva;

8.9. Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do consórcio, visando manter válidas as premissas que

asseguram a sua habilitação, salvo quando expressamente autorizado pelo **LAFEPE**;

8.10. Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não se constituem nem se constituirão, para fins do consórcio, em pessoa jurídica e de que o consórcio não adotará denominação própria, diferente de seus integrantes;

8.11. Os consorciados deverão apresentar, antes da assinatura do contrato decorrente desta licitação, o Instrumento de Constituição e o registro do consórcio na Junta Comercial, bem como no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, sob fundamento do art. 238 e seguintes do Regulamento Interno de Licitação Contratos e Convênio do LAFEPE, c/c art. 32, inciso II, alínea “b” da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, c/c art. 7º, inciso I, alínea “a”, art. 32, inciso II, alínea “f”, e art. 34, inciso I, do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, c/c IN DREI nº 19, de 5 de dezembro de 2013, c/c INRFB nº 1199, de 14 de outubro de 2011, c/c INRFB nº 1863, de 27 de dezembro de 2018.

8.12. A responsabilidade dos integrantes do consórcio será solidária, tanto na fase de licitação como durante a execução contratual.

8.13. Os consorciados deverão comprometer-se a apresentar, antes da assinatura do contrato decorrente desta licitação, o Instrumento de Constituição e o registro do Consórcio, aprovado por quem tenha competência em cada uma das empresas. O Contrato de consórcio deverá observar, além dos dispositivos legais e cláusula de responsabilidade solidária, as cláusulas deste Edital.

8.14. A comprovação das capacidades técnico-profissional e técnico-operacional exigidas neste Edital poderá ser efetuada, no todo ou parte, por qualquer uma das consorciadas.

9. CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

9.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar da Licitação deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País.

9.2. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer Licitação Eletrônico, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco do Brasil, devidamente justificada.

9.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.

9.4. O credenciamento do fornecedor e de seu representante, junto ao sistema eletrônico, implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes a Licitação Eletrônica.

9.5 Em caso de dificuldade junto à Instituição Financeira acima, ou na operacionalização do sistema, o fornecedor deverá entrar em contato com o Suporte Técnico, pelos telefones 4004-0001 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800 729 0001 (demais localidades); ou através do portal de compras www.licitacoes-e.com.br no item “**Introdução a Regra do jogo**” que disponibiliza uma Cartilha para fornecedores.

9.6 No caso de participação de empresas em consórcio, o credenciamento e a operação do sistema eletrônico deve ser realizada pela empresa líder do consórcio.

10. DA VISITAÇÃO DO LOCAL DO SERVIÇO

10.1. O serviço, objeto deste certame será realizado na sede do **LAFEPE**, para o qual recomendamos a vistoria ao local, por representante legal, devidamente qualificado para esse fim o qual será acompanhado por servidor indicado pelo **LAFEPE**. Para tanto, poder-se-á agendar a visita na Coordenadoria de Engenharia, Manutenção e Obras - COEMO, pelo telefone (81) 3183-1153/1178/1172 ou pelos emails: marcelo.menelau@lafepe.pe.gov.br conforme descrito no **item 33 do TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I**.

10.2. A vistoria prévia constitui condição para auxílio na confirmação das

condições em que serão realizados os serviços, bem como a verificação de eventuais quantitativos de materiais de consumo, equipamentos e utensílios, que serão utilizados durante a execução do contrato, bem como para avaliação das áreas, visto que não serão aceitas quaisquer alegações posteriores desde o conhecimento do local de intervenção para omissão de obrigações contratuais ou das exigências contidas neste documento.

10.3. A vistoria prévia representa direito do licitante e não sua obrigação, amparado pela razoabilidade, conforme se depreende do trecho do voto do Ministro Relator do Acórdão 409/2006TCU – Plenário, a saber:

"(...) as empresas que exercerem o direito de vistoria disporão de condições muito superiores para quantificação do valor do serviço, mas deve ficar à escolha da interessada decidir se prefere arcar com o ônus de tal operação ou assumir os riscos de uma avaliação menos acurada. O direito à opção é mais relevante no caso de empresas não localizadas em Brasília, para as quais os custos envolvidos sem uma vistoria in loco podem ser significativos em relação ao total do serviço.(...) Em todo caso, a empresa que decidir não realizar a vistoria e eventualmente, subestimar sua proposta estará incorrendo em risco típico do seu negócio, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar".

10.4. A vistoria prévia poderá ocorrer a partir do dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o segundo dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública.

10.5. Na opção da **não realização da vistoria**, a Empresa deverá, no ato de apresentação da documentação de habilitação para o certame licitatório, apresentar uma **DECLARAÇÃO SUBSTITUTIVA**, que pode ser apresentado no formato do **ANEXO H** do termo de referência, de que possui pleno conhecimento do local onde serão realizados os serviços e suas peculiaridades, não podendo alegar futuramente desconhecimentos das condições do local, em favor de eventuais pretensões de acréscimo dos preços propostos.

10.6. Caso a empresa opte por **realizar a vistoria**, deverá apresentar **Declaração de Vistoria**, no ato de apresentação da documentação de habilitação para o certame licitatório, conforme **ANEXO G** do termo de referência, preferencialmente em **papel timbrado da mesma e vistado pela Coordenadoria de Engenharia, Manutenção e Obras - COEMO** do **LAFEPE**, a qual a qualificará com uma cópia, que informe sobre o comparecimento e vistoria ao local onde será executado o serviço. Deve conter ainda informação de que tomou conhecimento de todos os detalhes que se farão necessários à apresentação de sua proposta.

10.7. As visitas **NÃO** serão realizadas em mesmo horário pelos interessados.

11. DA PARTICIPAÇÃO

11.1. A participação na Sessão Eletrônica dar-se-á por meio de digitação da chave e senha, pessoal e intransferível, do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

11.1.1. A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site **www.licitacoes-e.com.br**, opção "**Acesso Identificado**" e para acessar a sala de disputa a opção é "**Sala de Disputa - acesse aqui**".

11.2 Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

11.3. No caso de desconexão com o Agente de Licitação no decorrer da etapa competitiva da Licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando a agente de Licitação, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

11.4. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão da Licitação será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, disponível no site do Banco do Brasil S.A.

11.5. O registro de proposta no sistema de licitações eletrônicas implica aceitação irrestrita das condições estabelecidas no Instrumento Convocatório.

12. DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

12.1. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital e seus Anexos. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

12.2. Ao apresentar proposta e ao formular lances, a licitante concorda especificamente com a condição de o prazo de validade da proposta não poder ser inferior a 90 (noventa) dias contados da data da sessão pública da Licitação, conforme estabelecido no **item 20 do TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I**.

12.3. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, para a totalidade do **LOTE**, e neles estarem inclusas todas e quaisquer despesas, **tais como**, transportes (considerar o custo do descarregamento), impostos, seguros e tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto.

12.3.1. As propostas das licitantes poderão ser enviadas, substituídas e excluídas até a data e hora definidas em edital.

12.3.2. Após o prazo previsto para acolhimento, o sistema não aceitará a inclusão ou alteração de propostas.

13. DA CONDUÇÃO DO CERTAME

13.1. A partir do horário e do dia previstos no sistema "**licitações-e**", a agente de Licitação fará a abertura e divulgação das propostas de preços recebidas, passando a avaliar a sua aceitabilidade.

13.2. Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputas e ordenadas por valor, de forma crescente.

13.3. Havendo inoperância do sistema licitações-e por motivos alheios a vontade do **LAFEPE**, a agente de Licitação enviará mensagem às licitantes por meio do aplicativo do sistema. As licitantes deverão visualizar as mensagens clicando em "**consultar mensagens**".

13.4. A licitante, ao acessar a sala de disputa, terá a visão do melhor lance ofertado na disputa, de seu lance e da relação dos lances. O Sistema apresentará apenas o melhor lance (Lance Ofertado) de cada licitante interessada. Para a licitante visualizar essas informações deverá clicar no botão "**Detalhes Disputa**" que estará disponível no canto superior direito da tela, quando o **LOTE** estiver em disputa.

14. DA FASE DE LANCE E DA NEGOCIAÇÃO

14.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes ou seus representantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, os participantes serão informados, em tempo real, de seu recebimento, respectivo horário de registro e valor. O sistema não identificará o autor do lance aos demais participantes.

14.1.1. **Será desconsiderado o lance que NÃO atinja redução numérica de 1% (um por cento) sobre o valor do último lance válido ofertado.**

14.1.2. Será desqualificada a licitante interessada que se identificar antes do encerramento da Sessão Pública.

14.1.3. Apenas serão levados em consideração a inserção de valores numéricos correspondente a proposta de preço da licitante interessada. Todo e qualquer anexo será desconsiderado.

14.1.4. A proposta de preços de maior vantajosidade será a de **menor valor**

ofertado para execução do objeto da licitação.

14.2. A licitante poderá oferecer lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o **LOTE**.

14.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14.4. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo Agente de Licitação, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

14.5. No caso de microempresas e/ou empresas de pequeno porte ficarem com o percentual de **até 10% (dez por cento) superior ao menor preço**, será considerado empate, obedecendo aos requisitos previstos na Lei Complementar nº 123/2006. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá, se houver interesse, efetuar lance de valor inferior ao menor preço já registrado.

14.5.1. O procedimento de empate será detectado automaticamente na sala de disputa. Encerrado o tempo randômico o sistema identificará a existência da situação de empate informando o nome da empresa. Em seguida, o sistema habilitará para o Agente de Licitação o botão **“Convocar”** que permitirá a convocação da empresa que se encontra em situação de empate. Acionado o botão, o sistema emitirá nova mensagem informando para a empresa em situação de empate que deverá, em 5 (cinco) minutos ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado para o **LOTE**. Durante o período, apenas a empresa convocada poderá registrar o novo lance.

14.5.2. Não havendo manifestação da empresa, o sistema verifica se há outra situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo mais nenhuma empresa em situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao Agente de Licitação dar encerramento à disputa do **LOTE**.

14.5.3. Sendo a empresa arrematante microempresa ou empresa de pequeno porte torna sem efeito o item 14.5 e seus subitens.

14.6. Caso exista diferença de pelo menos 10% (dez por cento) entre o melhor lance e o subsequente, o sistema poderá permitir que o Agente de Licitação retome a disputa para definição das demais colocações – **o arrematante já terá sido definido**.

14.7. Para a disputa das demais colocações, o sistema reconhecerá automaticamente a diferença maior que 10% (dez por cento) e habilitará opções a agente de Licitações de **“encerra a disputa”** e **“disputar demais”**. Essa última o sistema **reconhecerá o arrematante e iniciará uma disputa com os demais licitantes**. Essa disputa estará restrita ao **segundo melhor lance da disputa, uma vez que o arrematante já foi definido**. Para encerrá-la, o Agente de Licitação acionar o tempo randômico dessa segunda disputa.

14.8. Caso haja igualdade de propostas entre licitantes, o sistema permitirá que as licitantes interessadas e empatadas possam encaminhar **propostas fechadas de desempate**, conforme estabelecido em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento.

14.9. Para tal, o Agente de Licitação deverá encerrar a disputa empatada, o que conferirá aos Licitantes Interessados e empatados o prazo de até 10 (dez) minutos para enviar suas propostas de desempate. Na sala de disputa o sistema enviará mensagem automática, informando do reconhecimento do empate e orientando os Licitantes Interessados quanto ao envio de proposta de desempate. O Agente de Licitação deverá encerrar aquela disputa para que os licitantes Interessados possam registrar suas propostas de desempate.

14.9.1. A mensagem enviada no chat ficará disponível também no histórico da disputa, após o arremate.

14.10. Após o prazo de 10 (dez) minutos depois do encerramento da disputa do **LOTE**, será habilitada a opção “**declarar arrematante**” o Agente de Licitação no resumo do **LOTE**, com o fornecedor que deu a melhor proposta já selecionada para que o Agente de Licitação apenas o confirme como arrematante.

14.11. Caso, mesmo assim, persista o empate, o sistema habilitará o Agente de Licitação a opção declarar arrematante no resumo do **LOTE** para que possam ser consideradas as demais condições estabelecidas pelo Sistema através dos seguintes critérios definidos na legislação, nessa ordem:

- I.** Disputa final, em que os Licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada em ato contínuo à classificação;
- II.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos Licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído;
- III.** Utilização de bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- IV.** Utilização de bens e serviços produzidos por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento tecnológico no País;
- V.** Sorteio

14.12. Encerrada a etapa de disputa de lances, será aberta automaticamente fase para considerações finais pelo Agente de Licitação, que poderá encerrar a disputa após as suas considerações.

14.13. As licitantes, a qualquer momento, depois de finalizado o **LOTE**, poderão registrar seus questionamentos para a Agente de Licitação, via sistema, acessando a sequência “**Relatório de disputa**” de cada **LOTE**. “**Chat Mensagens**” e “**Enviar Mensagem**”. Todas as mensagens constarão no histórico do “**Relatório de Disputa**”.

14.14. O Agente de Licitação negociará com a licitante que apresentou o lance de menor preço por meio do Sistema, enquanto o **LOTE** estiver arrematado acessando a sequência “**Relatório da Disputa**” para cada **LOTE** disputado e “**Contraproposta**” (negociação).

14.15. O sistema informará a proposta de menor preço e seu autor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

14.15.1. Quaisquer propostas que permanecerem com o valor acima do preço máximo admitido serão desclassificadas.

14.16. A verificação da conformidade será feita exclusivamente em relação à melhor proposta, promovendo-se a desclassificação daquelas que:

- I.** contenham vícios insanáveis;
- II.** não obedeçam às especificações técnicas previstas no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I**;
- III.** apresentem preços manifestamente inexequíveis ou permaneçam, após a fase de negociação, acima do orçamento estimado para a contratação, ressalvadas as hipóteses de licitação que adotem orçamento sigiloso;
- IV.** não tenham exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo **LAFEPE** ou
- V.** apresentem desconformidade do lance da proposta que obteve a primeira colocação na etapa de julgamento,

14.16.1. O agente de Licitação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada.

14.16.2. Verificada a conformidade do lance ou da proposta que obteve a primeira colocação na etapa de julgamento, ou que passe a ocupar essa posição em decorrência da desclassificação de outra que tenha obtido colocação superior, o **LAFEPE** deverá negociar condições mais vantajosas com o licitante primeiro colocado.

14.16.3 Quando a proposta do primeiro classificado estiver acima do orçamento estimado, o

Agente de Licitação deverá **negociar** com o licitante condições mais vantajosas.

14.16.4 A negociação de que trata o **subitem 14.16.3** poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, após a negociação, for desclassificado por sua proposta permanecer superior ao orçamento estimado.

14.16.5 Se depois de adotada as providências referidas nos **subitens 14.16.3 e 14.16.4** não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será fracassada a licitação.

15. DO JULGAMENTO.

15.1. A licitante deverá cotar **preço unitário e totais para cada item** que compõe o objeto. Será classificado provisoriamente em primeiro lugar na disputa o licitante que ofertar o **MENOR PREÇO GLOBAL** e terá como critério de julgamento o menor valor que for atribuído ao LOTE para a execução do serviço ou obra, atendida as especificações contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I**.

16. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO

16.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública virtual, sob pena de desclassificação da proposta, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá, em **ATÉ 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, encaminhar os **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA, PLANILHA RESUMO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E COMPOSIÇÃO DO BDI**, conforme solicitado no **item 20** do **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I**, para o e-mail cpl@lafepe.pe.gov.br.

16.2. E, ainda, **quando solicitado**, serem apresentados em original ou cópia autenticada, podendo a licitante encaminhá-las pelos Correios ou entregá-las por meio de portador, ao **LAFEPE - LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES**, no endereço Largo de Dois Irmãos, nº 1.117, Recife/PE, CEP. 52.171-010, aos cuidados do Agente de Licitação, sob pena de, em se descumprindo a exigência, vir a ser eliminação do certame. Os documentos devem estar preferencialmente dispostos na sequência ordenada neste Edital e seguindo as orientações complementares contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I** e seus anexos.

16.2.1. A PROPOSTA encaminhada pela internet, deverá ser carreada como anexo do e-mail, com arquivo em formato Portable Document Format (extensão .pdf) e devidamente assinada pelo representante legal da pessoa jurídica arrematante, com a respectiva comprovação dos poderes, **bem como**, o nome do **responsável técnico**, assinatura, o número de registro no CREA ou CAU, conforme Resolução nº 282 de 24 de agosto de 1983 do CONFEA/CREA, **sob pena de desclassificação**.

16.2.2 Os valores unitários serão considerados com até 2 (duas) casas decimais, eventualmente poderá ocorrer arredondamento para baixo. Eventuais discrepâncias entre valores grafados em algarismo e por extenso prevalecerá o valor por extenso.

16.2.3. Quando for o caso, a licitante deverá indicar, no campo Informações adicionais do sistema Licitações-e, apenas uma marca para o **LOTE**. A sua PROPOSTA encaminhada por e-mail, nos termos do **item 16.1**, deverá, indicar a mesma marca para o **LOTE** que fora anotado no sistema, sob pena de desclassificação.

16.2.4. A PROPOSTA deverá conter a descrição/especificação completa do Serviço a ser executado e demais qualificações consideradas necessárias, conforme o caso, rigorosamente de acordo com as exigências contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I** e **ANEXO B - MODELO DE PROPOSTA**.

16.2.5. No(s) preço(s) unitário(s) proposto(s) será(ão) considerado(s) incluso(s) as despesas **tais como**: encargos sociais, seguros, embalagens, fretes, cargas, descargas, tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais) que sejam devidos, em decorrência direta ou indireta do contrato a ser celebrado entre as partes, ou de sua execução e serão de inteira responsabilidade da

contratada.

16.2.6. A PROPOSTA deverá conter obrigatoriamente, sob pena de desclassificação o prazo de validade que será de no mínimo 90 (noventa) dias, da data de apresentação dos Documentos de Habilitação e das Propostas, o qual ultrapassado, sem convocação para a contratação, ficará o licitante vencedor liberado do compromisso assumido em virtude da decorrência do prazo ou será convocado para revalidá-la.

16.3. DA ESPECIFICIDADE DA COMPOSIÇÃO DE PREÇO – Detalhamento da proposta

16.3.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar, no prazo disposto no **subitem 16.1** deste Edital, deverá apresentar **ORÇAMENTO SINTÉTICO SIMPLIFICADO** conforme modelo apresentado no **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO D**, contendo os preços unitários e totais para todos os itens, assinada por **responsável técnico** da empresa, conforme previsto no **subitem 16.2.1** deste Edital.

16.3.2. O Cronograma Físico-Financeiro de execução da obra e/ou serviços é o apresentado pelo **LAFEPE** no **TERMO DE REFERÊNCIA- ANEXO E**.

16.3.3. Demonstrativos de Composição da **Bonificação e Despesas Indiretas** (BDI) da licitante, com indicação percentual incidente sobre os preços unitários apresentados, individualmente, para obras e serviços de Engenharia, conforme estabelecido no **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO F**:

16.3.3.1. Para obras e serviços de Engenharia não será aceito percentual superior a **24,52%**(sem desoneração) para serviço de engenharia e BDI Diferenciado (Fornecimento de Mat. e Equipamentos) **16,02%**, nos termos do acórdão nº 2.622/2013 – TCU – Plenário, conforme informado no **item 8.3** do **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I**.

16.3.3.2. No cálculo do BDI, não deverá incluir o custo dos seguintes tributos: IRPJ e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), administração local, mobilização/desmobilização e instalação de canteiro de obra/equipamento, nos termos da Decisão do TCU nº 325/2007 e Súmula nº 254. Deverá incluir o lucro e outros custos e despesas indiretas.

OBS. 1: Caso haja isenção de tributos, deverá ser anexada à Proposta de Preços, cópia da lei que concedeu a referida isenção.

OBS. 2: As empresas enquadradas na Lei 12.546/2011 no ato da entrega das propostas devem apresentar os orçamentos enquadrados de acordo com a legislação, observando-se o respectivo CNAE Principal.

OBS. 3:Sob pena de **desclassificação** e nos termos do Decreto Estadual nº 36.872, de 28 de julho de 2011 alterado pelo Decreto Estadual nº 38.409, de 04 de julho de 2012 e, atendendo ao Boletim de Orientação nº 019/2013 da Secretaria da Controladoria Geral do Estado os Orçamentos devem respeitar os percentuais máximos nos seguintes termos:

I -encargos sociais: 84,04% (oitenta e quatro vírgula zero quatro por cento), aplicáveis sobre o valor total dos salários da equipe, abrangendo pessoal dos níveis superior, técnico, administrativo e auxiliar;

II - custos administrativos: 20,00% (vinte por cento),aplicáveis sobre o valor da soma do total dos salários da equipe com os encargos sociais;

III- remuneração da empresa: 12% (doze por cento), aplicáveis sobre o valor total dos custos diretos e indiretos;

IV - despesas fiscais: deve-se observar o regime de apuração de lucros das empresas concorrentes, utilizando-se o percentual máximo de **9,469% (nove vírgula quatrocentos e sessenta e nove por cento)** para as empresas sujeitas à apuração pelo regime do lucro presumido e o percentual máximo de **16,62% (dezesseis vírgula sessenta e dois por cento)** para as empresas sujeitas à apuração pelo regime do lucro real, aplicáveis sobre o valor total dos custos diretos e indiretos, acrescido da remuneração da empresa,

OBS: As despesas fiscais para contratação de serviço de Engenharia Consultiva devem respeitar o percentual máximo de **9,469% (nove vírgula quatrocentos e sessenta e nove por cento)**, aplicáveis sobre o valor total dos custos diretos e indiretos acrescidos da remuneração da empresa.

16.3.3.3. A licitante ofertante do menor preço que tiver tributação diferenciada deve apresentar documentação comprobatória. Quando a empresa for optante pelo lucro real, não deverão considerar na alíquota do COFINS e do PIS, apresentado no BDI, os créditos decorrentes da legislação tributária.

16.3.3.4. Nos preços ofertados também deverão estar incluídos todos os custos diretos ou indiretos incidentes sobre a execução das obras e serviços, bem como, todas as obrigações previdenciárias e trabalhistas.

16.3.3.5. Nos preços propostos deverão estar computados todos os impostos, taxas, seguros, materiais, ferramentas, etc., bem como todas as despesas e obrigações relativas a salários, assistência médica, compromissos fiscais, equipamentos de segurança, individual e coletivo, BDI – Bonificações e Despesas Indiretas e tudo o mais que for necessário à completa execução das obras e serviços, fornecimento e instalação de materiais e equipamentos, objeto desta licitação.

16.3.4. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá enviar, em Meio Digital, as **composições unitárias de preços** para todos os itens de serviços das planilhas, contados a partir de convocação pelo Agente de Licitação, observando o prazo e orientações contidas no **subitem 16.1**, sob pena de desclassificação.

16.3.4.1. Após análise técnica da Coordenadoria de Manutenção e Obras do **LAFEPE - COEMO**, havendo divergência ou inconsistência nas **composições unitárias de preços** a empresa vencedora deverá sanar as irregularidades apontadas no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da convocação pelo Agente de Licitação sob pena de desclassificação, conforme **subitem 17.6, IV** deste Edital.

16.3.4.2. A COEMO indicará a agente de Licitação expressamente quais aspectos da proposta ou documentos apresentados junto à proposta devem ser corrigidos. Essa correção dos defeitos sanáveis não poderá importar em alteração do valor final da proposta, exceto para oferecer preço mais vantajoso para o **LAFEPE**.

16.3.5. Verificada discordância entre o preço unitário e o total de cada item, constantes da **planilha orçamentária de quantidades e preços**, - **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO C**, prevalecerá o primeiro.

16.3.6. Tratando-se o edital em referência de empreitada por preços unitários, no caso de divergências entre o orçamento apresentado pela proponente e a **planilha orçamentária de quantitativo e preços- TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO C** para efeito de análise e julgamento, será considerado a discriminação e as unidades correspondentes desta última.

16.3.7. Não serão admitidos preços diferentes para o mesmo serviço, caso isso ocorra será considerado o de menor valor. Também não serão admitidas as propostas com preços superiores aos preços unitários e/ou global do **LAFEPE**.

16.3.8. Para cada item dos serviços deverão ser consideradas todas as operações auxiliares ou complementares necessárias à sua completa execução.

16.3.9. Todas as despesas decorrentes da elaboração e apresentação da proposta correrão exclusivamente por conta da licitante, não lhe cabendo qualquer direito de indenização, em caso de revogação ou anulação desta licitação.

16.3.10. Somente serão aceitas pelo Agente de Licitação aquelas planilhas cujo modelo consta do **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I**, quando da aquisição dos documentos de licitação. Não serão considerados, para efeito de julgamento, os preços unitários fixados em outros documentos que não sejam nos modelos referidos. Não será admitida a ausência de nenhum item.

16.3.11. O Agente de Licitação, auxiliado pela COEMO, analisará se o preço é simbólico ou irrisório, de acordo com a evidenciação da inviabilidade de sua execução. O Agente de Licitação poderá formular diligências, caso julgue necessário, para apurar a viabilidade da execução, inclusive solicitar composição de preço do item a ser diligenciado. A não comprovação da empresa de possibilidade de execução do item acarretará em sua desclassificação. No caso de renúncia parcial ou total da remuneração a empresa também terá, caso o agente de Licitação solicite, de enviar de forma expressa, a citada renúncia, sob pena de desclassificação.

16.3.12. Será **desclassificada** a proponente em cuja proposta não constar **o nome do responsável técnico, assinatura, bem como o número de registro no CREA ou CAU**, conforme Resolução nº 282 de 24 de agosto de 1983 do CONFEA/CREA.

16.3.13. Quanto ao fornecimento dos materiais e equipamentos previstos em planilha, a aquisição, transporte, fretes, seguros, impostos e taxas dos mesmos, serão de inteira responsabilidade da contratada e estes só serão aceitos se forem fabricados dentro das Normas Técnicas da ABNT específica para cada material.

16.3.14. Para efeito de preenchimento do Cronograma e das planilhas de quantidades e preços a licitante **não poderá**:

16.3.14.1. Cotar preço unitário e global superior ao orçamento previamente estimado pelo **LAFEPE**, nos termos dos § 3º e 4º do art. 8º da Lei 12.462/2011, ou inexecutável.

16.3.14.2. Deixar de apresentar preço unitário para um ou mais serviços.

16.3.15.Cronograma físico - Financeiro contido no **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO E** não se admitindo parcela na forma de pagamento antecipado, observando-se as etapas e prazos de execução estabelecido neste Edital e seus Anexos.

16.3.16. O agente de Licitação reservadamente verificará a **habilitação** e a conformidade do preço global da proposta mais vantajosa em relação ao orçamento previamente estimado para a contratação, sua conformidade com os requisitos do instrumento convocatório, promovendo a **desclassificação** daquela que:

16.3.16.1. Contenha vícios insanáveis;

16.3.16.2. Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;

16.3.16.3. Apresente preços manifestamente inexecutáveis ou acima do orçamento estimado para a contratação;

16.3.16.4. Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo **LAFEPE**;

16.3.16.5. Apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

16.3.17. As propostas com preços manifestamente inexecutáveis, assim consideradas aquelas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

a. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo **LAFEPE**, ou;

b. Valor orçado pelo **LAFEPE**;

c. Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanáveis;

d. Apresentar qualquer oferta de vantagem baseada em proposta das demais licitantes ou de qualquer outra natureza, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdidos.

e . Será desclassificada a proponente cuja proposta não constar o nome do **responsável técnico**, assinatura, bem como o número de registro no CREA ou CAU, conforme Resolução nº. 282 de 24 agosto de 1983 do CONFEA/CREA.

16.3.18. O Agente de Licitação poderá promover diligência de forma a conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, podendo solicitar o auxílio técnico da COEMO.

16.3.19. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta;

16.3.20. Serão convocadas as licitantes subsequentes em ordem de classificação, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado por sua proposta permanecer acima do valor do orçamento previamente estimado.

16.3.21. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a Proposta será desclassificada.

16.3.22. Se a proposta ou lance de menor valor não atender às exigências habilitatórias, serão requeridos e avaliados pelo Agente de Licitação, a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda a este Edital.

16.4. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

16.4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

16.4.1.1 Registro comercial, no caso de empresa individual.

16.4.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, devendo ser apresentada comprovação da publicação pela imprensa da Ata arquivada, além de contemplar dentre os objetos sociais a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação.

16.4.1.3. Decreto de autorização, devidamente arquivado, quando se tratar de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, com procurador residente domiciliado no País, conforme Parágrafo Único do artigo 16 do Decreto n. 3.555/2000, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

16.4.1.4. Inscrição do ato constitutivo em cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da indicação de seus administradores;

16.4.1.5. Registro ou inscrição na entidade profissional competente (CREA/CAU).

16.4.1.6. Se for o caso, ao classificado provisoriamente em primeiro lugar do certame **DECLARAÇÃO DA LICITANTE** de que se **ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE** e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei, conforme modelo disponível no **ANEXO II**.

OBS.: A identificação de que a empresa não atende as condições de enquadramento de ME ou EPP, nos termos da Lei Complementar 123/06, implicará na desclassificação da empresa do processo licitatório. Comprovada a falsidade da declaração apresentada pela licitante, impõe-se sanção administrativa, atendido o devido processo legal e denúncia ao Ministério Público.

16.4.2. HABILITAÇÃO FISCAL

16.4.2.1. Prova de inscrição no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa

Jurídica.

16.4.2.2 Prova de Regularidade de débitos com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

16.4.2.3. Prova de Regularidade de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (RFB e da PGFN), abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

16.4.2.4 Prova de inexistência de débitos com a Fazenda Estadual do Estado do domicílio sede do licitante, através de certidão expedida pelo órgão competente e que estejam dentro do prazo de validade;

16.4.2.5. Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho. Mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A d Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, conforme disposto na Lei nº 12.440/11 a qual poderá ser emitida pelo site www.tst.jus.br.

16.4.2.6. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição. (art. 43, §1º, da LC nº 123/2006 alterada pela LC nº 155/16).

OBS 1: Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (art. 43, §1º, da LC nº 123/2006 alterada pela LC nº 155/16);

OBS 2. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 201 e seguintes do RILC do **LAFEPE**, disponível no site www.lafepe.pe.gov.br, sendo facultado à Administração convocar o licitante subsequente, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

16.4.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO- FINANCEIRA.

16.4.3.1. Certidão Negativa de falência e recuperação judicial, emitida pelo Cartório distribuidor da sede do licitante, com data de expedição inferior a 90 (noventa) dias, da data de apresentação dos Documentos de Habilitação e das Propostas, caso no documento não conste o prazo de validade.

16.4.3.2. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial referente aos processos distribuídos pelo PJE (**Processos Judiciais Eletrônicos**) da sede da pessoa jurídica;

16.4.3.3. A certidão descrita no **subitem “16.4.3.2.”** somente é exigível quando a certidão negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial do Estado da sede da licitante contiver a **ressalva expressa** de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

OBS.: Empresas em recuperação judicial poderão participar da presente Licitação, **desde que**, para tanto, comprovem mediante a apresentação de certidão judicial específica, o seu regular cumprimento do plano homologado e que certifique que a licitante está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório **e desde que** atenda as condições para comprovação da capacidade econômica e financeira prevista neste Edital.

16.4.3.4. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, comprovando o patrimônio líquido de, no mínimo 10% (dez por cento), do valor da proposta do licitante (caso o licitante participe de mais

de um lote, o patrimônio líquido mínimo deverá ser a soma dos valores exigidos para cada lote), bem como índice de liquidez geral (LG), liquidez corrente (LC), e solvência geral (SG) superior a 1 (um), que deverão ser calculados da seguinte forma:

- **LG** = Ativo circulante + realizável a longo prazo/passivo circulante + passivo não circulante;
- **LC** = Ativo circulante/ passivo circulante;
- **SG** = Ativo total/ passivo circulante + passivo não circulante.

OBS 1: É considerado aceito na forma da Lei, o Balanço Patrimonial, consolidado, assinado pelo representante legal da empresa e pelo contador, assim apresentado:

I - Publicado em Diário Oficial; ou

II - Publicado em jornal de grande circulação; ou

III - Por cópia do Livro Diário registrado na Junta Comercial ou em outro órgão equivalente, conforme sua natureza jurídica, da sede ou domicílio do licitante, observado a nota abaixo; ou

IV - Documento impresso extraído do Livro Digital, nos termos do artigo 2º do Decreto n. 6.022/2007, que instituiu o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, o balanço patrimonial e o recibo de entrega emitido pelo SPED.

NOTA.: Sendo o licitante sociedade anônima, somente será aceita a documentação dos itens 'I' e 'II' da alínea.

OBS 2: O prazo de validade do balanço e demais demonstrações contábeis para fins de “último exercício social, já exigível”, é 30 de abril do exercício social subsequente, de acordo com o art. 1.078 da Lei 10.406/2002 (Lei do Código Civil).

OBS 3: O balanço patrimonial apresentado pelo licitante deverá estar registrado na Junta Comercial ou em outro órgão equivalente, conforme sua natureza jurídica.

OBS 4: O licitante deverá apresentar os respectivos termos de abertura e de encerramento do balanço patrimonial;

OBS 5: Caso o licitante apresente a documentação referente ao SPED, nos termos do item 'IV', **OBS. 1**, deverá apresentar em documento impresso extraído do Livro Digital os termos de abertura e encerramento do respectivo Livro.

NOTA: O recibo de entrega emitido pelo SPED, nos termos do Decreto n. 8.683/2016, é o documento que comprova o registro do balanço patrimonial.

OBS 6: O balanço patrimonial apresentado nos termos dos itens 'I' ou 'II' da **OBS 1** exime o licitante da obrigatoriedade de apresentação da documentação da **OBS 4** e do comprovante de registro em Junta Comercial ou em outro órgão equivalente.

OBS 7: Em se tratando de Consórcio, fica estabelecido um acréscimo de **30%(trinta por cento)** dos valores exigidos para a Licitante individual, admitindo-se, porém, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação;

OBS 8: O que trata o acréscimo contido na observação anterior não é aplicável aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 238, inc. III do RILC do LAFEPE

16.4.3.5. Caso o licitante tenha apresentado a documentação referente ao Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, nos termos do item 'IV' da **OBS 1** a documentação deverá estar de acordo com os prazos exigidos no **subitem 16.4.3.4** deste Edital.

16.4.3.6. Caso a empresa tenha sido constituída no exercício em curso e não possuir demonstrações contábeis apresentadas e exigíveis na forma da Lei, deverá apresentar o balanço de abertura, devidamente registrado na Junta Comercial.

16.4.3.7. No caso de cópias, estas deverão ser autenticadas, não sendo

permitidas montagens.

16.4.3.8. Compromisso de constituição do Consórcio, se for o caso;

16.4.4. HABILITAÇÃO TÉCNICA

16.4.4.1. Conforme se extrai do **item 25** do **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I**, será exigida a seguinte comprovação:

I) Relativo à qualificação técnica operacional da empresa:

a) Registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, conforme o caso, competente da região a que estiver vinculada, que comprove atividade relacionada com o objeto desta licitação.

b) Apresentação de um ou mais certidões e/ou declaração ou atestados fornecido(s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, comprovando que a licitante desempenhou atividade pertinente e compatível em características de igual complexidade ou superior e quantidades com o objeto desta licitação.

PARCELAS DE SERVIÇOS DE MAIOR RELEVÂNCIA E VALOR SIGNIFICATIVO	UND.	QUANTIDADES TOTAIS	CAPACIDADE MÍNIMA EXIGIDA 50%
Fornecimento e montagem de forro em painéis isotermico, padrão sala limpa, núcleo em pir (espuma de poliisocianurato) e faces em chapa metálica lisa (0,43 x 0,43mm) e pintura a base de tinta poliester na cor branca ral 9003 e=100mm	M²	360	180
fornecimento e montagem de painéis isotermico, padrão sala limpa, núcleo em pir (espuma de poliisocianurato) e faces em chapa metálica lisa (0,43 x 0,43mm) e pintura a base de tinta poliester na cor branca ral 9003 e=50mm	M²	390	195
Instalação de sistemas de climatização de expansão indireta com filtragem absoluta e com controle de temperatura, pressão e umidade relativa do ar	TR	77,85	38,92
Fornecimento e instalação de sistemas de automação em instalações de água gelada, contendo programação , parametrização , controle e operação de rotinas técnicas em software específico e respectivo hardware	PT	244	122

c) Para facilitar a análise, é recomendável que o licitante destaque, nas referidas certidões ou atestados, os serviços cuja experiência se pretende comprovar e o seu respectivo quantitativo.

d) Se a certidão ou atestado não for emitida pelo Contratante principal da obra (pessoa jurídica de direito público ou privado) a interessada deverá juntar à documentação, Declaração Formal do Contratante principal confirmando que o Licitante tenha participado da execução do serviço objeto do contrato que foi firmado, não será aceito atestado de serviço/obra inacabada, executada parcialmente ou em andamento;

e) Entende-se por serviços de obras pertinentes e compatíveis com o objeto deste edital os serviços de construção e edificações industriais, de unidades comerciais de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior aos previstos no objeto.

f) Em caso de apresentação de atestado de obras executadas em consórcio, somente será considerado o percentual referente à participação da empresa no consórcio.

g) Atestado de Visita Técnica - ANEXO G, emitido pelo LAFEPE em nome da empresa licitante comprovando que esta tem pleno conhecimento do local da execução do serviço e que se inteirou de todas as condições previstas para a prestação dos serviços ou **Declaração Substitutiva - ANEXO H** informando que possui pleno conhecimento do local onde será realizado o serviço, e de suas peculiaridades, bem como a matriz de risco, não podendo alegar futuramente desconhecimentos das condições dos locais de realização dos serviços, em favor de eventual pretensão de solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ou a exigência de aditivos contratuais que acarretem em acréscimos dos preços contratados.

h) No caso de atestado fornecido ao consórcio do qual a empresa participou, só será aceito se a mesma tiver executado os serviços que servirão de comprovação de aptidão técnica exigida no Edital.

II) Relativo à qualificação técnica profissional:

a) Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, devidamente registrado no Conselho de Classe Competente, o qual deverá obrigatoriamente participar da execução contratual, e comprovante hábil de sua vinculação com a empresa licitante, seja como sócio ou empregado contratado (ato constitutivo e/ou cópia autenticada da folha do Livro ou Ficha de Registro de empregado e/ou contrato de prestação de serviço) na data prevista para entrega da proposta, detentor de atestado de responsabilidade técnica, por execução de obra ou serviço pertinente e compatíveis de características iguais ou semelhantes e de igual complexidade ou superior, ao objeto desta licitação, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância do objeto. Destacando-se para a execução Engenheiro Civil ou Arquiteto para a execução das obras civis e arquitetura; Engenheiro Eletricista, para a execução dos serviços de elétrica predial, SPDA e infraestrutura de TI; Engenheiro Eletricista/Eletrônico/Mecatrônico (controle de automação) para execução dos serviços automação dos sistemas de HVAC e utilidades e ainda Engenheiro Mecânico para execução dos serviços de mecânica (HVAC), Refrigeração, Combate a Incêndio e outros), devidamente registrado no Conselho de Classe Competente da região onde os serviços foram executados, fazendo-se acompanhar da (s) respectiva (s) Certidão (ões) de Acervo Técnico - CAT, expedidas por este Conselho, que comprove ter o profissional, executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal ou ainda empresas privadas, serviços de características semelhantes, com o objeto da licitação indicando como parcela de maior relevância o seguinte:

PARCELAS DE SERVIÇOS DE MAIOR RELEVÂNCIA E VALOR SIGNIFICATIVO

Fornecimento e montagem de forro em painéis isotermico, padrão sala limpa, núcleo em pir (espuma de poliisocianurato) e faces em chapa metálica lisa (0,43 x 0,43mm) e pintura a base de tinta poliéster na cor branca ral 9003 e=100mm

Fornecimento e montagem de painéis isotermico, padrão sala limpa, núcleo em pir (espuma de poliisocianurato) e faces em chapa metálica lisa (0,43 x 0,43mm) e pintura a base de tinta poliéster na cor branca ral 9003 e=50mm

Instalação de sistemas de climatização de expansão indireta com filtragem absoluta e com controle de temperatura, pressão e umidade relativa do ar

Fornecimento e instalação de sistemas de automação em instalações de água gelada, contendo programação, parametrização, controle e operação de rotinas técnicas em software específico e respectivo hardware

b) Será considerado membro do quadro permanente para efeitos de atendimento dessa exigência o Licitante que apresentar a cópia da carteira de trabalho (CTPS), em que conste a Licitante como contratante; cópia do contrato social da Licitante em que conste o profissional como sócio; cópia do contrato civil de prestação de serviços ou, ainda, a declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, preferencialmente acompanhada de declaração de anuência do profissional.

c) Os profissionais indicados pela licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se, excepcionalmente, a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo gestor do contrato e ratificada pelo seu superior.

d) No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas, não cabendo qualquer alegação ou recurso;

OBS.: Conforme previsto no **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I** não será admitido atestado de fiscalização, supervisão ou coordenação da execução de obra ou serviço.

Para esta Licitação além de se dispor a cumprir as obrigações contidas neste Edital, será exigida como habilitação técnica prevista a cumprir, as exigências qualificadoras especificadas e indicadas no **ITEM 25** do **TERMO DE REFERÊNCIA - Anexo I**.

16.4.5. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA

16.4.5.1. Recebidos os documentos de habilitação, a Agente de Licitação procederá com a análise da documentação, com o seguinte roteiro:

16.4.5.1.1 Consulta “online”, por meio do CNPJ, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e da Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Regularidade Trabalhista e Qualificação Econômico-Financeira da licitante detentora da proposta/lance melhor classificada, no SICAF ou nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, podendo inclusive, fazer a consulta a outros órgãos, por meio de fax ou correio eletrônico, no caso de o Sistema apresentar alguma falha.

16.4.5.1.2. Se os documentos de habilitação não estiverem completos e corretos ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital e seus

Anexos, mesmo após diligências com caráter saneador, o Agente de Licitação considerará a **licitante inabilitada**;

16.4.5.1.3. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, a licitante será declarada vencedora do certame e, não havendo interposição de recurso, o Agente de Licitação encaminhará o processo à Autoridade Superior, que deliberará acerca da adjudicação do objeto à vencedora, bem como quanto à homologação da licitação.

16.4.5.1.4. Uma vez convocado para a assinatura do contrato, a vencedora terá o prazo de até **05 (cinco) dias úteis** para assinatura do contrato na forma eletrônica, utilizando a ferramenta do SEI – Sistema Eletrônico Integrado.

16.4.5.1.5. A contratada deve apresentar, **no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério do **LAFEPE**, contado da data da assinatura do instrumento de contrato ou documento equivalente, **comprovante de prestação de garantia**, podendo optar por caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, conforme especificado no **item 29 do TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I** e observado o item 21.2 deste Edital, como também a declaração de responsabilidade técnica, conforme modelo **ANEXO I**.

16.4.5.1.6. O Agente de Licitação poderá solicitar auxílio às demais áreas operacionais do **LAFEPE**, servindo-lhe de apoio para subsidiar sua decisão.

17. DAS DEMAIS CONDIÇÕES

17.1. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

17.2. É de caráter eliminatório o não atendimento das condições de habilitação solicitadas no **item 16** e seus subitens. Ocorrido isto, será retomada a sessão e chamadas as demais licitantes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Agente de Licitação examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, até que se encontre uma proposta que atenda integralmente o Edital.

17.3. Será dispensada a apresentação dos documentos referidos nos **SUBITENS “16.4.2.1.”, “16.4.2.3” e “16.4.2.4”** quando no Certificado de Registro de Fornecedores expedido pela **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, constar que aqueles documentos se encontram dentro das suas validades.

17.4. Atendendo ao disposto no art. 43, § 1º da Lei Complementar 123/06, no caso da microempresa ou empresa de pequeno porte não comprovar a sua regularidade fiscal, será emitida mensagem pela agente de Licitação no **“Chat Mensagens”** notificando a empresa da irregularidade.

17.5. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

17.6. O Agente de Licitação deve motivar a decisão de habilitação ou inabilitação observando as seguintes diretrizes:

I. os licitantes somente devem ser inabilitados em razão de defeitos em seus documentos de habilitação que sejam insanáveis, aplicando-se os mesmos procedimentos e critérios prescritos no parágrafo único do art. 14 e § 1º do art. 57 do RILC.

II. consideram-se sanáveis defeitos relacionados a documentos que declaram situações pré-existentis ou concernentes aos seus prazos de validade. □

III. O Agente de Licitação pode realizar diligência para esclarecer o teor ou sanar defeitos constatados nos documentos de habilitação. □

IV. O Agente de Licitação deve conceder prazo adequado, recomendando-se 02 (dois) dias úteis prorrogáveis por igual período, para que o licitante corrija os defeitos constatados nos seus documentos de habilitação, apresentando, se for o caso, nova documentação, podendo o edital dispor de prazo distinto, de acordo com o objeto.

17.7. Os documentos/certidões que não apresentarem prazo de validade serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias de sua emissão, salvo previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal, ficando a licitante responsável por juntar a respectiva comprovação.

17.8. Para fins de habilitação, a verificação dos documentos pelo Agente de Licitação nos sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

18. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

18.1. Nas 24 (vinte e quatro) horas posteriores a declaração do vencedor pelo pregoeiro, qualquer licitante, até aqueles que foram desclassificados antes da fase de lances, poderão manifestar de forma motivada a **intenção de recurso, em campo próprio do sistema**, no site do **Banco do Brasil S.A. (www.licitacoes-e.com.br)**, com posterior envio dos argumentos, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis para o e-mail cpl@lafepe.pe.gov.br ficando as demais licitantes cientificadas para que no mesmo prazo, com início após o esgotamento do prazo da apresentação das razões, querendo, apresentem contrarrazões.

18.2. No assunto do e-mail deverá constar a **identificação do processo licitatório** em questão e o termo **APRESENTAÇÃO DAS RAZÕES DO RECURSO** ou **APRESENTAÇÃO DAS CONTRARRAZÕES**, conforme o caso. Tomando-se como exemplo: **Processo Licitatório nº XXX/2020 - APRESENTAÇÃO DAS RAZÕES DO RECURSO** ou **Processo Licitatório nº XXX/2020 - APRESENTAÇÃO DAS CONTRARRAZÕES DO RECURSO**.

18.3. A falta de manifestação motivada do licitante no sistema do **Banco do Brasil S.A. (www.licitacoes-e.com.br)**, incorrerá em decadência desse direito.

18.4. Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados.

19. DA ADJUDICAÇÃO

19.1. A falta de manifestação da licitante no prazo previsto no **item 18.1** do Edital, quanto à intenção de recorrer ou do protocolo das razões do recurso, importará na decadência desse direito, ficando o Agente de Licitação autorizada a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

19.2. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

19.3. Se não houver recurso, a declaração de vencedor realizada pela agente de licitação equivale e faz a vez da adjudicação, cabendo a homologação à autoridade competente. Se houver recurso, a autoridade competente deverá realizar a adjudicação e homologação da licitação no mesmo ato.

20. DA HOMOLOGAÇÃO

20.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário e licitante será convocado para assinatura do contrato no prazo e condições definidos no **SUBITEM 16.4.5.1.4.** deste Edital.

20.2. As empresas licitantes deverão considerar que:

a) São responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, no sistema eletrônico, assumindo como formais e verdadeiras suas propostas e lances.

b) Ficam incumbidas de acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

21. DO CONTRATO

21.1. DA FORMALIZAÇÃO

21.1.1 O Adjudicatário será convocado para que, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do primeiro dia útil após a convocação, proceda a

assinatura do Contrato eletronicamente, sob pena de **decair do direito a contratação**, sem prejuízo da aplicação das sanções contidas no instrumento contratual, parte integrante deste edital, salvo motivo justificado e aceito pelo **LAFEPE**.

21.1.2. Como condição para celebração do Contrato e execução do objeto a licitante vencedora deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme determina a legislação vigente.

21.1.3. Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, não aceitar a prestar o serviço, não receber a ordem de serviço ou documento equivalente, estará sujeito às penalidades previstas no Edital, na minuta do contrato e no RILC. Neste caso, o Agente de Licitação examinará as ofertas subsequentes e a habilitação das licitantes, observadas a **ordem de classificação**, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo, convocado para negociar redução do preço ofertado.

21.2. DA GARANTIA CONTRATUAL

21.2.1. A garantia, em valor correspondente a **cinco por cento do valor do contrato**, deverá ser apresentada no prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, prorrogável por igual período, terá validade durante a execução do contrato e até 3 (três) meses após o término da vigência contratual e somente será liberada após a execução do contrato, ante a comprovação de que a contratada pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação no prazo de até **noventa dias**, contados da data de encerramento do contrato, conforme estabelecido no art. 165 § 5º, do Regulamento Interno de Licitações Contratos e Convênio do LAFEPE, observada a legislação que rege a matéria.

21.2.1.1. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados que trabalharam na execução dos serviços serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

21.2.1.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

21.2.1.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o LAFEPE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas obrigações nos termos do art. 165 § 5º, d "I" e "II" do Regulamento Interno de Licitação Contratos e Convênio do **LAFEPE**, aplicando, se for o caso, a dispensa de licitação, prevista no inciso VI do art. 29 da Lei Federal 13.303/2016 ou reter o pagamento eventualmente devidos ao contratado até que a garantia seja apresentada.

21.2.1.4. A critério do contratado, a garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

- I - Caução em dinheiro;
- II - Seguro-garantia; ou
- III - Fiança bancária.

21.2.1.5. Em caso de alteração do valor do contrato, prorrogação ou renovação contratual e complementada em caso de aditivos e apostilas para reajuste e repactuações a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

21.2.1.6. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pelo **LAFEPE**, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data em que tiver sido notificada.

21.2.1.7. Nos termos do art 165, § 5º, alínea "b" incisos I a IV do Regulamento interno de Licitação Contratos e Convenio do **LAFEPE** a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deve assegurar o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- b) prejuízos diretos causados à empresa decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e compensatórias aplicadas pela empresa à **CONTRATADA**; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia pode ser utilizada para o pagamento dessas verbas.

21.2.1.8. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarreta a aplicação de multa a ser definida em edital e/ou contrato;

21.2.1.9. A garantia deve ser considerada extinta:

I com a devolução da apólice, carta - fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da empresa, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato e;

II após o término da vigência do contrato, devendo o instrumento de contrato ou documento equivalente estabelecer o prazo de extinção da garantia, que pode ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

21.2.1.10. Empresa deve executar a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

21.2.2. CAUÇÃO EM DINHEIRO:

21.2.2.1. A Caução em dinheiro deverá ser efetuada em conta de caução, obrigatoriamente da Caixa Econômica Federal (Decreto-Lei nº 1.737/79, art. 1º, inciso IV), vinculada ao **LAFEPE**.

21.2.2.2. Sobre o valor da caução prestada em dinheiro, incidirá o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo -IPCA, pro-rata tempore pela fórmula estabelecida na Minuta do Contrato, atualizada a partir da data de recolhimento ao **LAFEPE**;

21.2.3. FIANÇA BANCÁRIAconforme **ANEXO V -CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA -GARANTIA DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO (MODELO)**: carta de fiança fornecida por estabelecimento bancário, devidamente registrada em cartório de registro de títulos e documentos, conformedeterminado pela Lei 6.015/73, art. 129, acompanhada de:

21.2.3.1. Cópia autenticada do estatuto social do banco;

21.2.3.2. Cópia autenticada da assembleia que elegeu a última diretoria do banco;

21.2.3.3. Cópia autenticada do instrumento de procuração, em se tratando de procurador do banco;

21.2.3.4. Reconhecimento de firmas das assinaturas constantes da carta de fiança.

21.2.3.5. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

21.2.4. SEGURO-GARANTIA—entrega da apólice, inclusive digital, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros:

21.2.4.1. O seguro-garantia e suas condições gerais contratuaisdeverão atender à CIRCULAR SUSEP Nº 477, de 30 de setembro de 2013 e seu AnexoI;

21.2.4.2. A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site <<https://www2.susep.gov.br/safe/menumercado/regapolices/pesquisa.asp>>.

21.2.4.3. O seguro garantia, conforme determina a CIRCULAR SUSEP Nº 477, de 30 de setembro de 2013 em seu art. 4º Parágrafo Único, deve englobar a garantia dos valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações,

oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador.

21.2.4.4. O seguro garantia deve contemplar a Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias do CONTRATADO (TOMADOR) em relação à obra.

21.2.4.5. Na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

I Número completo da licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do Contrato;

II Objeto a ser contratado, especificado neste Edital;

III Nome e número do CNPJ do SEGURADO (**LAFEPE**);

IV Nome e número do CNPJ do emitente (Seguradora);

V Nome e número do CNPJ da CONTRATADA (TOMADORA da apólice).

VI. A garantia do Seguro Garantia somente será liberada ou restituída após a execução do contrato, com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importância depositada em dinheiro em consonância com o disposto no art 165 § 5º, alínea “e” incisos I e II do Regulamento Interno de Licitação Contrato e Convênio do **LAFEPE**, acompanhada da declaração da empresa, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato observado o prazo de 03 meses, previsto no art 165 § 5º. Ainda, a garantia poderá ser liberada ou restituída nas hipóteses abaixo previstas:

I -quando o objeto do contrato principal garantido pela apólice for definitivamente realizado mediante **declaração assinada pelo segurado ou devolução da apólice;**

II -quando o segurado e a seguradora assim o acordarem; ou

III -quando o pagamento da indenização ao segurado atingir o limite máximo de garantia da apólice;

IV -quando o contrato principal for extinto, para as modalidades nas quais haja vinculação da apólice a um contrato principal, ou quando a obrigação garantida for extinta, para os demais casos; ou

V -quando do término de vigência previsto na apólice, salvo se estabelecido em contrário nas Condições Especiais previstas na Circular SUSEP nº 477, de 30 de setembro de 2013 e seus Anexos.

21.2.4.6. Todo Termo Aditivo ao contrato deverá ser endossado pela Seguradora.

21.2.4.7. O seguro garantia deverá atender, inclusive, às seguintes disposições normativas e legais:

CIRCULAR SUSEP Nº 477, de 30 de setembro de 2013

"Art 12 A seguradora deverá deixar claro nas Condições Contratuais, para cada modalidade, os procedimentos a serem adotados com a finalidade de comunicar e registrar a **Expectativa de Sinistro** e **oficializar a Reclamação de Sinistro**, além dos critérios a serem satisfeitos para a **Caracterização do Sinistro**.

§ 1º A **Expectativa de Sinistro** deverá descrever o fato que possa gerar prejuízo ao segurado, sendo que o sinistro restará caracterizado quando comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice.

(...)

§ 4º A **Reclamação de Sinistros** poderá ser realizada durante o prazo prescricional”

CIRCULAR SUSEP Nº 477, de 30 de setembro de 2013 -Anexo I -Seguro Garantia Segurado: Setor Público

“1. Objeto:

1.1 Este contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia fixado nesta, e de acordo com a(s) modalidade(s) e/ou cobertura(s) adicional(is) expressamente contratada(s), em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou, ainda as obrigações assumidas em função de:

I – processos administrativos;

II – processos judiciais, inclusive execuções fiscais;

III – parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa;

IV – regulamentos administrativos.

1.2. Encontram-se também garantidos por este seguro os valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso.

(...)

17. Prescrição

Os prazos prescricionais são aqueles determinados pela Lei”

LEI Nº 10.406/2002 –Código Civil

“Art. 206. Prescreve:

§1º Em um ano:(...)

II -a pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele, contado o prazo:

a) para o segurado, no caso de seguro de responsabilidade civil, da data em que é citado para responder à ação de indenização proposta pelo terceiro prejudicado, ou da data que a este indeniza, com a anuência do segurador;

b) “quanto aos demais seguros, da ciência do **fato gerador** da pretensão;”

NOTA:O fato gerador da pretensão é caracterizado e cientificado quando da conclusão do processo administrativo instaurado com objetivo identificar e documentar possível inadimplemento do tomador, bem como registrar o contraditório e a ampla defesa deste. Desta feita, após conclusão do processo administrativo com decisão fundamentada definitiva pela autoridade competente, restando oficializada e comprovada a inadimplência do tomador, inicia-se a contagem do prazo prescricional de um ano referente à pretensão do segurado de acionar a seguradora através de Reclamação referente ao sinistro caracterizado pelo processo, data na qual a seguradora deverá proceder com a regulação e liquidação do sinistro.

21.2.5. As apólices de seguro, em todas as suas modalidades, e/ou cartas de fiança, e seus endossos e aditamentos, devem expressar o **LAFEPE** como SEGURADA e especificar claramente o objeto do seguro de acordo com o Edital e/ou Termo de Contrato ou Termo Aditivo a que se vincula;

21.2.6. Respeitadas as demais condições contidas neste Edital e seus Anexos, a garantia será liberada após a integral execução do Contrato, desde que a Licitante CONTRATADA tenha cumprido todas as obrigações contratuais.

21.2.7. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não

comprovação do pagamento das respectivas verbas rescisórias.

21.2.8. A garantia deverá contemplar, além do prazo de execução de Contrato, o prazo para recebimento definitivo da obra e os três meses após o término da vigência contratual, conforme previsto no art. 165 § 5º do Regulamento Interno de Licitação Contratos e Convênio do **LAFEPE**, devendo ser renovada a cada prorrogação, repactuação ou alteração efetiva no Contrato.

21.2.9. Na modalidade seguro-garantia, o prazo de vigência da apólice deve estar válido durante a execução do contrato e até 03 meses do término da vigência contratual. Aqueles procedimentos afetos ao contrato que podem ser executados após sua vigência, tais como trâmites de recebimento, ou processos administrativos de apuração de responsabilidade e congêneres, são acobertados pelo prazo prescricional.

21.2.9.1 Ocorrência do sinistro (inadimplência contratual): o sinistro deve ocorrer durante a vigência da apólice para estar coberto;

21.2.9.2. Comunicação do sinistro: deve ocorrer assim que o segurado tomar ciência de sua ocorrência;

21.2.9.3. Após o término da vigência do seguro, o segurado (Administração Pública) poderá reclamar sinistros ocorridos durante a vigência do mesmo, e apenas descobertos ou caracterizados depois.

21.2.10. A intenção de substituição da modalidade de Garantia deve ser previamente aceita pelo **LAFEPE**, e obrigatoriamente formalizada através de Termo Aditivo.

21.2.11. A garantia deverá ser integralizada, no prazo máximo de 10 (dez) dias, inclusive quando houver acréscimo de objeto;

21.2.12. Na carta fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e 835 do Código Civil Brasileiro.

21.2.13. A Licitante deverá apresentar o Termo de Compromisso relativo à Garantia Caução.

22.3. CRITÉRIO DE REAJUSTE

22.3.1. Os Contratos Administrativos só poderão ser reajustados após 12 (doze) meses da data de **apresentação da proposta, conforme previsão contida na Lei Estadual nº 12.525/2003.**

22.3.2. Os preços contratuais serão reajustados para projetos, e para obras considerando a **Coluna 35** e o índice **INCC - Índice Nacional de Custo de Construção, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV** ambos de acordo com a fórmula abaixo:

$$I_1 - I_0$$

$$R = \frac{\quad}{I_0} \times V$$

$$I_0$$

onde:

R = Reajuste

I_1 = Índice do mês do aniversário da apresentação da proposta

I_0 = Índice do mês de apresentação da proposta

V = Valor da proposta

22.3.3. Caso o valor do índice não esteja disponível na data do cálculo do reajuste, utilizar-se-á o índice disponível e o cálculo do reajuste será corrigido no certificado de pagamento seguinte.

22.3.4. No caso de eventuais atrasos de responsabilidade da contratada, os reajustes serão calculados somente até as datas contratuais do evento gerador do faturamento.

22.4. DAS MEDIÇÕES E PAGAMENTO

22.4.1. A forma de medição e pagamento encontram-se detalhados no **item 10 - DA FORMA DE PAGAMENTO, MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS, ADMINISTRAÇÃO LOCAL** do **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I**.

22.5. DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS

22.5.1. Os prazos e condições para a prestação do objeto, as formas, condições e prazos de pagamento, bem como as obrigações das partes e sanções estão devidamente disciplinados no instrumento contratual e termo de referência, anexos a este instrumento convocatório.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A apresentação de uma proposta na Licitação fará prova de que a empresa licitante:

23.1.1. Examinou criteriosamente todos os documentos do Edital e seus anexos, antes de apresentá-la.

23.1.2. Conhece e concorda com todas as especificações e condições do Edital.

23.1.3. Considerou que o edital e seus anexos permitiram a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória.

23.1.4. Atende as condições de participação, não se enquadrando nas hipóteses de impedimento previstas no Edital.

23.2. Fica estabelecido que as especificações, anexos e documentação da Licitação são complementares entre si

23.3. O **LAFEPE** reserva-se o direito de revogar a presente Licitação por interesse público anteriormente ao início da fase de lances ou propostas.

23.3.1. Em havendo interesse de revogação após iniciada referida fase, a mesma será precedida de processo administrativo no qual sejam asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa, salvo no caso de manifestação expressa e prévia de todos os licitantes renunciando o direito de contestar o ato respectivo.

23.4. O **LAFEPE** poderá introduzir aditamentos, modificações ou revisões nos presentes documentos de Licitação a qualquer tempo antes da data limite para acolhimento das propostas. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

23.5. O **LAFEPE** poderá, até a data da celebração do Contrato, desclassificar por despacho fundamentado a vencedora da Licitação, se houver qualquer fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da Licitação que desabone sua idoneidade, capacidade técnica, administrativa e financeira, sem que caiba à vencedora nenhuma indenização ou ressarcimento, independentemente de outras sanções legais decorrentes da adesão a este Edital.

23.6. É facultado ao **LAFEPE**, se assim julgar conveniente, em qualquer fase da mesma, promover diligência(s) destinada(s) a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório.

23.7. A agente de Licitação poderá convocar técnicos da(s) área(s) pertinente(s) ao objeto licitado, quando houver necessidade de emitir parecer técnico, para garantir que as propostas apresentadas atendam as especificações mínimas exigidas.

24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. Todo e qualquer serviço extra que se tornar necessário, para conclusão desta obra ou serviço, só poderá ser executado mediante autorização prévia do **LAFEPE**, circunstanciada em documento escrito com as assinaturas dos responsáveis, e os preços unitários a serem pagos pelos serviços extras terão como base à tabela da SINAPI ou outra que a substitua, sendo que os mesmos sofrerão redução na mesma proporcionalidade da proposta apresentada pela contratada.

24.2. Todo e qualquer material extra cuja aquisição se tornar necessária para conclusão das obras e serviços só poderá ser adquirido mediante autorização prévia do **LAFEPE**, circunstanciada em documento escrito, com as assinaturas dos responsáveis, e o preço unitário a ser pago pelo material extra, terá como base o preço do material vigente no mercado, sendo que o mesmo sofrerá redução na mesma proporcionalidade da proposta apresentada pela contratada.

24.3. A licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus Anexos, pois a simples apresentação da **proposta de preços** submete a licitante à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

24.4. É facultado a agente de Licitação, em qualquer fase da licitação, desde que seja alterada a substância da proposta, adotar medidas e saneamento destinados a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

24.5. Todos os materiais a serem fornecidos conforme planilhas deverão estar em conformidade com a especificação técnica da ABNT, que estabelece os requisitos de qualidade.

24.6. A verificação da qualidade deverá ser feita obrigatoriamente antes da entrega dos materiais, nas instalações do fabricante/fornecedor, por meio de inspeções de recebimento executadas por agente de inspeção previamente reconhecido pelo **LAFEPE**.

24.7. A empresa vencedora será responsável pelos custos de todos os serviços de inspeção decorrentes do contrato que firmar com a entidade inspetora.

24.8. A Fiscalização do **LAFEPE** só permitirá a aplicação de materiais efetivamente inspecionados e recebidos na obra acompanhada do respectivo certificado de liberação emitida por entidade inspetora reconhecida.

24.9. É obrigação de o contratado manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

24.10. O Contratado deverá manter preposto, aceito pela administração, no local do serviço, para representá-lo na execução do contrato.

24.11. Todas as empresas fornecedoras de mão de obra para a administração pública estadual, abrangidos todos os órgãos da administração direta, bem como as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, ficam obrigadas a comprovar ao ordenador de despesas a quem incumbir a autorização dos pagamentos mensais de cada uma dessas empresas fornecedoras de mão de obra, o efetivo cumprimento, mês a mês, de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias exigidas pela legislação trabalhista e previdenciária aplicável em relação a cada um dos seus empregados, de acordo com o Decreto Estadual 25.304, de 17/03/2003.

24.12. O pagamento da última parcela do valor do contrato mantido entre as empresas fornecedoras de mão de obra e os órgãos da administração direta, ou as autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista, somente será efetuado pelo órgão ou entidade pública contratante, após a comprovação pela empresa fornecedora de mão de obra contratada do pagamento de todos os direitos rescisórios de todos os seus empregados demitidos, inclusive, em se tratando de contratos trabalhistas por tempo indeterminado, os relativos ao aviso prévio e à multa do FGTS, conforme preceitua o Decreto 25.304, de 17/03/2003.

24.13. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar objeto do contrato.

24.14. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a adjudicatária, a rescisão do instrumento contratual, sem prejuízos das demais sanções cabíveis.

24.15. O **LAFEPE** reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como adiar "sine die" ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou abertura da proposta de preços ou da documentação de habilitação, desclassificar qualquer proposta ou desqualificar qualquer licitante, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.

24.16. Na hipótese de não conclusão do processo licitatório dentro do prazo de validade da proposta, deverá a licitante, independente de comunicação formal do **LAFEPE**, revalidar, por igual período, o documento, sob pena de ser declarada desistente do feito licitatório.

24.17. O presente edital, com todos os documentos nele referidos e seus anexos, serão parte integrante do Contrato a ser celebrado entre o **LAFEPE** e a empresa vencedora da Licitação.

24.18. Fica eleito o Foro da Comarca de Recife/PE, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, como o competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento.

Recife/PE, 14 de outubro de 2020.

Lúcia Lavor

Agente de Licitação

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA SEI nº 9239437

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

LICITAÇÃO: /

A (nome da empresa), com ato constitutivo registrado na Junta Comercial em/....../...., NIRE (nº), CNPJ (nº), estabelecida na (Rua, nº, bairro, Cidade, Estado, CEP), declara sob as penas da Lei, que:

1. Se enquadra na condição de (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
2. A receita bruta, nos termos da Lei Complementar 123/2006, auferida no último ano-calendário foi de R\$.....(dispensado de declarar se a empresa encontra-se no ano-calendário de início de atividade)
3. A pessoa jurídica não se enquadra em nenhuma das hipóteses abaixo nos termos da Lei Complementar nº 123/2006:

I - de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País de pessoa jurídica com sede no exterior;

III - de cujo capital participe outra pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócio de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei

Complementar, em que a receita bruta global ultrapasse o limite para obtenção do benefício;

IV - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar em que a receita bruta global ultrapasse o limite para obtenção do benefício;

V - cujo ou sócio titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativo, em que a receita bruta global ultrapasse o limite para obtenção do benefício;

VI - constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

VII - que participe do capital de outra pessoa jurídica

VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX - resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5(cinco) anos-calendário anteriores;

X - constituída sob a forma de sociedade por ações;

XI - cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relações de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

(Município) dede.....

Nome: CPF:

ANEXO III

MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO

I – DAS PARTES

A (nome da empresa líder), com sede na (endereço), (cidade), (estado), inscrita no CNPJ sob o nº....., a (nome da segunda empresa consorciada), com sede na (endereço), (cidade), (estado), inscrita no CNPJ sob o nº....., **(demais empresas consorciadas)**, formalizam, pela presente, a intenção e o compromisso de constituir um consórcio, com a finalidade de apresentar, em conjunto, proposta para **(OBJETO DA LICITAÇÃO)**, com a participação efetiva das empresas ora associadas.

Considerando que o Edital do processo licitatório Nº XXXXX, licitação eletrônica nº XXXXXX/20XX - **Modo de Disputa Aberto**, permite a participação de empresas em consórcio para a apresentação conjunta de proposta;

Considerando que as empresas acima qualificadas têm interesse em participar desse processo licitatório em consórcio formado por elas, tem entre si pactuado, e para os fins nele previstos, o presente **TERMO DE COMPROMISSO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO**, que ajustam segundo as cláusulas e

condições adiante dispostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Pelo presente instrumento particular de **TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO**, as PARTES comprometem-se a se consorciar para participar do processo licitatório Nº XXXXX, licitação eletrônica nº XXXXX /20XX - **Modo de Disputa Aberto**, promovida pelo **LAFEPE - Laboratório farmacêutico de Pernambuco Governador Miguel Arraes**, em todas as suas etapas, apresentando proposta, e, caso seja esta adjudicada, a assinar o respectivo CONTRATO, para o que firmarão CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO, observados os termos do que dispõem as Leis nº 6.404/76 e nº 13.303/2016, Edital, Termo de Referência e Minuta do Contrato, comprometendo-se a dar cabal cumprimento a todas as obrigações assumidas por força deste instrumento, que celebram em caráter irrevogável e irretratável.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA LIDERANÇA DO CONSÓRCIO

O consórcio usará a denominação de (nome do consórcio), tendo como líder a empresa(nome da empresa líder) e como representante do consórcio o Sr.(nome do representante do consórcio, naturalidade, identidade e 2 CPF), com plenos poderes para tratar de assuntos técnicos, administrativos, econômico-financeiro e outros julgados de interesse do **LAFEPE - Laboratório farmacêutico de Pernambuco Governador Miguel Arraes**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXCLUSIVIDADE

As PARTES que compõem o CONSÓRCIO obrigam-se, por este instrumento, a não integrar outro consórcio, nem tampouco participar isoladamente, neste processo licitatório.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

As empresas que formam o CONSÓRCIO responderão solidariamente, por todos os atos praticados pelas PARTES, seja durante as fases da licitação ou durante a execução do Contrato, que dela eventualmente decorra.

CLÁUSULA QUINTA - DA INALTERABILIDADE DO AJUSTE

Declaram as PARTES que não alterarão a constituição ou composição do consórcio sem prévia e expressa anuência do **LAFEPE - Laboratório farmacêutico de Pernambuco Governador Miguel Arraes**, obrigando-se a manter sempre presentes as condições que assegurarem a habilitação do CONSÓRCIO, até a conclusão dos serviços a serem contratados, exceto na hipótese de as PARTES virem a se fundir numa só, que as suceda para todos os fins e efeitos legais.

CLÁUSULA SEXTA - DA NATUREZA DO CONSÓRCIO

Para a proposta apresentada pelo CONSÓRCIO, ajustam as PARTES que a execução dos serviços será distribuída nos termos a seguir apresentados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO INSTRUMENTO DEFINITIVO

Caso a proposta apresentada pelo CONSÓRCIO venha a ser adjudicada, obrigam-se as PARTES a promover, no prazo de até 05 (cinco) dias antes da celebração do Contrato, a constituição e o registro do consórcio, cuja duração será, no mínimo, igual ao prazo necessário para a conclusão das obras, serviços e fornecimentos, objeto da licitação referida, até sua definitiva aceitação, que deverá observar os dispositivos legais aplicáveis, as cláusulas do Edital acima referido e todos os termos deste COMPROMISSO.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Este Compromisso de Constituição de Consórcio é firmado por prazo indeterminado, vigendo a partir da data de sua assinatura e ficando, automaticamente, rescindido caso ocorra qualquer dos seguintes fatos:

- ser proferida decisão, de que não caiba recurso administrativo ou judicial, de inabilitação do consórcio;
- ser proferida decisão, de que não caiba recurso administrativo ou judicial, de desclassificação do consórcio;
- após esgotados todos os recursos, administrativos e judiciais, na hipótese de adjudicação de proposta ofertada por outro concorrente ou no caso de anulação/revogação da licitação;
- após celebrado e registrado o instrumento de constituição de consórcio a que se refere a Cláusula Sétima, que substituirá este para os fins de direito.

CLÁUSULA NONA - DO ENDEREÇO

O CONSÓRCIO, para os fins da licitação, adotará como endereço o da LÍDER, situado na Rua/Av. _____, nº _____, Estado _____, CEP _____.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Elegem, as PARTES, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste instrumento, o Foro da comarca de Recife, Estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim, justas e contratadas as partes firmam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito, juntamente com duas testemunhas a tudo presentes.

Local e Data

(empresa líder do consórcio)

assinatura e nome do representante legal ou procurador (com os devidos poderes)

(demais empresas consorciadas)

assinatura e nome do representante legal ou procurador (com os devidos poderes)

(demais empresas consorciadas)

assinatura e nome do representante legal ou procurador (com os devidos poderes)

ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO LAFEPE Nº XXX/2020

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA que entre si celebram, o **LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES – LAFEPE**, e a empresa
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Pelo presente instrumento particular que entre si celebram, de um lado, como o **LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES S/A - LAFEPE**, Sociedade de Economia Mista Estadual, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 10.877.926/0001-13, com sede no Largo de Dois Irmãos, 1117, bairro de Dois Irmãos, cidade do Recife/PE, doravante denominado de **LAFEPE** ou **CONTRATANTE**, neste ato, representado por seu Diretor Administrativo Financeiro, o Srº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, casado,

administrador, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o CPF nº 284.XXX.XXX-00, portador da cédula de identidade RG nº 1.XXX.072 - SSP/PE, e pelo Diretor de Relações Internacionais, o Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, casado, administrador, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o CPF nº 284.XXX.XXX-00, portador da cédula de identidade RG nº 1.XXX.072 - SSP/PE, ambos residentes e domiciliados na cidade do Recife/PE, no uso de sua competência prevista no Art. XXXX do Estatuto em vigor, como também pelas delegações expedidas através da Ata do Conselho de Administração, datada de 08/01/2018 e, do outro lado, como **CONTRATADA** a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº XXXXXXXXXXX/0001-62 com endereço na Rua XXXXXXXXXXX, nº XXXXXX, bairro de XXXXXXXXXXX, cidade de XXXXXXX/PE, CEP: XXXXXXX, nesse ato representada pelo seu sócio administrador, o Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, casado, engenheiro civil e de segurança do trabalho, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o CPF nº 439.XXX.947-15, portador da Carteira de Identidade RG nº 2.XXX.557 SSP/PE, residente e domiciliado na cidade de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX/PE com fundamento no resultado do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/20XX**, vinculado ao Edital da **LICITAÇÃO ELETRÔNICA nº 00X/20XX**, devidamente adjudicada e homologada e com fundamento na Lei Federal nº 13.303/2016 e subsidiariamente na Lei Federal 10.520/02, no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênio do LAFEPE, bem como no resultado da licitação e nos demais diplomas legais aplicáveis a espécie, **RESOLVEM** firmar o presente **INSTRUMENTO DE CONTRATO** nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO

As partes acima qualificadas, tendo em vista o que consta no **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/20XX**, vinculado ao Edital da **LICITAÇÃO ELETRÔNICA nº 000/20XX**; Termo de Referência e seus anexos e Proposta da CONTRATADA e ainda, em observância às disposições contidos no Regulamento Interno de Licitação, Contratos e Convênio do LAFEPE, na Lei Federal nº 13.303/2016, na Lei Federal nº 10.520/02 e demais legislações aplicáveis, e ainda, recorrendo-se, nos casos omissos, aos Princípios do Direito e jurisprudência, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as Cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO CONTRATUAL

Constitui o objeto do presente procedimento **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA, AMPLIAÇÃO, INSTALAÇÃO E AUTOMAÇÃO DA CLIMATIZAÇÃO (HVAC) DO PRÉDIO DA COORDENADORIA PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO - P&D DO LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES S/A - LAFEPE, Recife/PE**, conforme detalhamento constante no **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I** e seus apensos.

PARAFAFO ÚNICO: Esse instrumento de contrato se vincula o Edital de **LICITAÇÃO ELTRÔNICA Nº XX** e seus anexos, e a proposta vencedora, independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA- REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução dos serviços objeto do presente contrato é o de **EXECUÇÃO INDIRETA**, empreitada por **PREÇO UNITÁRIO**.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será na sede do LAFEPE, situada no Largo de Dois Irmãos, 1117, Dois Irmãos, Recife, PE, de segunda a sexta no horário das 07h00min às 17h00min, e em caso de necessidade, aos sábados e domingos das 07h00min às 17h00min, desde que acordado e autorizado pela Coordenação de Engenharia do LAFEPE. Os trabalhos deverão ser realizados, observando-se o cronograma físico-financeiro, obedecendo ao prazo contratual e às especificações

descritas neste Termo de Referência

CLÁUSULA QUINTA - VIGÊNCIA

A vigência contratual será de **09 (nove)** meses consecutivos a contar da data da assinatura do contrato, ou na data nele indicada, ainda que anterior ou posterior a publicação no extrato no Diário Oficial do Estado - DOE/PE, prorrogável na forma da Lei Federal nº 13.303/16, e suas posteriores alterações, pelo RILC, já incluso o prazo para o recebimento provisório de definitivo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: o prazo de **execução** do serviço será de 06 (seis) meses consecutivos contados da emissão da Ordem de Serviço ou documento equivalente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A execução de cada etapa deverá atender às Especificações contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA** e Normas da ABNT para sua aceitação, mantendo-se integralmente atendidas durante todo o período do contrato. Adicionalmente são feitas algumas indicações acerca dos prazos, conforme descrito abaixo.

paragrafo terceiro: A Contratada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de até **15 dias úteis** após **emissão da ordem de serviço** ou documento equivalente.

CLÁUSULA SEXTA -PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O LAFEPE efetuará à CONTRATADA o pagamento pelos serviços aludidos na Cláusula Segunda deste instrumento, contratado pelo **valor global** de **R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX(XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, e obedecendo ao seguinte procedimento:

I - O Pagamento deverá ser efetuado mensalmente à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias do mês subsequente à prestação de serviços, à vista dos serviços efetivamente prestados, após comprovação do pagamento dos salários dos empregados, vinculado, ao contrato ou ao serviço, relativos ao mês da competência da prestação dos serviços, e do recolhimento de todos os encargos e contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social) inerentes à Contratação, correspondentes ao mês da última competência vencida, bem como, apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pela Administração, no endereço da sede do LAFEPE.

II-A CONTRATADA é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

III-A CONTRATADA deverá apresentar com antecedência de, no mínimo, 05 (cinco) dias úteis à data de cada pagamento mensal a ser efetuado pela CONTRATANTE, cópias autenticadas de todos os documentos necessários para a comprovação inequívoca do pagamento de todos os encargos trabalhistas e previdenciários exigidos pela legislação, de cada um de seus empregados, prestadores do serviço, referentes ao mês anterior, sob pena de ser vedado o pagamento mensal e, na falta de regularização de suas obrigações no prazo de 10 (dez) dias corridos, rescisão deste Contrato.

IV -A CONTRATANTE somente efetuará o pagamento da última parcela do valor do Contrato, mediante a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento dos direitos rescisórios de todos os seus empregados demitidos, referentes a este Contrato, inclusive, em se tratando de contratos trabalhistas por tempo indeterminado, os relativos ao aviso prévio e à multa do FGTS.

V -Os Vales Transporte deverão ser entregues pela CONTRATADA aos seus empregados no último dia útil de cada mês anterior ao da respectiva utilização.

VI - Os salários dos empregados da CONTRATADA deverão ser pagos até o 5º (quinto) dia útil de cada mês subsequente ao vencido.

VII - A empresa CONTRATADA deve apresentar ao Fiscal do Contrato, relação detalhada contendo os nomes de seus empregados que prestem, por qualquer tempo, serviços ao LAFEPE. Desta relação devem constar, dentre outros que sejam necessários à total identificação de cada empregado: nome completo;

número da Carteira de Trabalho (CTPS); data de admissão; data da demissão; cargo ou função; salário inicial e evolução salarial; observações acerca de circunstâncias especiais, tais como existência de contrato de experiência ou por tempo determinado; e local (is) de trabalho, tudo em conformidade com o art. 8º, caput e demais parágrafos, do Decreto Estadual nº 25.304, de 17.03.2003.

VIII - Não se constitui inadimplência do CONTRATANTE, o atraso no pagamento das Notas Fiscais/Faturas do serviço, decorrentes da falta de entrega dessas, pela CONTRATADA, após o dia/data predeterminado ou de faturamento incorreto, o qual será devolvido à CONTRATADA para os devidos acertos, ficando o pagamento condicionado à sua reapresentação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

IX - No preço constante no caput da cláusula está incluída toda mão-de-obra necessária para realização do serviço ora contratado, bem como as despesas com transporte, carga, descarga, impostos e seguros;

X - O pagamento será por demanda e após “**atesto**” técnico dos serviços efetivamente executados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O faturamento incorreto será devolvido à CONTRATADA para os devidos acertos, ficando o pagamento condicionado à sua reapresentação, observado o prazo estipulado nos incisos desta cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA se compromete em não negociar com terceiros qualquer duplicata decorrente do presente contrato, salvo se expressamente autorizado pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO -. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA –GESTÃO/FISCALIZAÇÃO

A gestão do Contrato será exercida pelo Coordenador de Engenharia, Manutenção e Obras – COEMO ou por pessoa por ela designada ao qual competirá

I. Supervisionar a execução do objeto contratual subsidiado pelo fiscal do contrato;

II. Controlar os cronogramas físicos financeiros dos contratos em andamento;

III. Controlar os prazos de vigência e de execução do contrato;

IV. Atestar nota fiscal ou fatura, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados e deverá estar obrigatoriamente acompanhada de comprovação da regularidade fiscal;

V. Dar ciência à Autoridade Administrativa de possíveis irregularidades na execução dos contratos para decisão da instauração de Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade – PAAP.

PARÁGRAFO PRIMEIRO -O acompanhamento e a fiscalização do objeto do contrato serão exercidos por meio de 01 (um) servidor indicado pela Coordenadoria de Engenharia, Manutenção e Obras - COEMO, designado como fiscal do Contrato, ao qual competirá acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, dando ciência de tudo à CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A fiscalização do contrato será exercida por servidor designado pela Diretoria do **LAFEPE**, que terá, dentre outras atribuições:

I. Efetuar a fiscalização técnica e administrativa do contrato;

II. Atestar a execução do objeto contratado;

II. Rejeitar serviços que não apresentem a devida qualidade e/ou que não estejam de acordo com o Termo de Referência;

IV. Informar, instruir e solicitar as alterações contratuais e prorrogações cabíveis;

V. Identificar e informar a necessidade de modificar ou adequar a forma de execução do objeto contratado;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato determinando à Contratada o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados

VII. Comunicar ao Gestor do Contrato eventuais irregularidades identificadas na fiscalização provocando junto ao Gestor a instauração de processo administrativo com o objetivo de apurar responsabilidade ou prejuízo resultante de erro ou vício na execução do contrato;

VIII. Sanear, se possível, eventual irregularidade que impacte a execução contratual evitando-se a suspensão da execução do contrato ou outra medida como decretação de nulidade ou rescisão contratual;

IX. Comunicar ao preposto do contratado eventual suspensão da execução do contrato informando-lhe prazo da suspensão, e demais condições do § 1º do art. 170 do Regulamento;

X. Dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem;

XI. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato deverão ser solicitadas ao gestor do contrato, o qual poderá fazer subir a questão à Autoridade Administrativa, mediante a apresentação de um relatório com os documentos necessários à comprovação da irregularidade, em tempo hábil para a adoção das medidas cabíveis.

XII. Auxilia o Gestor no acompanhamento dos prazo de execução e de vigência.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Cabe ao **LAFEPE**, a seu critério, por meio da área requisitante citada na(s) Ordem(ns) de Fornecimento de Serviço ou de Materiais vinculada(s) ao presente contrato, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases da execução do objeto licitado.

PARÁGRAFO QUARTO - A **CONTRATADA** declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO QUINTO - A existência e a atuação da Fiscalização da **CONTRATANTE** em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne ao objeto contratado e às suas consequências e implicações, próximas ou remotas.

PARÁGRAFO SEXTO - A **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o que for executado em desacordo com o Contrato, o Termo de Referência ou a legislação que esteja em vigor.

CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento e a aceitação dos serviços que compõem cada Ordem de Serviço dar-se-ão da seguinte forma:

I. PROVISORIAMENTE: em até 15 (quinze) dias, contados da data da comunicação, por escrito, da conclusão dos serviços pela CONTRATADA, após a realização de vistoria pela Fiscalização.

II. DEFINITIVAMENTE: em até 90 (noventa) dias contados da vistoria, mediante a lavratura de termo de aceite, que será assinado pelas partes, para que seja configurado o recebimento definitivo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Se após o RECEBIMENTO PROVISÓRIO for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à CONTRATADA, o prazo para a efetivação do RECEBIMENTO DEFINITIVO será interrompido, recomeçando sua contagem após o saneamento das impropriedades detectadas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Independentemente da vigência do contrato, os serviços executados deverão ter **garantia mínima de 5 (cinco) anos**, contado do RECEBIMENTO DEFINITIVO dos serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA ficará

obrigada a reparar quaisquer defeitos relacionados à má execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, sempre que houver solicitação, e sem ônus para a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUARTO - O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, durante o período de garantia previsto para o serviço.

PARÁGRAFO QUINTO - à fiscalização do LAFEPE, a qual competirá, terá o prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços ou das obras executados, para fins de recebimento provisório ou a sua recusa.

PARÁGRAFO SEXTO - O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções, quando exigíveis.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A **CONTRATANTE** realizará inspeção minuciosa de toda obra ou serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra ou serviço, com a finalidade de verificar a adequação da obra ou serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

PARÁGRAFO OITAVO - Caso não tenham sido atendidas as condições contratuais e técnicas na execução da obra ou do serviço, será lavrado um TERMO DE RECUSA ou de NOTIFICAÇÃO, em que serão apontadas as falhas e irregularidades que foram constatadas pelo LAFEPE, sendo estabelecido prazo para o devido reparo.

PARÁGRAFO NONO - A **CONTRATADA** fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no TERMO DE RECUSA ou de NOTIFICAÇÃO.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Após sanadas as falhas e irregularidades que foram apontadas no TERMO DE RECUSA ou de NOTIFICAÇÃO, a **CONTRATADA** efetuará nova comunicação escrita ao LAFEPE.

PARÁGRAFO DÉCIMO - PRIMEIRO - O recebimento definitivo do objeto contratado não exime a **CONTRATADA**, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n.º 10.406, de 2002).

PARÁGRAFO DÉCIMO - SEGUNDO - Após o término da obra ou serviços, toda área deverá ficar livre de entulhos

CLÁUSULA NONA - RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros previstos para o pagamento do serviço/fornecimento, objeto deste Contrato, são provenientes de receita própria do LAFEPE.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

É dever do **LAFEPE** obedecer fielmente às cláusulas avençadas neste contrato, as normas legais pertinentes e constantes no Edital, no Termo de Referência, na Proposta da Contratada, no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênio, na legislação vigente, em especial na Lei Federal 13.303/2016 e subsidiariamente na Lei Federal nº 10.520/2002 bem como:

I. Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa e fiel execução do objeto, bem como permitir o acesso às instalações, quando solicitado pelo contratado em serviço e que estejam relacionados com a execução deste;

II. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativo, anotando em registro próprio todas as falhas detectadas e comunicar ao contratado as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por partes deste;

III. Comunicar e/ou solicitar qualquer alteração nos procedimentos previamente estabelecidos, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas do evento.

III Solicitar que seja providenciada a substituição dos materiais, quando estiver fora das especificações estabelecidas neste termo de referência;

IV. Disponibilizar todas as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto desta licitação;

V. Indicar ao contratado os colaboradores que ficarão encarregados da fiscalização e acompanhamento dos serviços;

VI. Notificar ao contratado, por escrito, a ocorrência de eventuais anormalidades na prestação dos serviços, para preparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com este Termo de Referência;

VII. Permitir o acesso do contratado às suas dependências para a execução dos serviços;

VIII. Proceder à conferência da Notas Fiscais e medições, atestando no corpo das mesmas, a boa execução dos serviços;

IX. Efetuar o pagamento devido pela prestação dos serviços ao contratado, deste que cumpridas todas as formalidades e demais condições estabelecidas no Termo de Referência.

X. Analisar e aprovar a execução dos serviços nas diversas etapas do desenvolvimento. A aprovação pela Fiscalização das várias etapas do desenvolvimento dos serviços, não exime a contratada das suas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA - PRIMEIRA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

É dever da CONTRATADA obedecer fielmente às cláusulas avençadas neste contrato, as normas legais pertinentes e as disposições constantes no Edital, no Termo de Referência, na Proposta da Contratada, no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênio, na legislação vigente, em especial na Lei Federal 13.303/2016 e subsidiariamente na Lei Federal nº 10.520/2002 bem como:

I. Atender com presteza a solicitação do Gestor/Fiscal do Contrato;

II. Estar em condições de executar os serviços a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento;

III. Fornecer todo o material em estrita conformidade com as especificações e condições exigidas, devendo estar já inclusos nos valores propostos todos os custos com impostos, taxas, e demais encargos pertinentes à formação do preço;

IV Entregar o objeto especificado neste Termo de Referência independentemente de qualquer contratempo.

V. Emitir fatura, conforme material fornecido e os documentos necessários para a exatidão da prestação do serviço;

VI A contratada fica obrigada a manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação.

VII. Respeitar as normas de segurança do trabalho, disciplina e demais regulamentos internos da contratante inclusive adotando processo de identificação indicado pela empresa, quando for o caso;

VIII. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato.

IX. Não transferir ou subcontratar a outra parte do contrato, sem prévia e expressa anuência desta empresa;

X. A CONTRATADA deverá, dentro do preço ofertado, ter incluído todas as despesas, diretas e indiretas necessárias ao fiel cumprimento do objeto desta licitação e dentro dos prazos fixados no cronograma;

XI. A Contratada se obriga a substituir em até 10 (dez) dias qualquer material que esteja em desconformidade com o solicitado ou que se apresente de qualidade inferior;

XII. A CONTRATADA deverá adaptar suas rotinas administrativas de forma a

atender aos requisitos mínimos de controle e acompanhamento, solicitados pelo LAFEPE, através da FISCALIZAÇÃO. Tal adaptação não implicará, necessariamente, na mudança das normas internas da CONTRATADA.

XIII. Será de exclusiva responsabilidade e ônus da CONTRATADA a administração e gerenciamento de todo o seu pessoal envolvido nos serviços. Os custos com mão-de-obra, materiais, ferramentas, obrigações sociais, horas extras, periculosidade, despesas com transporte, alimentação, devem estar diluídos nos preços unitários propostos.

XIV Adotar identificação para seu pessoal, utilizando crachá, constando no mínimo os seguintes dados: nome, chapa, função, fotografia e assinatura do responsável pela firma. Esta exigência é condição obrigatória para a permanência dos servidores da CONTRATADA na área onde serão executados os serviços.

XV A CONTRATADA deverá comparecer, quando convocada, às reuniões e inspeções solicitadas pelo LAFEPE, arcando com todo ônus decorrente do não comparecimento às citadas reuniões, devendo estar presente o engenheiro responsável.

XVI Todos os serviços que apresentarem defeitos, erros, omissões ou quaisquer outras irregularidades constatadas pela fiscalização do LAFEPE, deverão ser refeitos pela CONTRATADA, sem ônus para o LAFEPE.

XVII A CONTRATADA deverá dispor de aparelhos celulares para os profissionais responsáveis pela administração dos serviços.

XVIII A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela execução e eficácia dos serviços que efetuar, bem como, pelos danos decorrentes da realização descuidada dos trabalhos.

XIX A CONTRATADA deverá estudar toda a documentação fornecida e, vistoriar previamente o local onde serão executadas as obras e/ou serviços, pois será considerada como perfeita conhecedora das dificuldades que poderá vir a enfrentar ou das dificuldades que poderá dispor.

XX. A CONTRATADA é obrigada a facilitar o acesso do CONTRATANTE à fiscalização dos materiais e da execução dos serviços contratados.

XXI. A CONTRATADA é obrigada a retirar da obra qualquer empregado, tafeiro, operário ou subordinado seu que, a critério do LAFEPE, venha a demonstrar má conduta ou incapacidade técnica.

XXII. Assumir todos os encargos trabalhistas, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem previstos em legislação específica e vigente, referentes aos serviços executados por seus empregados, obrigando-os a saldá-los na época própria, além de responder, também, por possíveis demandas trabalhistas, civil ou penal, relacionadas com a execução dos serviços.

XXIII. apresentar MATRÍCULA DA OBRA OU SERVIÇO JUNTO AO INSS – a matrícula CEI da obra deverá ser aberta junto ao INSS após a assinatura do contrato, independentemente da obra ser construção, reparos ou melhorias, salvo para obra de reparos de pequeno valor, que não ultrapassem o valor de 20 (vinte) vezes o limite máximo de contribuição do INSS.

XXIV. Nas ações que o **LAFEPE** vier a responder em virtude de ações ou omissões da **CONTRATADA**, deverá esta assumir as despesas havidas com os advogados que vierem a atuar no objeto da defesa administrativa ou judicial, bem como das custas relativas as despesas judiciais e administrativas, aqui se incluindo, mas não se limitando aquelas havidas com as custas com fotocópias, autenticação, reconhecimento de firmas, despesas cartoriais de toda a sorte, o pagamento de peritos judiciais, designação de prepostos e testemunhas necessárias á defesa Companhia e as despesas com deslocamento, passagens aéreas e terrestres, locação de veículos, utilização de ônibus, táxis e veículos próprios da Contratante e as estadias em hotéis, despesas de refeição e telefonemas, desde que devidamente comprovadas.

XXV Sendo o **LAFEPE** demandado em Ações Trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, no qual venha a ser responsabilizada direta,

indireta, solidária ou subsidiariamente, a **CONTRATADA** deverá ressarcir todas as despesas inerentes à apresentação de defesa da **LAFEPE**, bem como eventuais valores que vierem a ser penhorados, dados em garantia ou pagos em decorrência de referidas Ações, autorizando, desde já, sejam retidos e compensados os créditos devidos pela Contratante à **CONTRATADA**, nesse ou em outros contratos em vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA - PRIMEIRA: REAJUSTE

O valor consignado neste contrato é fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente, mediante requerimento da contratada, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir apresentação da proposta. Caso incida reajuste, ocorrerá com base na Coluna 35 - Edificações Custo nacional da construção civil e obras públicas apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em conformidade com o que estabelece a Lei Estadual nº 12.525, de 30 de dezembro de 2003, nos termos do item 21 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ALTERAÇÕES INCIDENTES SOBRE O OBJETO DO CONTRATO

A alteração incidente sobre o objeto do Contrato deve ser consensual e pode ser quantitativa, quando importa acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto do contrato, ou qualitativa, quando a alteração diz respeito a características e especificações técnicas do objeto do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A alteração quantitativa sujeita-se aos limites previstos nos § 1º e 2º do artigo 81 da Lei n. 13.303/2016, devendo observar o seguinte:

a) A aplicação dos limites deve ser realizada separadamente para os acréscimos e para as supressões, sem que haja compensação entre os mesmos; e

b) Deve ser mantida a diferença, em percentual, entre o valor global do Contrato e o valor orçado pela **CONTRATANTE**, salvo se o fiscal técnico do contrato apontar justificativa técnica ou econômica, que deve ser ratificada pelo gestor do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A alteração qualitativa não se sujeita aos limites previstos nos § 1º e 2º do artigo 81 da Lei n. 13.303/2016, devendo observar, cumulativamente, o seguinte:

a) Os encargos decorrentes da continuidade do Contrato devem ser inferiores aos da rescisão contratual e aos da realização de um novo procedimento licitatório;

b) As consequências da rescisão contratual, seguida de nova licitação e contratação, devem importar prejuízo relevante ao interesse coletivo a ser atendido pelo serviço;

c) As mudanças devem ser necessárias ao alcance do objetivo original do Contrato, à otimização do cronograma de execução e à antecipação dos benefícios sociais e econômicos decorrentes;

d) A capacidade técnica e econômico-financeira da **CONTRATADA** deve ser compatível com a qualidade e a dimensão do objeto contratual aditado;

e) A motivação da mudança contratual deve ter decorrido de fatores supervenientes não previstos e que não configurem burla ao processo licitatório;

f) A alteração não deve ocasionar a transfiguração do objeto originalmente contratado em outro de natureza ou propósito diverso.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As alterações incidentes sobre o objeto devem ser:

a) Instruídas com memória de cálculo e justificativas de competência do fiscal técnico e do fiscal administrativo da Contratante, que devem avaliar os seus pressupostos e condições e, quando for o caso, calcular os limites;

b) As justificativas devem ser ratificadas pelo gestor do Contrato da Contratante;

c) Submetidas à área jurídica e, quando for o caso, à área financeira da

CLAUSULA DÉCIMA- QUARTA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Acontratadaque incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas:

I. Advertência,

- a. nos casos de atraso injustificado do cronograma, de até 45 (quarenta e cinco) dias, uma única vez;
- b. no caso de descumprimento do prazo de 15 (quinze) dias de antecedência, para solicitação de alteração do cronograma, uma única vez;

II. Multa moratória;

III. Multa compensatória;

IV. Suspensão temporária de participação em licitação e **impedimento de contratar** como **LAFEPE**, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:A aplicação da penalidade de **Advertência** tem caráter subsidiário e será aplicado apenas quando não houver hipótese de multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o LAFEPE, sendo adequada a sua aplicação em decorrência de faltas leves, que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e da contratação, mas não acarretem prejuízos significativos para a Administração.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As sanções de **Advertência** ou **Suspensão temporária** poderão ser aplicadas cumulativamente com a **multa**.

PARÁGRAFO TERCEIRO:Cometem infração administrativa nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002, as licitantes, a detentora da ata ou a contratada que:

- I. Convocada dentro do prazo de validade da proposta, não assinar o Contrato ou a Ata, conforme o caso;
- II. Desistir injustificadamente de lance ofertado, deixar de entregar documentação exigida na licitação ou entregá-la fora do prazo;
- III. Não apresentar a garantia de execução contratual, se exigível, no prazo assinalado;
- IV. Apresentar documentação falsa, inclusive quanto às condições de participação e do enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual;
- V. Recusar-se a igualar, pelo menor preço, os valores das cotas de ampla participação e reservada, quando vencedora em ambas;
- VI. Ensejar o retardamento da execução do objeto contratual;
- VII. Falhar na execução do contrato, deixando de cumprir total ou parcialmente as obrigações assumidas;
- VIII. Fraudar na execução do objeto;
- IX. Cometer fraude fiscal.

PARÁGRAFO QUARTO:A penalidade de **multa** não poderá ser superior a 25 % do valor do contrato, aplicada de acordo com as seguintes regras:

a) MULTA de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do **ITEM/LOTE** do qual participou, observado o valor mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no § 3º, inciso II;

b) MULTA de 1% (um por cento) até 5% (cinco por cento) sobre do valor arrematado para o **ITEM/LOTE** do qual participou ou é contratado, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a ser aplicada a quem cometer as infrações previstas no § 3º **incisos I e V**, bem como àquele que sofreu a penalidade de advertência e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s);

c) MULTA de 0,05% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no **§ 3º inciso III**;

d) MULTA moratória diária de até 0,3% (zero vírgula três por cento), calculada sobre o valor contratual, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega do objeto contratual a quem cometer a infração prevista no **§ 3º inciso VI**;

1. Se o atraso na entrega for parcial, a multa prevista na **§ 4º** alínea “d” será aplicada sobre o valor referente ao quantitativo não entregue no prazo;
2. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia será cabível a multa compensatória prevista nos **§ 4º** alínea “e” e “e1”, conforme o caso.

e) MULTA compensatória de 10% (dez por cento) até 20% (vinte por cento) a quem cometer a infração prevista no **§ 3º , inciso VII**.

e1) A multa referida no **§ 3º , inciso VII** será aplicada sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total do objeto contratual, sendo aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida, em caso de inexecução parcial do objeto.

PARÁGRAFO QUINTO: Multa de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato nos casos das infrações previstas nos **§ 3º , inciso IV, VIII e IX**.

PARÁGRAFO SEXTO: Além da multa, aplicável conforme os itens precedentes, será aplicada a penalidade de **impedimento de licitar** e contratar com o **LAFEPE**, nos seguintes casos e condições:

- I. Dar causa à inexecução total do Contrato ou da Ata de Registro de Preços. Sanção: 2 (dois) anos de suspensão;
- II. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, salvo na hipótese de inversão de fases prevista. Sanção: 6 (seis) meses de suspensão;
- III. Não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado. Sanção: 6 (seis) meses de suspensão;
- IV. Não celebrar o contrato, dentro do prazo de validade de sua proposta ou firmar a Ata de Registro de Preço. Sanção: 1(um) ano de suspensão;
- V. Não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; Sanção: 1 (um) ano de suspensão;
- VI. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; Sanção: 8 (oito) meses de suspensão;
- VII. Apresentar documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; Sanção: 2 (dois) anos de suspensão;
- VIII. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; Sanção: 2(dois) anos de suspensão;
- IX. Comportar-se com má-fé; Sanção: 6 (seis) meses de suspensão;
- X. Praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação. Sanção: 2 (dois)anos de suspensão

PARÁGRAFO SÉTIMO: Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste instrumento, bem como dos prazos previstos no **§7º** e seus incisos, deverão ser observadas as seguintes circunstâncias:

- I. Proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;
- II. Os danos resultantes da infração;
- III. Situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de

receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;

IV. Reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza após 12 (doze) meses da aplicação da sanção anterior; e

V. Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração.

PARÁGRAFO OITAVO - Em caso de reincidência ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (doze) meses, contados da data da abertura do novo processo punitivo, por infração prevista no presente instrumento, e a data do registro de penalização administrativa na Secretaria de Administração por condenação da empresa em processo anterior, as faixas de multa e os prazos previstos no § 5º poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento).

PARÁGRAFO NONO - A penalidade prevista **Suspensão temporária** de participação em licitação e **impedimento de contratar** como **LAFEPE** deverá ser registrada junto a Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco.

PARÁGRAFO DÉCIMO Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, disciplinado no Decreto Estadual nº 42.191, de 1º de outubro de 2015.

PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO Havendo indícios de cometimento das condutas previstas na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), o órgão licitante encaminhará a documentação correspondente às autoridades competentes para apuração da conduta típica em questão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da rescisão

Constituem motivo para rescisão do contrato, as hipóteses do art. 183 do RILC.

PARÁGRAFO ÚNICO: Na forma do art. 185 do RILC, a rescisão do contrato, por culpa da contratada, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 13.303/16 e no RILC permite ao **LAFEPE**:

I. Executar a garantia contratual, para eventuais ressarcimentos, bem como para o adimplemento de multas e indenizações porventura devidas pela **CONTRATADA**;

II. reter créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao **LAFEPE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

será permitida a subcontratação conforme previsão e detalhamento contido no termo de referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS ADITIVOS, DA MATRIZ DE RISCO E DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Fica vedada a celebração de termos aditivos ao contrato, exceto se verificada uma das seguintes hipóteses:

I. Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, devido a caso fortuito ou força maior;

II. Caso fortuito ou força maior que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil à época de sua ocorrência ou que estejam previstos na Matriz de Risco são de responsabilidade da contratada.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da administração pública, desde que não decorrentes de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites previstos no § 2º do art. 180 do RILC do LAFEPE.

Da Alocação de Risco

PARAGRAFO SEGUNDO - Matriz de Risco anexa ao termo de referência é o instrumento que define as responsabilidades do Contratante e do Contratado na

execução do contrato. Com base na Matriz de Risco é que são definidas as diretrizes das cláusulas contratuais.

PARAGRAFO TERCEIRO- A Contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, mas sem limitação, dos que forem atribuídos como de sua responsabilidade

PARAGRAFO QUARTO- A Contratada **não é responsável** pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade é do **Contratante**, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCO.

PARAGRAFO QUINTO- Constituirá peça integrante do contrato, independentemente de transcrição no instrumento de contrato respectivo a ser formalizado, o Anexo I – Matriz.

PARÁGRAFO SEXTO- O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do empreendimento. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere provável prejuízo econômico.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A análise dos riscos associados ao empreendimento é realizada com base nas informações da Matriz de Risco.

PARÁGRAFO OITAVO- Ao oferecer a proposta comercial a contratada assumirá ter pleno conhecimento na natureza e extensão dos riscos por ela assumidos para execução do serviço ou obra e de ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

Da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro

PARÁGRAFO NONO - Sempre que atendidas as condições do serviço ou obra e mantidas as disposições do Contrato e as disposições da MATRIZ DE RISCO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico -financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na MATRIZ DE RISCO.

PARÁGRAFO DECIMO PRIMEIRO - Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA GARANTIA CONTRATUAL

Conforme estabelecido e detalhado no item **21.2.** Edital, para a execução do serviço se exige a prestação da garantia, em valor correspondente a **cinco por cento do valor do contrato**, deverá ser apresentada no prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, prorrogável por igual período, terá validade durante a execução do contrato e até 3 (três) meses após o término da vigência contratual e somente será liberada após a execução do contrato, ante a comprovação de que a contratada pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação no prazo de até **noventa dias**, contados da data de encerramento do contrato, conforme estabelecido no art. 165 § 5º, do Regulamento Interno de Licitações Contratos e Convênio do LAFEPE, observada a legislação que rege a matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA GARANTIA DO SERVIÇO

Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo conforme a responsabilidade prevista na legislação civil (art. 618 do CC).

PARAGRAFO ÚNICO: Verificada a hipótese constante desta cláusula, a contratada será notificada, sendo-lhe concedido prazo para atendimento. Não havendo qualquer manifestação, o contratante providenciará a realização do serviço, devendo seu valor ser indenizado pela contratada.

CLÁUSULA VIGÉSSIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos deste contrato reger-se-ão pela Lei 13.303/2016, pelo Regulamento Interno de Licitação e Contrato, pelo Termo de Referência, como também pelos demais documentos que compoem o processo licitatório, integrantes do presente ajuste

CLÁUSULA VIGÉSSIMA PRIMEIRA - FORO

O foro do presente contrato será o da cidade sede da **LAFEPE**, comarca de **RECIFE**, estado de Pernambuco.

E, por estarem justas e **CONTRATADAS**, assinam as partes o presente **CONTRATO LAFEPE Nº XX/201X** em duas vias, na presença das testemunhas abaixo arroladas, para a sua validade e eficácia jurídicas.

.....

Local e data de assinatura

ANEXO V - MODELO DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA GARANTIA DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO

AO

LABORATÓRIO FARMACEUTICO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES - LAFEPE

Largo de Dois Irmãos, 1117, Dois Irmãos, Recife/PE, Brasil, 52171-010

Pela presente Carta de Fiança, o Banco....., com sede.....,CNPJ/MF nº por si diretamente e seus sucessores,se obriga perante ao**LABORATÓRIO FARMACEUTICO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES - LAFEPE**, com sede em Recife, Pernambuco, CNPJ/MF....., em caráter irrevogável como fiador solidário e principal pagador, com expressa renúncia aos benefícios estatuídos nos artigos 827 e 835 do Código Civil Brasileiro, da firma com sede.....CNPJ/MF nºda importância de R\$, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do **Contrato Nº XXX/20XX**, decorrente da **LICITAÇÃO ELETRONICA Nº.**/.....

A presente fiança é prestada para fim específico de garantir o cumprimento, por parte de nossa Afiançada, das obrigações estipuladas no Contrato antes referido, celebrado, por nossa Afiançada e ao**LABORATÓRIO FARMACEUTICO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES - LAFEPE**

Por força da presente fiança e em consonância com o Contrato acima indicado, obriga-se este Banco a pagar ao **LABORATÓRIO FARMACEUTICO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES - LAFEPE**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do simples aviso que pela mesma lhe for dado, até o limite do valor fixado acima, quaisquer importância cobertas por esta fiança.

Esta Carta de Fiança, vigorará pelo prazo de ____ (____) meses corridos, ou até a extinção de todas as obrigações assumidas por nossa Afiançada mediante o referido Contrato.

Nenhuma objeção ou oposição da nossa Afiançada será admitida ou invocada por este banco para fim de escusar do cumprimento da obrigação assumida neste ato

e por este Instrumento perante ao **LABORATÓRIO FARMACEUTICO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES - LAFEPE**.

Obriga-se este Banco, outrossim, pelo pagamento de quaisquer despesas judiciais e/ou extrajudiciais, bem assim por honorários advocatícios, na hipótese de o **LABORATÓRIO FARMACEUTICO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES - LAFEPE**. Se ver compelido a ingressar em juízo para demandar o cumprimento da obrigação a que se refere a presente garantia.

Declara, ainda, este Banco fiador, que a presente fiança está devidamente contabilizada e que satisfaz às determinações do Banco Central do Brasil e aos preceitos da legislação bancária aplicáveis e, que, os signatários deste instrumento estão autorizados a prestar a presente fiança. Declara, finalmente, que está autorizado pelo Banco Central Do Brasil a expedir Carta de Fiança e que o valor do presente se contém dentro dos limites que lhe são autorizados pela referida entidade federal.

A presente fiança foi emitida 01 (uma) única via.

_____, _____ de _____ de _____.

(Assinaturas autorizadas, com firmas reconhecidas)



Documento assinado eletronicamente por **Andre Luiz de Moura Melo**, em 15/10/2020, às 12:32, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9088089** e o código CRC **16CBDE7F**.

**LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR MIGUEL ARRAES**

Largo de Dois Irmãos, 1117, - Bairro Dois Irmãos, Recife/PE - CEP 51110-130,
Telefone: (81) 3183-1100

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 0060407848.000112/2020-46

1. DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO

1.1. Licitação Eletrônica, modo de disputa aberto, conforme Art. 52 da Lei 13.303/2016.

2. DO OBJETO

2.1. Contratação de empresa de Engenharia para **Execução dos Serviços de Reforma, Ampliação, Instalação e Automação da Climatização (HVAC) do Prédio da Coordenadoria Pesquisas e Desenvolvimento – P&D do Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes S/A – LAFEPE, Recife/PE.**

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes (LAFEPE) é um laboratório reconhecido nacionalmente pela fabricação de medicamentos para atendimento aos Programas do Ministério da Saúde

O LAFEPE tem tomado ações para atualizar seu portfólio de medicamentos a fim de acompanhar os protocolos terapêuticos preconizados pelo Ministério da Saúde.

Portanto, para a plena absorção destes novos produtos, são necessárias modificações nos parques fabris já instalados e certificados pela Agência nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), dentre elas alteração de layout e reformas civis com ampliação para inclusão/alteração de ambientes, incluindo também o setor de Pesquisa & Desenvolvimento.

A presente contratação para a execução da obra na Coordenadoria de Pesquisa & Desenvolvimento (COP&D) se justifica pela necessidade de ampliação da coordenadoria, para que as atividades do setor passem a ser realizadas de forma integral, para diminuir os riscos aos colaboradores e também aos ensaios, pois atualmente as atividades são realizadas em dois setores, com a necessidade de deslocando de colaboradores e amostras analíticas (incluindo substâncias químicas das mais diversas classificações), além de uma melhor acomodação e integração de todos os colaboradores, bem como atender ao desenvolvimento de produtos devido aos compromissos firmados entre o LAFEPE e Parceiros Privados com anuência do Ministério da Saúde através das Parcerias de Desenvolvimento Produtivo – PDP.

Considerando a grande complexidade na execução dos serviços brevemente descrito, justifica-se a necessidade de contratação de empresa especializada para execução desses serviços.

4. DO DETALHAMENTO DO OBJETO / ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS**4.1. DO DETALHAMENTO DO OBJETO / ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1	GERAL
2	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS
3	ESTRUTURA
4	ARQUITETURA
5	INSTALAÇÕES AUTOMAÇÃO
6	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
7	INSTALAÇÕES DE CFTV, LÓGICA E TELEFONIA
8	INSTALAÇÕES MECÂNICAS E DE UTILIDADES
9	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS
10	INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO, DETECÇÃO E COMBATE CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO
11	LIMPEZA FINAL
12	EQUIPAMENTOS - INCIDE BDI DIFERENCIADO 16,02%

O detalhamento do objeto e suas especificações para a execução do objeto deste termo de referência deverão seguir e atender os Projetos Executivos, Memoriais Descritivos contidas nos **Anexos K, L, M, N, O, P, Q, R e S** informados no **Item 35** deste Termo de Referência.

5. DO LOCAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será na sede do LAFEPE, situada no Largo de Dois Irmãos, 1117, Dois Irmãos, Recife, PE, de segunda a sexta no horário das 07h00min às 17h00min, e em caso de necessidade, aos sábados e domingos das 07h00min às 17h00min, desde que acordado e autorizado pela Coordenação de Engenharia do Lafepe. Os trabalhos deverão ser realizados, observando-se o cronograma físico-financeiro, obedecendo ao prazo contratual e às especificações descritas neste Termo de Referência

6. DA PROPRIEDADE E SIGILO

A empresa licitante deverá manter absoluto sigilo sobre todas as informações, estudos, desenhos, esquemas e documentos a que tiver acesso, destinados à execução dos serviços, não podendo fornecê-los a terceiros, nem divulgá-los ou reproduzi-los de qualquer forma, sem a prévia autorização do Gestor do Contrato.

A propriedade intelectual sobre todo e qualquer documento elaborado em decorrência desse serviço será transferida para o LAFEPE, sem ônus.

7. DO PRAZO DE EXECUÇÃO, VIGÊNCIA E ASSINATURA DO CONTRATO E INÍCIO DOS SERVIÇOS:**7.1 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO:**

O prazo de execução do objeto deste termo de referência será de até **06 (seis) meses** consecutivos a contar da data da emissão da respectiva Ordem de Serviços ou documento equivalente.

7.2 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

O prazo de vigência do contrato será de **09 (nove) meses** consecutivos a contar da data da assinatura do contrato, prorrogável na forma da Lei Federal nº 13.303/16, e pelo Regulamento

7.3 -DA ASSINATURA DO CONTRATO:

Concluído o processo de licitação, com a autorização final, o órgão jurídico do LAFEPE elaborará o instrumento contratual e convocará a proponente escolhida para assinar o contrato no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar da data da convocação, prorrogáveis por igual período, salvo situações excepcionais, sob pena de sujeição às sanções previstas neste Regulamento de Licitações e Contratos do LAFEPE

Serão exigidas da empresa vencedora no ato da assinatura do contrato as seguintes planilhas:

a) Demonstrativo da composição analítica da **Bonificação e Despesas Indiretas - BDI**, com indicação percentual incidente sobre os preços unitários apresentados, de forma separada para a construção civil e o fornecimento de materiais/equipamentos ou para a aquisição e transporte.

b) **Composição de custos** de todos os itens da planilha orçamentária, evidenciando de forma clara e detalhada o consumo e o preço de todos os insumos (materiais e mão de obra) utilizados para compor o preço final de cada item ofertado.

c) Não serão admitidos, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão “**verba**” ou de unidades genéricas.

7.4 – DA PRORROGAÇÃO

Os prazos de EXECUÇÃO E VIGÊNCIA somente poderão ser prorrogados nos termos do art. 81 e seus incisos da Lei 13.303/2016, após previa justificativa, devidamente aprovada pela autoridade competente, mediante a formalização de termo aditivo respectivo.

7.5. – DO PRAZO PARA INICIO DOS SERVIÇOS

A Contratada deverá iniciar a execução dos serviços no **prazo máximo de até 15 dias úteis** após **EMISSION DA ORDEM DE SERVIÇO** ou documento equivalente.

8. DA JUSTIFICATIVA DE PREÇO NÃO SIGILOSO, DO PREÇO, DO BDI, DOS QUANTITATIVOS, DO CRONOGRAMA FÍSICO / FINANCEIRO, DA COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DOS PREÇOS

8.1 DA JUSTIFICATIVA DE PREÇO NÃO SIGILOSO:

8.1.1. Considerando que os valores estimados para os serviços contidos na planilha orçamentária foram extraídos de Tabelas de Preços Oficiais de conhecimento público, SINAPI data base Maio / 2020, optamos pela abertura dos preços unitário e total

8.2. DOS PREÇOS

8.2.1. O preço total máximo admitido para a prestação desses serviços será de de **R\$ 3.573.365,60 (três milhões, quinhentos e setenta e três mil, trezentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos)** O orçamento adotado foi o NÃO DESONERADO, conforme planilha em anexo, limitados pela tabela SINAPI, Maio/2020, acrescido do BDI.

8.2.2. O preço total e os preços unitários devem ser iguais ou menores que os valores estimados pelo LAFEPE sob pena de desclassificação.

8.2.3. Na falta dos preços unitários nas tabelas oficiais deverá ser apresentada Composições de Preço Unitário que possuam insumos adequados para o Estado de Pernambuco, no que tange os custos dos insumos, mão de obra e as respectivas leis sociais.

8.2.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.3. DO BDI

8.3.1. O **B D I** (serviço) máximo adotado será de **24,52%** (não desonerado) e BDI Diferenciado (Fornecimento de Materiais e Equipamentos) **16,02%** conforme ACÓRDÃO Nº 2622/2013 – TCU – Plenário

8.3.2. O cálculo do BDI não deverá incluir os seguintes tributos: IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. Também não será possível prever no BDI parcelas como administração local, mobilização/desmobilização e instalação de canteiro de obra/equipamento, e quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, que devem ser cotados na planilha orçamentária;

8.4. DOS QUANTITATIVOS

8.4.1. Para chegar aos quantitativos descritos nesse Termo de Referência levou-se em consideração os projetos executivos anexos a este Termo de Referência.

8.4.2. A licitante não poderá alterar as quantidades contidas na planilha orçamentária, sob pena de desclassificação

8.5. DO CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO

8.5.1. Conforme **ANEXO E** deste Termo de Referência.

8.6. DA COMPOSIÇÃO ANALÍTICA

8.6.1. A CONTRATADA deverá apresentar a composição analítica dos preços unitários propostos 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

9. DO PLANO DE TRABALHO

9.1. Para elaborar o Plano de Trabalho a CONTRATADA deve analisar o conjunto das obras a serem executadas, as quantidades de serviços, os prazos parciais e totais das diversas unidades construtivas, assim como os prazos de fornecimentos de materiais e equipamentos, além dos aspectos locais quanto à logística, condições climáticas e meteorológicas, topográficas, o subsolo e a infraestrutura, de tal modo que o Plano exponha a sequência de execução dos serviços, o cronograma de construção por etapas e atividades, os métodos construtivos, o esquema organizacional, entre outros, de forma confiável e adequada, levando em conta a elaboração do projeto executivo pela CONTRATADA.

9.2. A CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias após recebimento da Ordem de Serviço, deve apresentar o cronograma físico das atividades da obra na sequência de execução dos serviços em formato MS PROJECT ou similar, de modo que a evolução da obra possa ser acompanhada diariamente e atualizada semanalmente ou sempre que algum marco ou evento exija tal atualização. Este cronograma deve obedecer ao **ANEXO E** deste Termo de Referência – CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO.

10. DA FORMA DE PAGAMENTO, MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS E DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

10.1. O pagamento será efetuado através do depósito bancário, a vista dos serviços efetivamente executados, com a apresentação da competente nota fiscal/fatura, emitida em reais, no primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, acompanhada dos relatórios de desempenho técnico dos trabalhos realizados e aprovados pela fiscalização do **LAFEPE**, que emitirá o necessário Boletim de Medição, o qual juntamente com a fatura passarão a integrar o processo administrativo, tudo em consonância com o cronograma físico – financeiro.

10.1.1. As medições serão mensais e deverão realizar-se até o último dia de cada mês e abranger a totalidade das obras e serviços efetivamente executados no período.

10.1.2. Ocorrendo erro ou omissão, a quantidade a mais ou a menos será computada na medição do mês subsequente àquele em que o **LAFEPE** manifestar o seu reconhecimento.

10.1.3. O **LAFEPE** somente receberá faturas para pagamento até o **5º (quinto) dia** do mês subsequente ao da medição.

10.1.4. O pagamento da execução dos serviços será efetuado pelo **LAFEPE** até o **30º (trigésimo) dia**, após a data de expedição do Boletim de Medição dos serviços efetivamente executados.

10.1.5. A realização dos pagamentos estará condicionada à apresentação pela **CONTRATADA**,

na sede do **LAFEPE**, das respectivas notas fiscais de serviços e faturas expressas em reais, baseadas nos preços unitários constantes da proposta vencedora da licitação e aceita pelo **LAFEPE**.

10.1.6. Na emissão da nota fiscal/fatura, a contratada deverá destacar o valor retido, a título de retenção para a seguridade social, nos exatos termos do § 1º, do Art. 31, da Lei Nº 8.212/91.

10.1.7 A contratada deverá elaborar folhas de pagamentos distintas, relativamente à mão de obra alocada aos serviços contratados, nos termos do § 5º, do Art. 31, da Lei Nº 8.212/91, com a redação dada pela Lei Nº 9.711/98, apresentando àquelas ao **LAFEPE**, para fins de habilitação ao pagamento, juntamente com a guia de recolhimento do fundo de garantia por tempo de serviço e informações à Previdência Social – GFIP, correspondente ao mês da última competência vencida, para fins de comprovação do recolhimento do FGTS, consoante impõe o § 1º, do Art. 15, da Lei Nº 8.036/90.

10.1.8. Para fins de habilitação ao pagamento será procedido, igualmente, antes de cada pagamento, consulta pela Coordenadoria Financeira - COFIN, a fim de verificar a regularização da contratada, no que se refere às seguintes certidões: Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União e Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei e de Regularidade Fiscal junto às Fazendas Estadual e Municipal, devendo o resultado dessa consulta ser impresso e juntado aos autos do processo próprio.

10.1.9. O pagamento à contratada das obras e serviços, fornecimento e instalação de materiais e equipamentos, será efetuado até o 30º (trigésimo) dia após a apresentação da fatura emitida a cada 30 (trinta) dias de execução das etapas, comprovadas através dos boletins de medições e devidamente acompanhada do cronograma físico atualizado, quando atestada pelo **LAFEPE**.

10.1.10. Os pagamentos somente serão liberados mediante comprovação pela contratada, de sua situação de regularidade perante o INSS e o FGTS, **ressalvadas as validades das certidões anteriores**, bem como outros documentos que se mostrem necessários à demonstração da permanência das condições de sua habilitação.

10.1.11. O desembolso financeiro mensal máximo que o **LAFEPE** designará para o pagamento dos serviços objeto desta licitação será o Estabelecido no **cronograma físico - financeiro**.

10.1.12. O **LAFEPE** poderá designar o pagamento mensal de parcelas superiores às previstas, quando for necessário acelerar a execução de serviços importantes, para a conclusão dentro do prazo da obra contratada, mediante justificativa apresentada pela Coordenadoria de Obras e Manutenção – COEMO, devidamente aprovada pela Diretoria da Área e elaboração de termo aditivo ao contrato, com novo Cronograma.

10.1.13. O pagamento da **primeira medição** fica condicionado à apresentação pela CONTRATADA da ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, e demais licenças imprescindíveis à execução da obra, bem como a apresentação da MATRÍCULA DA OBRA OU SERVIÇO JUNTO AO INSS.

10.1.13.1. A matrícula CEI da obra deverá ser aberta junto ao INSS após a assinatura do contrato, independentemente da obra ser construção, reparos ou melhorias, salvo para obra de reparos de pequeno valor, que não ultrapassem o valor de 20 (vinte) vezes o limite máximo de contribuição do INSS.

10.1.14. Nenhum pagamento isentará a contratada das responsabilidades e obrigações advindas da execução dos serviços prestados, nem implicará em aceitação dos serviços e produtos em desacordo com o previsto neste edital e seus anexos.

10.1.15. Será adotado como critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, por índice estabelecido nos moldes do art. 69, III, e da Lei nº 13.303/2016, Lei Estadual nº 12.525/2003.

10.2. A administração local será medida conforme acórdão 2622/2013 do TCU-Plenário.

11. DO RECURSOS FINANCEIROS

11.1. Os recursos financeiros para custear as despesas com o objeto deste Termo de Referência são provenientes de receita própria do **LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAS S. A – LAFEPE**.

12. DO ENQUADRAMENTO LEGAL, DA FORMA DE EXECUÇÃO, DO MODO DE DISPUTA, DO REGIME DE CONTRATAÇÃO, DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO, DA JUSTIFICATIVA PELO REGIME DE EXECUÇÃO E DA JUSTIFICATIVA POR LOTE:

12.1. Enquadramento Legal:

- O serviço objeto deste Termo de Referência trata-se de serviço de engenharia enquadrada no Art. 4º inciso VII e Art. 76 Inciso I do RILC do LAFEPE

12.2. Forma de Execução da Licitação:

- LICITAÇÃO ELETRÔNICA

12.3. Modo de Disputa:

- ABERTO.

12.4. Regime de Execução:

- EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

12.5. Critério de julgamento:

- MENOR PREÇO GLOBAL

12.6. Justificativa pelo Regime de Execução;

Apesar de ser disponibilizado o conjunto de projetos executivos, possuindo elementos necessários e suficientes que definiram os serviços planejados para sua execução por preço certo de unidades determinadas verifica-se ainda a existência de serviços que, por sua natureza, apresentam imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários.

Diante dessa incerteza, o estabelecimento do preço com base em certa unidade de medida evita que eventual desacerto entre o quantitativo previsto no planejamento e o efetivamente executado gere prejuízos as partes contratantes, sendo propícia a sua utilização

Considerando o acima exposto será admitido para este processo o Regime de Empreitada por Preço Unitário

12.7. DA JUSTIFICATIVA DE LOTE

A licitação, para a contratação de que trata o objeto deste Termo de Referência e seus Anexos, em **LOTE ÚNICO**, justifica-se pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, vez que vários prestadores de serviços poderão implicar desconitualidade da padronização, bem assim em dificuldades gerenciais e, até mesmo, aumento dos custos, pois a contratação tem a finalidade de formar um todo unitário. Some-se a isso a possibilidade de estabelecimento de um padrão de qualidade e eficiência que pode ser acompanhado ao longo dos serviços, o que fica sobremaneira dificultado quando se trata de diversos prestadores de serviços.

O não parcelamento do objeto em itens, neste caso, se demonstra técnica e economicamente viável e não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa, tão somente, assegurar a gerência segura da contratação, e principalmente, assegurar, não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também, atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública

13. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

13.1. O recebimento e a aceitação dos serviços que compõem cada Ordem de Serviço dar-se-ão da seguinte forma:

13.1.1. PROVISORIAMENTE: em até 15 (quinze) dias, contados da data da comunicação, por escrito, da conclusão dos serviços pela CONTRATADA, após a realização de vistoria pela Fiscalização.

13.1.2. DEFINITIVAMENTE: em até 90 (noventa) dias contados da vistoria, mediante a lavratura de termo de aceite, que será assinado pelas partes, para que seja configurado o recebimento definitivo.

13.2. Se após o RECEBIMENTO PROVISÓRIO for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à CONTRATADA, o prazo para a efetivação do RECEBIMENTO DEFINITIVO será interrompido, recomeçando sua contagem após o saneamento das impropriedades detectadas.

13.3. Independentemente da vigência do contrato, os serviços executados deverão ter **garantia mínima de 5 (cinco) anos**, contado do RECEBIMENTO DEFINITIVO dos serviços.

13.4. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA ficará obrigada a reparar quaisquer defeitos relacionados à má execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, sempre que houver solicitação, e sem ônus para a CONTRATANTE.

13.5. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, durante o período de garantia previsto para o serviço.

14. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Além de dispor a cumprir as obrigações contidas neste Termo de Referência a contratante se obriga a cumprir o previsto no Edital e Minuta do contrato.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de dispor a cumprir as obrigações contidas neste Termo de Referência a contratante se obriga a cumprir o previsto no Edital e Minuta do contrato.

16. DA GARANTIA DO SERVIÇO

16.1 Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo conforme a responsabilidade prevista na legislação civil (art. 618 do CC).

16.2. Verificada a hipótese constante desta cláusula, a contratada será notificada, sendo-lhe concedido prazo para atendimento. Não havendo qualquer manifestação, o contratante providenciará a realização do serviço, devendo seu valor ser indenizado pela contratada.

17. DAS SANÇÕES

As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas na minuta do contrato e no Edital

18. GESTÃO/FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

18.1. A gestão do contrato será exercida pela Coordenadoria de Engenharia, Manutenção e Obras – COEMO.

18.2. O acompanhamento e a fiscalização do objeto do contrato serão exercidos por meio de um servidor indicado pela Coordenadoria de Engenharia, Manutenção e Obras – COEMO, designado como fiscal do contrato, ao qual competirá acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, problemas ou defeitos observados, dando ciência de tudo à Contratada, conforme disposto nos artigos 169 e 170 do Regulamento LAFEPE.

19. APLICAÇÃO DE ÍNDICE EM EVENTUAIS ATRASOS DE PAGAMENTO

19.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, do IBGE, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

I = Índice de atualização financeira, assim apurado:

$$I = (TX/100)^{365}$$

TX = Percentual do IPCA anua

20. DA PROPOSTA COMERCIAL

20.1 Nas propostas de preços apresentadas pelos fornecedores deverão constar, obrigatoriamente:

20.1.1 Proposta comercial endereçada obrigatoriamente ao LAFEPE – Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes, cujo endereço encontra-se no rodapé, acompanhada da Planilha Resumo (Anexo C), Planilha Orçamentária (Anexo D), Cronograma Físico/Financeiro (Anexo E) e Composição do BDI (Anexo F) em conformidade com o ACÓRDÃO N° 2622/2013 – TCU – Plenário devidamente assinada pelo Responsável Legal e pelo seu Responsável Técnico.

20.1.2 Validade da proposta: **Não inferior a 90 dias;**

20.1.3 Nome da empresa e CNPJ, CPF (caso seja pessoa física), endereço e telefones comerciais, nome e assinatura do responsável pela elaboração da proposta, com indicação do cargo junto à empresa; Caso a proposta não seja feita em papel timbrado específico, deverá constar o carimbo do CNPJ do fornecedor;

20.2. A empresa contratada deverá informar através de envio de proposta formal o valor correspondente a cotação atualizada da parcela do contrato a ser fornecida.

20.3. Os cálculos alusivos à formação de preços deverão constar como anexo a proposta, a fim da validação do valor apresentado com a prática de mercado no ato da aquisição.

20.4. Será desclassificada a proposta que:

20.4.1. Apresentar preços excessivos ou manifestamente inexequíveis para os serviços solicitados.

20.4.2. Considerar-se-ão preços manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores se enquadrem dentro do Art. 56, §3º Incisos I e II da Lei 13.303/2016, que dispõe:

“Art. 56. Efetuado o julgamento dos lances ou propostas, será promovida a verificação de sua efetividade, promovendo-se a desclassificação daqueles que:

§ 3o Nas licitações de obras e serviços de engenharia, consideram-se inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

I - Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela empresa pública ou sociedade de economia mista; ou

II - Valor do orçamento estimado pela empresa pública ou sociedade de economia mista.”

20.4.3. Omitir qualquer elemento solicitado.

20.4.4. Deixar de atender às exigências contidas neste Termo de Referência.

21. DO REAJUSTE

21.1 Caso o presente contrato se estenda por mais de 12 (doze) meses, os preços contratuais relativos aos itens referentes ao objeto da contratação serão reajustados.

21.2 A periodicidade do reajuste será anual, contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

21.3 O reajuste ocorrerá com base na Coluna 35 – Edificações Custo nacional da construção civil e obras públicas apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em conformidade com o que estabelece a Lei Estadual nº 12.525, de 30 de dezembro de 2003.

22. DA RESCISÃO CONTRATUAL

22.1. A CONTRATANTE poderá rescindir o presente instrumento nas hipóteses previstas no art. 183 do regimento interno do LAFEPE, em consonância com as disposições do art. 82 e 83 da Lei 13.303/2016.

23. DA SUBCONTRATAÇÃO

23.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

23.1.1. É vedada a subcontratação de empresas que estejam participando da licitação.

23.1.2. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

23.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

23.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação. Além de supervisão da subcontratada no que tange pagamento de FGTS e todas as outras exigências que a LAFEPE faz nesse contrato.

24. DO CONSÓRCIO

24.1. Nesta licitação será admitida a possibilidade de Consórcio de empresas, pela complexidade do empreendimento e o fato de exigir grupos muito distintos de conhecimento, execução de serviços montagens de forros e divisórias metálicas com painéis isotérmico, instalação de sistema de climatização de expansão indireta com filtragem absoluta para salas limpas e automação contendo programação, parametrização, controle e operação de rotinas técnicas em software específico e respectivo hardware, sendo o número máximo de integrantes de cada consórcio limitado a 03.

24.2. Permitir a participação de mais de uma empresa na execução desse empreendimento, além de reforço de capacidade técnica e financeira do licitante, proporcionando maior disponibilidade de equipamento e pessoal especializado, ensinará ainda a participação de maior número de empresas, inclusive regionais com aumento na competitividade.

24.3. As pessoas jurídicas que participarem organizadas em consórcio deverão apresentar, além dos documentos exigidos neste Termo de Referência, compromisso de constituição do consórcio, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, discriminando a empresa líder, estabelecendo responsabilidade solidária com a indicação do percentual de responsabilidade de cada consorciada, bem como a etapa da participação na execução dos serviços, objeto da presente termo de referência, atendidas as condições previstas no Art. 51 do Decreto nº 7.581/2011.

24.4. É vedada a participação de pessoa jurídica consorciada em mais de um consórcio ou isoladamente, bem como de profissional em mais de uma empresa, ou em mais de um consórcio.

24.5. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, a uma empresa brasileira.

24.6. O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de vigência do objeto licitado, até sua aceitação, por meio do Termo de Recebimento Definitivo.

24.7. Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do consórcio, salvo aprovação pela LAFEPE, visando a manter válidas as premissas que asseguram a sua habilitação.

24.8. Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não se constituem nem se constituirão, para fins do consórcio, em pessoa jurídica e de que o consórcio não adotará denominação própria, diferente de seus integrantes.

24.9. Os consorciados deverão comprometer-se a apresentar, antes da assinatura do contrato o Instrumento de Constituição e o registro do Consórcio, subscrito por quem tenha competência em cada uma das empresas. O Contrato de consórcio deverá observar, além dos dispositivos legais e da cláusula de responsabilidade solidária, as cláusulas deste Termo de Referência.

24.10. A preferência para microempresas ou empresas de pequeno porte somente será aplicável a Consórcio, caso seja formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte. Nesta hipótese, as verificações realizadas para conferência do direito à referida preferência serão realizadas para todos os Consorciados.

25. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

25.1. Da Qualificação Técnica Operacional

25.1.1. Prova de REGISTRO ou INSCRIÇÃO, no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e/ou CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo, com jurisdição sobre o domicílio da sede da licitante, devendo obrigatoriamente constar em seu objeto social a execução de serviços técnicos de construção e ou reforma de edificações.

25.1.1.1. No caso de a empresa licitante não ser registrada ou inscrita no CREA e/ou CAU do Estado de Pernambuco, deverão ser providenciado o respectivo visto quando da assinatura do contrato.

25.1.2. Um ou mais Atestado(s) e/ou Certidão(ões) e/ou Declaração(ões) emitido(s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA e/ou CAU, comprovando experiência na execução de objeto pertinentes e compatíveis de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, e ter executado as parcelas de maior relevância, de acordo com a tabela apresentada no item a seguir.

25.1.2.1. São requisitos mínimos necessários, para as empresas comprovarem ter condições de executar o objeto licitado, os itens de serviços discriminados a seguir

PARCELAS DE SERVIÇOS DE MAIOR RELEVÂNCIA E VALOR SIGNIFICATIVO	UND.	QUANTIDADES TOTAIS ORÇADAS P/ LAFEPE	QUANTIDADES MÍNIMAS EXIGIDAS 50%
FORNECIMENTO E MONTAGEM DE FORRO EM PAINÉIS ISOTERMICO, PADRÃO SALA LIMPA, NÚCLEO EM PIR (ESPUMA DE POLISOCIANURATO) E FACES EM CHAPA METÁLICA LISA (0,43 x 0,43MM) E PINTURA A BASE DE TINTA POLIESTER NA COR BRANCA RAL 9003 E=100MM	M²	360	180
FORNECIMENTO E MONTAGEM DE PAINÉIS ISOTERMICO, PADRÃO SALA LIMPA, NÚCLEO EM PIR (ESPUMA DE POLISOCIANURATO) E FACES EM CHAPA METÁLICA LISA (0,43 x 0,43MM) E PINTURA A BASE DE TINTA POLIESTER NA COR BRANCA RAL 9003 E=50MM	M²	390	195
INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE CLIMATIZAÇÃO DE			

EXPANSÃO INDIRETA COM FILTRAGEM ABSOLUTA E COM CONTROLE DE TEMPERATURA, PRESSÃO E UMIDADE RELATIVA DO AR	TR	77,85	38,92
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO EM INSTALAÇÕES DE ÁGUA GELADA, CONTENDO PROGRAMAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, CONTROLE E OPERAÇÃO DE ROTINAS TÉCNICAS EM SOFTWARE ESPECÍFICO E RESPECTIVO HARDWARE	PT	244	122

25.1.3. Para facilitar a análise, é recomendável que o licitante destaque, nas referidas certidões, os serviços cuja experiência se pretende comprovar e o seu respectivo quantitativo.

25.1.4. Se a certidão e/ou atestado não for emitida pelo Contratante principal da obra (pessoa jurídica de direito público ou privado), deverá ser juntada à documentação pelo menos um dos seguintes documentos:

25.1.4.1. Declaração formal do Contratante principal confirmando que o Licitante tenha participado da execução do serviço objeto do contrato;

25.1.5. Não será aceito atestado de serviço/obra inacabada, executada parcialmente ou em andamento;

25.1.6. Entende-se por serviços de obras pertinentes e compatíveis com o objeto deste termo de referência, os serviços de construção e edificações industriais, de unidades comerciais de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior aos previstos no objeto deste Termo;

25.1.7. Em caso de apresentação de atestado de obras executadas em consórcio, somente será considerado o percentual referente à participação da empresa no consórcio.

25.1.8. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

25.1.9. O licitante disponibilizará, caso seja solicitado, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, fornecendo, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

25.2. Justificativas da Parcela de Maior Relevância:

25.2.1. Adotamos a parcela de maior relevância técnica e valor significativo os serviços informados no Item 25.1.2.1 que **representam 26,61%** do valor total dos serviços conforme dimensionado na curva ABC bem como serem os itens de maior complexidade técnica e abaixo informado:

25.2.1.1. Em conformidade com o Art. 7º, §6, Inciso II do RILCC do Lafepe, adotamos o percentual de 50% na parcela de maior relevância, por se tratar de um serviço complexo, conforme acima informado, exigindo-se expertise por parte da empresa que realizará os serviços.

25.2.1.2. É permitido o somatório de quantitativos havidos em mais de um atestado nos casos em que a complexidade e a técnica empregadas não variem em razão da dimensão ou da quantidade do objeto

25.2.1.3. Em suma, restarão caracterizados como sendo parcelas de maior relevância os serviços identificados como sendo de maior complexidade técnica e vulto econômico, cuja inexecução importe em risco mais elevado para a Administração

25.3. Da Qualificação Técnica Profissional

25.3.1. Comprovação de que a licitante possui no seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional(ais) de nível superior, registrado no CREA e/ou CAU, detentor(es) de 01(um) ou mais ATESTADO(s) técnico(s), conforme as áreas de atuação (Arquitetura, Civil, Mecânica e Elétrica), sendo que obrigatoriamente um dos profissionais deverá comprovar responsabilidade técnica pela execução dos serviços pertinentes e compatíveis de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior com o objeto desta licitação.

- Engenheiro Civil ou Arquiteto para execução das obras civis e de arquitetura;
- Engenheiro Eletricista para execução dos serviços de elétrica predial, SPDA e infraestrutura de TI;
- Engenheiro Eletricista / Eletrônico / Mecatrônica (Controle e Automação) para execução dos serviços automação dos sistemas de HVAC, e utilidades
- Engenheiro Mecânico para execução dos serviços de mecânica (HVAC, Refrigeração, Combate a Incêndio e outros).

25.3.2. O(s) atestado(s) relativo(s) ao serviço de engenharia e de responsabilidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica(as) de direito público ou privado deverão estar acompanhado(s) da(as) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedido(s) pela(s) entidade profissional competente da(s) região(ões) onde o(s) serviço(s) tenha(m) sido realizado(s), conforme as áreas de atuação, indicando como itens de maior relevância o que segue:

PARCELAS DE SERVIÇOS DE MAIOR RELEVÂNCIA E VALOR SIGNIFICATIVO
FORNECIMENTO E MONTAGEM DE FORRO EM PAINÉIS ISOTERMICO, PADRÃO SALA LIMPA, NÚCLEO EM PIR (ESPUMA DE POLIISOCIANURATO) E FACES EM CHAPA METÁLICA LISA (0,43 x 0,43MM) E PINTURA A BASE DE TINTA POLIESTER NA COR BRANCA RAL 9003 E=100MM
FORNECIMENTO E MONTAGEM DE PAINÉIS ISOTERMICO, PADRÃO SALA LIMPA, NÚCLEO EM PIR (ESPUMA DE POLIISOCIANURATO) E FACES EM CHAPA METÁLICA LISA (0,43 x 0,43MM) E PINTURA A BASE DE TINTA POLIESTER NA COR BRANCA RAL 9003 E=50MM
INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE CLIMATIZAÇÃO DE EXPANSÃO INDIRETA COM FILTRAGEM ABSOLUTA E COM CONTROLE DE TEMPERATURA, PRESSÃO E UMIDADE RELATIVA DO AR
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO EM INSTALAÇÕES DE ÁGUA GELADA, CONTENDO PROGRAMAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, CONTROLE E OPERAÇÃO DE ROTINAS TÉCNICAS EM SOFTWARE ESPECÍFICO E RESPECTIVO HARDWARE

25.3.3. A comprovação do vínculo do profissional detentor do atestado técnico poderá ser feita pelas seguintes formas:

25.3.3.1 No caso de empregado da empresa: mediante apresentação de cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Ficha de Registro de Empregados no Ministério do Trabalho ou contrato de prestação de serviços sob a égide da legislação civil;

25.3.3.2. No caso de sócio ou dirigente: mediante apresentação de cópia autenticada do Contrato Social ou Estatuto devidamente registrado no órgão competente;

25.3.3.3. No caso de prestador de serviços: mediante contrato escrito firmado com o licitante ou declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

25.3.4. Não se admitem atestados de fiscalização, supervisão ou coordenação da execução de obras/serviços.

25.3.5. A substituição de qualquer dos técnicos só poderá ser concretizada com a solicitação justificada da licitante vencedora e anuência por escrito do LAFEPE, por técnico igualmente qualificado.

25.3.6. O(s) profissional(ais) referido(s) no "subitem 25.3.3.3" que for(em) indicado(s) como

responsável(eis) técnico(s) para o objeto desta licitação, deverá(ão) declarar a autorização da inclusão de seu(s) nome(s) como responsável(eis) técnico(s) pela execução do objeto ora licitado, conforme **Anexo I** deste Termo de Referência.

26. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

A documentação relativa à **habilitação jurídica, além do solicitado no Edital Padrão**, consistirá em:

26.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

26.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;

26.3. Compromisso de constituição do Consórcio, conforme indicado no subitem 24.1 deste Termo de Referência, se for o caso.

27. DA REGULARIDADE FISCAL

A documentação relativa à **regularidade fiscal, além do solicitado no Edital**, consistirá em:

27.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

27.2. Prova de regularidade com o INSS, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União.

27.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

27.4. Prova de regularidade com a Fazenda Pública Estadual.

27.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

28. DA CAPACIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA

Além do que dispõe no Edital Padrão a documentação relativa à **qualificação econômico-financeira** consistirá em:

28.1. Certidão Negativa de falência e recuperação judicial, emitida pelo Cartório distribuidor da sede do licitante, com data de expedição inferior a 90 (noventa) dias, da data de apresentação dos Documentos de Habilitação e das Propostas, caso no documento não conste o prazo de validade.

28.1.1. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial referente aos processos distribuídos pelo PJE (**Processos Judiciais Eletrônicos**) da sede da pessoa jurídica;

28.1.2. A certidão descrita no subitem "28.1.1" somente é exigível quando a certidão negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial do Estado da sede da licitante subitem "a" contiver a **ressalva expressa** de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

28.2. Empresas em recuperação judicial poderão participar da presente Licitação, desde que, para tanto, comprovem mediante a apresentação de certidão judicial específica, o seu regular cumprimento do plano homologado e que certifique que a licitante está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

28.3. Comprovação de **Capital Social** de no mínimo a 10% do valor arrematado por **ITEM**, devendo apresentar para comprovação o contrato social, com as devidas alterações.

28.3.1. Em se tratando de Consórcio, fica estabelecido um acréscimo de **30%(trinta por cento)** dos valores exigidos para a Licitante individual, admitindo-se, porém, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação;

28.3.2. O que trata o acréscimo contido no item 28.3.1 não será aplicável aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 238, inc. III do RILC do LAFEPE

28.4. As empresas deverão apresentar o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, do último exercício social, já exigível, apresentadas na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais (IGP-DI) quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

28.4.1. Para as empresas constituídas na forma de Sociedade Anônima ou por Ações, o balanço deverá ser apresentado em publicações do Diário Oficial e registrado no órgão competente (art. 176, § 1o, e 289, § 5o, da Lei No 6.404), devendo ser apresentado o balanço referente ao exercício social já exigível, conforme preceitua o art. 132 da Lei 6.404/76 e demais dispositivos legais pertinentes.

28.4.2. Para as empresas constituídas sob as demais formas societárias, o Balanço deverá ser apresentado devidamente assinado por Contador, e por um diretor, na forma da lei.

28.4.3. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis devem constar das páginas correspondentes do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio do licitante (ou em outro órgão equivalente), com os competentes termos de abertura e encerramento.

28.4.4. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência contida no item 28.4, mediante a apresentação de balanço de abertura ou do último Balanço Patrimonial e demonstração do resultado, levantado conforme o caso.

28.5. Demonstrativo da capacidade econômica - financeira por intermédio da fórmula e do índices discriminados no edital padrão do LAFEPE

28.6. O Demonstrativo da capacidade econômico-financeira da empresa será analisado mediante a apresentação do cálculo, com base nos dados extraídos do balanço, devendo, neste caso, ser apresentada a respectiva memória de cálculo.

29. GARANTIA CONTRATUAL

Para essa licitação o LAFEPE exige e prestação da Garantia contratual no percentual de 5% do valor global do contrato, e será atualizada nas mesmas condições de reajustes do contrato, conforme previsto no art. 165, do RILC, conforme detalhamento contido no Edital Padrão e Minuta do Contrato, parte integrante e complementar desse instrumento.

No caso de consórcio, fica obrigada a empresa líder do consórcio ou o representante do mesmo a oferecer a garantia do contrato.

30. DOS ADITIVOS, DA MATRIZ DE RISCO E DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

30.1. Fica vedada a celebração de termos aditivos ao contrato, exceto se verificada uma das seguintes hipóteses:

30.1.1. Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, devido a caso fortuito ou força maior;

30.1.2. Caso fortuito ou força maior que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil à época de sua ocorrência ou que estejam previstos na Matriz de Risco são de responsabilidade da contratada.

30.1.3. Necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da administração pública, desde que não decorrentes de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites previstos no § 1º do art. 81 da Lei nº 13.303/2016 .

30.2. Da Alocação de Risco

30.2.1. Matriz de Risco anexa a esse termo de referência é o instrumento que define as

responsabilidades do Contratante e do Contratado na execução do contrato. Com base na Matriz de Risco é que são definidas as diretrizes das cláusulas contratuais.

30.2.2. A Contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, mas sem limitação, dos que forem atribuídos como de sua responsabilidade

30.2.3. A Contratada **não é responsável** pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade é do **Contratante**, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCO.

30.2.4. Constituirá peça integrante do contrato, independentemente de transcrição no instrumento de contrato respectivo a ser formalizado, os Anexos AI e AII – Matriz de Risco.

30.2.5. O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do empreendimento. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere provável prejuízo econômico.

30.2.6. A análise dos riscos associados ao empreendimento é realizada com base nas informações da Matriz de Risco.

30.2.7. Ao oferecer a proposta comercial a contratada assumirá ter pleno conhecimento na natureza e extensão dos riscos por ela assumidos para execução do serviço ou obra e de ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

30.3. DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

30.3.1. Sempre que atendidas as condições do serviço ou obra e mantidas as disposições do Contrato e as disposições da MATRIZ DE RISCO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

30.3.2. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na MATRIZ DE RISCO.

30.3.3. Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

31. DO ORGANOGrama DA OBRA

31.1. Após a assinatura do contrato a CONTRATADA deverá apresentar um Organograma da Obra, no qual deverá constar funções e atribuições dos componentes deste organograma.

31.2. Para representá-la em matéria de ordem técnica e nas relações com a CONTRATANTE, a CONTRATADA manterá devidamente credenciados, técnicos responsáveis pela obra.

31.3. A condução geral da obra ficará a cargo de pelo menos um engenheiro, habilitado profissionalmente, com práticas comprovadas em serviços idênticos aos contemplados nas especificações, mediante apresentação de Acervo Técnico. Este profissional será auxiliado por um ou mais encarregados, que na sua ausência eventual, o representarão junto a CONTRATANTE desde que tal responsabilidade seja aprovada por esta.

31.4. No local da obra deverá haver um responsável legal por ela, e na sua ausência, um seu proposto, com plenos poderes para representar a CONTRATADA junto à CONTRATANTE. A indicação deste preposto deve ser previamente aprovada pela CONTRATANTE.

31.5. É obrigatória a presença constante do encarregado no canteiro de trabalho, durante toda a execução da obra, seja qual for o estado desta e, desde que necessário, a critério da CONTRATANTE, a do engenheiro responsável pela obra. O engenheiro responsável auxiliado pelo encarregado, deverá exigir e orientar a execução de todos os serviços, de forma intensa, rigorosa e eficaz, a fim de atender plenamente o contrato, o projeto e as especificações. Todas as solicitações da CONTRATANTE ao engenheiro responsável pela obra serão consideradas como se fossem dirigidas diretamente à CONTRATADA; por outro lado, todo e qualquer ato efetuado ou decisão tomada pelo referido engenheiro, ou ainda, missão de responsabilidade do mesmo, serão considerados para todo e qualquer efeito como tendo sido da CONTRATADA.

31.6. O engenheiro responsável e o encarregado, cada um no seu âmbito deverão estar sempre em condições de atender à fiscalização e prestar-lhe todos os esclarecimentos e informações sobre o andamento dos serviços, a sua programação, as peculiaridades das diversas tarefas e tudo o mais que a CONTRATANTE reputar necessário e útil e que se refira, direta ou indiretamente, à obra e suas implicações

32. MEDIDAS E NORMAS GERAIS DE SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO

Medidas e Normas Gerais de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho estabelecidas pelo LAFEPE e que deverão ser consideradas pela CONTRATADA são:

32.1. Implantar a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) no local dos serviços, desde que o número de empregados seja igual ou superior a 20 (vinte), conforme preceitua a NR-5 da Portaria 033 de 27/10/83 do Ministério do Trabalho;

32.2. Manter em seu escritório, no local de serviço, um livro semelhante ao Diário de Obras, exclusivamente para registros das irregularidades que digam respeito à Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, que deverá ser apresentado ao LAFEPE, sempre que solicitado, para verificação, registros e providências requeridas, no que tange ao assunto;

32.3. O responsável da CONTRATADA, no local dos serviços, deverá apor um ciente no livro de ocorrências e providenciar para que as solicitações sejam atendidas no mais curto espaço de tempo possível;

32.4. Ao término do contrato, o livro de registro será arquivado no LAFEPE;

32.5. Enviar, por escrito, para a Fiscalização do LAFEPE, até o dia 20 de cada mês subsequente, os dados estatísticos de todos os acidentes de trabalho ocorridos nos serviços do mês anterior, bem como cópias das atas de reuniões ordinárias da CIPA, realizadas no período citado;

32.6. Comunicar de imediato à Fiscalização do LAFEPE, através de formulário próprio, qualquer ocorrência de acidentes;

32.7. Enviar mensalmente à Fiscalização do LAFEPE, cópias do anexo I da NR-5, com carimbo de recebimento da DRT;

32.8. Se fazer representar nas reuniões das CIPAS do LAFEPE, quando convocada;

32.9. Todos os EPI's - Equipamentos de Proteção Individual deverão ser fornecidos, juntamente com a cópia autenticada e dentro do prazo de validade do CA -Certificados de Aprovação e CRI – Certificado de Registro do Importador emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego;

32.10. Adquirir e utilizar os Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) que se fizerem necessários ao desenvolvimento seguro dos serviços;

32.11. Inspeccionar periodicamente as suas máquinas e equipamentos durante a vigência do contrato;

32.12. Instalar nas suas oficinas, galpões, depósitos, etc., os extintores móveis de proteção contra incêndios, em quantidade e tipos específicos para cada caso, de acordo com os itens da NR-23 da Portaria 3214;

32.13. Observar as condições mínimas de segurança exigidas pela NR-10, relativas à instalação e operação de sistemas elétricos;

32.14. Assumir a responsabilidade pelos atrasos ou prejuízos decorrentes da paralisação parcial ou total dos trabalhos, provocados pelo não cumprimento da Legislação sobre Segurança e Medicina do Trabalho vigente na época;

32.15. Apresentar ao Lafepe, no ato da integração, toda a documentação necessária referente ao pessoal que irá participar das atividades, tais como:

- Ficha (s) de registro de empregado (s)

- Cópia da CTPS - Carteira de Trabalho (Contrato de trabalho)
- Fichas de controle e entrega de EPI's e Uniformes.
- ASO's - Atestados de Saúde Ocupacional (Atualizados e dentro de seus respectivos prazos/vençimentos) – Apto para trabalhos em altura
- Cópia do cartão de Vacinação (antitetânica)
- Certificados de treinamentos obrigatórios pelas NR's (Ex: NR-10, NR-12)
- Treinamento Adimensional (Conforme Lei 6.514/77 e sua respectiva NR-18)
- PPRA, PCMSO e/ou PCMAT conforme a atividade a serem executadas. (Atualizadas e dentro de seus respectivos prazos/vençimentos)

32.16. O LAFEPE, através de sua equipe de Fiscalização e da Coordenadoria de Segurança do Trabalho – COSET fiscalizará e orientará o Sistema de Segurança e Medicina do Trabalho da CONTRATADA, fazendo cumprir as exigências contidas nas Normas de Segurança do LAFEPE, da Portaria 3214 de 08 de junho de 1978 do Ministério do Trabalho e demais legislações subsequentes;

32.17. Todos os custos decorrentes do cumprimento das Normas Gerais de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho serão ônus da CONTRATADA.

33. DA VISTORIA TÉCNICA

33.1. É facultado ao licitante agendar vistoria ao local da obra ou serviço. A vistoria deverá ser feita por um técnico indicado pela empresa licitante ou por um representante legal e deverá ser agendada, previamente, junto à Coordenadoria de Engenharia Manutenção e Obras – COEMO do LAFEPE, através dos telefones e contato: (81) 31831153/1178 ou pelo e-mail: marcelo.menelau@lapepe.pe.gov.br, no horário de 08h30min às 16h:00min, ocasião em que o colaborador do LAFEPE fornecerá a **DECLARAÇÃO DE VISTORIA (ANEXO G)**, da área onde serão realizados os serviços.

33.1.1. Optando pela realização da vistoria, a declaração será emitida pelo servidor, conforme o modelo de **DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA - ANEXO G**, de que o licitante, por meio de representante designado para esse fim, vistoriou os locais onde a obra ou o serviço será realizado, e de que tem conhecimento de todas as informações necessárias à sua adequada execução.

33.1.2. As vistorias **NÃO** serão realizadas em mesmo horário pelos licitantes;

33.1.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o segundo dia útil que anteceder a abertura da disputa;

33.1.4. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverá possuir **preferencialmente** formação na área de engenharia, devido à complexidade do objeto desta licitação, bem como estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

33.1.5. Caso a licitante **NÃO** queira realizar a vistoria, deverá apresentar, em substituição ao atestado de vistoria, **DECLARAÇÃO SUBSTITUTIVA ANEXO H**, assinada pelo responsável da empresa, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza e do escopo dos serviços, bem como das exigências ambientais, e que assume total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras ao LAFEPE;

33.2. Em caso de participação em consórcio, a vistoria técnica poderá ser realizada por qualquer das empresas consorciadas.

33.3 Não será permitido que um mesmo preposto represente 02 (duas) ou mais empresas distintas na vistoria técnica.

33.4. Caso o vencedor da licitação seja um Consórcio, deverão ser fornecidas as declarações assinadas, de forma individual, por cada um dos consorciados.

34. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

34.1 Os casos omissos neste instrumento serão resolvidos pela análise do Edital, Minuta do Contrato, Regulamentos Internos de Licitação, Contrato e Convênio do LAFEPE, Legislação Vigente dentre as quais a Lei Federal 13.303 /2016 subsidiariamente e jurisprudência.

35. FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO DE REFERÊNCIA OS SEGUINTE ANEXOS:

- ANEXO A1 – MATRIZ DE RISCO
- ANEXO A2 - ATIVIDADE EMPRESARIAL E TRIBUTÁRIAS
- ANEXO B – MODELO DE PROPOSTA
- ANEXO C – RESUMO PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (7923876)
- ANEXO D – ORÇAMENTO SINTÉTICO SIMPLIFICADO (7923956)
- ANEXO E – CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO (7924041)
- ANEXO F – COMPOSIÇÃO DO BDI (7924122)
- ANEXO G – DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA
- ANEXO H – DECLARAÇÃO SUBSTITUTIVA
- ANEXO I-DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA
- ANEXO J –FOTO DA LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO
- ANEXO K - PROJETO EXECUTIVO DE ARQUITETURA (7924237)

NOME DO ARQUIVO
ARQ-231-EX-001-P_D- SIT-LOC-R02
ARQ-231-EX-002-P_D- COB-R02
ARQ-231-EX-003-P_D- TER-EXI
ARQ-231-EX-004-P_D-MOD-TER
ARQ-231-EX-005-P_D-TER-R03
ARQ-231-EX-006-P_D-LAY-TER-R03
ARQ-231-EX-007-P_D-COR-R02.pdf
ARQ-231-EX-008-P_D-COR-FAC-R02
ARQ-231-EX-009-P_D-FAC-R02
ARQ-231-EX-010-P_D-PIS-TER-R03
ARQ-231-EX-011-P_D-DET-GUA-R02
ARQ-231-EX-012-P_D-FOR-R01

ARQ-231-EX-013-P_D-PAI-R00
ARQ-231-EX-014-P_D-ESQ-R02
ARQ-231-EX-015-P_D-DET-ESC-R02
ARQ-231-EX-016-P_D-DET-BAN-R03
ARQ-231-EX-017-P_D-DET-BAN-R03
ARQ-231-EX-018-P_D-DET-BAN-R03
ARQ-231-EX-019-P_D-DET-VEST-BAN-R03
Memorial ARQ_P_D-R05

- ANEXO L -PROJETO EXECUTIVO DE ESTRUTURA E FUNDAÇÃO(7924314)

NOME DO ARQUIVO
EST-231-EX-001-CAR-TER-LOC-R00
EST-231-EX-002-CAR-TER-FOR-R00
EST-231-EX-003-CAR-PTC-FOR-R00
EST-231-EX-004-CAR-COB-FOR-R00
EST-231-EX-005-CAR-FUN-FOR-R00
EST-231-EX-006-CAR-FUN-SAP-R00
EST-231-EX-007-CAR-FUN-SAP-R00
EST-231-EX-008-CAR-GER-PIL-R00
EST-231-EX-009-CAR-GER-PIL-R00
EST-231-EX-010-CAR-TER-VIG-R00
EST-231-EX-011-CAR-TER-VIG-R00
EST-231-EX-012-CAR-TER-VIG-R00
EST-231-EX-013-CAR-TER-VIG-R00
EST-231-EX-014-CAR-PTC-VIG-R00
EST-231-EX-015-CAR-PTC-VIG-R00
EST-231-EX-016-CAR-COB-VIG-R00
EST-231-EX-017-CAR-TER-LAJ-R00
EST-231-EX-018-CAR-PTC-LAJ-R00
EST-231-EX-019-CAR-PTC-LAJ-R00
EST-231-EX-020-CAR-PTC-LAJ-R00

- ANEXO M –PROJETO EXECUTIVO –HIDROSANITÁRIO(7925252)

NOME DO ARQUIVO
Memorial HID_P_D
HID-231-EX-001-TER-COB-R02
HID-231-EX-002-VIS-DET-R01
HID-231-EX-003-COR-R01

- ANEXO N – PROJETO EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICA(7927023)

NOME DO ARQUIVO
ELE-231-EX-002-MEM-R02
ELE-231-PB-INST.ELE-COPD-001-R7
ELE-231-PB-SPDA-COPD-003-R3-Layout1 (2)

- ANEXO O - PROJETO EXECUTIVO COMB INCENDIO(7927073)

NOME DO ARQUIVO
INC-231-MD-EX-GER-R01
INC-231-EX-001-P_D-TER-SFX-R02
INC-231-EX-002-P_D- SIT-LOC-R00
INC-231-EX-003-P_D- COR-FAC-R01
INC-231-EX-004-P_D- COR-DET-R02

- ANEXO P – PROJETO EXECUTIVO DE ESTRUTURA METÁLICA(7927159)

NOME DO ARQUIVO
EST-231-EX-MD-MET-GER-R02
EST-231-EX-001-MET-COB-P_D-R00
EST-231-EX-002-MET-COB-P_D-R00
EST-231-EX-003-MET-ESC-P_D-R01
EST-231-EX-005-FUN-ESC-P_D-R00

- ANEXO Q PROJETO EXECUTIVO CABEAMENTO ESTRUTURADO SEI (7927209)

NOME DO ARQUIVO
ELE-231-MD-EX-ELE-GER-R04
CAB-231-EX-001-TER-PED-R05

- ANEXO R – PROJETO EXECUTIVO AUTOMAÇÃO(7927254)

NOME DO ARQUIVO
CFTV:
Memorial AUTOMAÇÃO DO SISTEMA DE CFTV _P_D
AUT-231-PB-001-CFTV-R00
CONTROLE DE ACESSO:
Memorial AUTOMAÇÃO DO SISTEMA DE CFTV _P_D
CONTROLE HVAC
DATASHEET SALAS
AUT-231-PB-001-DATASHEET-PDT-SALAS-P_D-R01
AUT-231-PB-001-DATASHEET-TIT_MIT-SALA-P_D-R01
DATASHEET UTA
AUT-231-PB-001-DATASHEET-INSTRUMENTAÇÃO-UTA-26-P_D-R01
AUT-231-PB-001-DATASHEET-INSTRUMENTAÇÃO-UTA-27-P_D-R01
AUT-231-PB-001-DATASHEET-INSTRUMENTAÇÃO-UTA-28-P_D-R01
ENCAMINHAMENTO
AUT-231-PB-001-ENC ELET UTA-P_D-R01
AUT-231-PB-001-ENC INST SALAS-P_D-R01-1
INFRA PAINEL
AUT-231-PB-001-LAY OUT INFRA UTA-26-PD-R01 Layout1 (1)
AUT-231-PB-001-LAY OUT INFRA UTA-27-PD-R01
AUT-231-PB-001-LAY OUT INFRA UTA-28-PD-R01
INSTRUMENTAÇÃO

AUT-231-PB-001-LAY OUT INST UTA-26-PD-R01
AUT-231-PB-001-LAY OUT INST UTA-27-PD-R01
AUT-231-PB-001-LAY OUT INST UTA-28-PD-R01
AUT-231-PB-002-LAY OUT INST UTA-27-PD-R01
LISTAS
AUT-231-PB-001-LISTA DE MATERIAIS P_D-R01
AUT-231-PB-001-LISTA DE PONTOS P_D-R01
AUT-231-PB-001-LISTA PAINEIS UTAS-P_D-R00
MD_HVAC
Memorial AUTOMAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE HVAC_P_D
TOPOLOGIA
AUT-231-PB-001-TOPOLOGIA AUT-R01
AUT-231-PB-001-TOPOLOGIA COLETORES-R01

◦ ANEXO S –PROJETO EXECUTIVO DE CLIMATIZAÇÃO(7927318)

NOME DO ARQUIVO
MEC-231-EX-BASES P_D-02-R00.pdf
MEC-231-EX-DUTOS P_D-01-R00.pdf
MEC-231-PB-DETALHES P_D-03-R00.pdf
MEC-231-PB-FLUX-UTA_26-04-R00.pdf
MEC-231-PB-FLUX-UTA_27-05-R00.pdf
MEC-231-PB-FLUX-UTA_27-05-R00.pdf
PROJ231-MEC_MEMORIAL DE CALCULO_P_D-R00.pdf
PROJ231-MEC_MEMORIAL DESCRITIVO_P_D-R00.pdf

OBS.: Os documentos que integram os Anexos K, L, M, N, O, P, Q, R e S, estão disponibilizados em arquivo separado e deverá ser solicitado a Pregoeira através do email: cpl@lafepe.pe.gov.br

Recife, 13 de outubro de 2020.

Engº Marcelo Menelau

Coordenador de Engenharia, Manutenção e Obras.

ANEXO A1 – MATRIZES DE RISCO

OBJETO: CONSTRUÇÃO DA REFORMA COM AMPLIAÇÃO, INSTALAÇÃO E AUTOMAÇÃO DA CLIMATIZAÇÃO (HVAC) DO PRÉDIO DA COORDENADORIA PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO - P&D						
CATEGORIA	DESCRIÇÃO	CONSEQUÊNCIA	MEDIDA MITIGADORA	IMPACTO	PROBABILIDADE	ÁREA RESPONSÁVEL
PROJETO EXECUTIVO	Quantidade e qualidade insuficientes ou inadequadas dos bens de serviços previstos na planilha estimativa de custos para realização do serviço.	Necessidade de ativo de adequação de planilha com possibilidade de aumento do custo previsto.	Revisão dos projetos e custos elaborados.	Baixo	Baixa	Administração
EXECUÇÃO DAS OBRAS	Ocorrência de eventos que impactam o cumprimento do prazo ou que aumentem custos, incluindo eventos climáticos, sem excluir demais eventos.	Atraso no cronograma	Planejamento de obra e das aquisições de materiais e equipamentos, possibilidade de ativo de obra.	Médio	Média	Administração / Contratado
		Aumento de custo devido ao aumento de prazo	Condições para a aquisição estrutura de administração local nos valores recebidos conforme critério de medição e pagamento de administração local.			Contratado
		Aumento de custo devido à necessidade de adequação de planilha com inclusão de serviços extras ou aumento de quantitativos	Avaliação de solução de engenharia e possibilidade de elaboração de ativo de adequação de planilha e/ou acréscimo de valor.			Administração
LICENÇAS AMBIENTAIS / RISCOS AMBIENTAIS	Não obtenção das licenças, inclusive de centenas e passas. Necessidade de complementação de estudos ambientais.	Atraso no início das obras	A administração deverá obter as licenças ambientais pertinentes antes do início das obras.	Baixo	Baixa	Administração
INTERFERÊNCIAS NA MOBILIDADE E/OU NO PROCESSO PRODUTIVO	Interferências na mobilidade na construção e no processo industrial do laboratório.	Atraso no cronograma	Plano de Atividade a Obra, simulação das condições operacionais e relativas junto aos setores do laboratório.	Baixo	Baixa	Administração / Contratado
ACIDENTES DE TRABALHO	Ocorrência de eventos relacionados a acidentes de trabalho com danos materiais e humanos.	Atraso no cronograma e riscos de aumento de custos e, principalmente, risco de danos físicos humanos.	Identificar as partes e fases do objeto com possibilidade de apresentar riscos de acidentes, avaliar e aprovar ou reprovocar conforme a proposta apresentada.	Médio	Média	Administração
			Propor soluções técnicas que reduzam os riscos de acidentes, proporcionar e exigir que todos os Contratadores cumpram as regulamentações relativas à segurança do trabalho e utilizem os E.P.I.s recomendados.			Contratado
FRACIONAMENTO DO OBJETO DO CONTRATO	Inovação Metodológica e Mecanográfica	Modificações das soluções previamente delineadas no projeto de licitação	Identificar as partes do objeto com possibilidade de licenças apresentar soluções, conforme critérios descritos no Documento Técnico, avaliar e aprovar ou reprovocar conforme a proposta apresentada.	Médio	Média	Administração
			Propor soluções técnicas diferentes se adequando aos parâmetros estabelecidos no documento técnico			Contratado

TABELA DE SEVERIDADE	PROBABILIDADE	IMPACTO			
		Baixo	Médio	Alto	
		Baixa	Baixa	Baixa	Média
		Média	Baixa	Média	Alta
		Alta	Média	Alta	Alta

ANEXO A2 - MATRIZ DE RISCO

ATIVIDADE EMPRESARIAL E TRIBUTÁRIAS

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	CONSEQUENCIA	ALOCACÃO DO RISCO	PROB.	IMP.
Risco da Atividade Empresarial	Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro do Contratado na avaliação da hipótese de incidência tributária.	Aumento ou diminuição do lucro do Contratado.	Contratado	1	2
	Variação da taxa de câmbio.	Aumento ou diminuição do custo do produto e/ou do serviço.	Contratado	1	1
	Elevação dos custos operacionais para o desenvolvimento da atividade empresarial em geral e para a execução do objeto em particular, tais como aumento de preço de insumos, prestadores de serviço e mão de obra.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Contratante	1	1
Risco tributário e fiscal (não tributário).	Responsabilidade do Lapepe por recolhimento indevido em valor menor ou maior que o necessário, ou ainda de ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja culpa do Lapepe.	Débito ou Crédito tributário ou fiscal (não tributário).	Contratado	1	1

ANEXO B MODELO DE PROPOSTA

Recife, de de 2020

Ao

Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes S.A. – Lapepe

Largo de Dois Irmãos, 1117 – Dois Irmãos

Recife/PE

Att. Comissão Permanente de Licitação

Prezado Senhor(a),

A (**Nome da empresa, CNPJ nº, endereço**), apresenta a sua proposta para Execução dos Serviços de Reforma com Ampliação, Instalação e Automação da Climatização (HVAC) do Prédio da Coordenadoria de Pesquisas e Desenvolvimento – P&D do Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes S/A – LAFEPE, Recife/PE.

Os serviços serão realizados de acordo com o preconizado no Termo de Referência anexo ao Termo de Referência e conforme abaixo informado:

1 -PREÇOS:

- Valor total dessa proposta: R\$ xxxxxxxx (-----) conforme planilhas orçamentárias, cronograma físico/financeiro e composição de BDI anexos a essa proposta.

2 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- Em conformidade com o item 19 do Termo de Referência da licitação..

3 -PRAZO DE EXECUÇÃO

- 06 (seis) meses

4 -INÍCIO DOS SERVIÇOS

- Imediatamente após a assinatura da ordem de serviços ou documento equivalente.

5 -VALIDADE DA PROPOSTA

- A presente proposta é válida por 90 (noventa) dias.

6 – DADOS BANCÁRIOS:

BANCO

AGÊNCIA

CONTA CORRENTE:

7– DECLARAÇÕES

Declaramos que em nossos preços estão incluídas as despesas indiretas (custo de apoio do escritório central), as operacionais (equipamentos de informática básicos, EPT's , hospedagem e deslocamento ao local da obra) e ainda as tributárias, fiscais ou contribuições sociais (PIS, COFINS, IR, ISS, Contribuição Social e INSS).

Sendo o que se apresenta para o momento e no aguardo de um pronunciamento favorável por parte de V.Sas., subscrevemo-nos

Nome Legível e Assinatura

RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA OU LIDER DO CONSÓRCIO

ANEXO C

		ANEXO III		
		OBRA: REFORMA AMPLIAÇÃO, INSTALAÇÃO E AUTOMAÇÃO DA CLIMATIZAÇÃO (HVAC) DO PRÉDIO DA COORDENADORIA PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO – P&D		
BDI:	24,52%	DATA DO ORÇAMENTO:		24/07/2020
BDI EQUIP.:	16,02%	REVISÃO:		8
ENCARGOS:	83,85%	(HORISTA)	DATA BASE (SINAPI):	SINAPI 05/2020 - DESONERADO - PE
	46,34%	(MENSALISTA)		
			PRAZO DA OBRA:	6 MESES
			TOTAL GERAL:	R\$ 3.762.783,01
ÁREA	1.1113,64 M²		PREÇO/ M2:	R\$ 3.378,81
ITEM	DISCRIMINAÇÃO			VALOR ORÇADO (R\$)
1	GERAL			339.063,78
2	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS			17.921,54
3	ESTRUTURA			321.160,38
4	ARQUITETURA			1.222.387,02
5	INSTALAÇÕES AUTOMAÇÃO			481.454,18
6	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS			103.814,01
7	INSTALAÇÕES DE CFTV, LÓGICA E TELEFONIA			35.480,38
8	INSTALAÇÕES MECÂNICAS E DE UTILIDADES			185.546,81
9	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS			27.922,06
10	INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO, DETECÇÃO E COMBATE CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO			42.559,72
11	LIMPEZA FINAL			2.338,15
12	EQUIPAMENTOS - INCIDE BDI DIFERENCIADO 16,02%			793.717,57
			TOTAL (R\$)	3.573.365,60

ANEXO D

			ANEXO IV	BDI:	24,52%		DATA DO ORÇAMENTO:	24/07/2020	
				BDI EQUIP.:	16,02%		REVISÃO:	8	
			OBRA: REFORMA, AMPLIAÇÃO, INSTALAÇÃO E AUTOMAÇÃO DA CLIMATIZAÇÃO (HVAC) DO PRÉDIO DA COORDENADORIA PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO – P&D	ENCARGOS:	83,85%	(HORISTA)	DATA BASE (SINAPI):	SINAPI 05/2020 - DESONERADO - PE	
					46,34%	(MENSALISTA)			
			LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO - GOVERNADOR MIGUEL ARRARES S.A.				PRAZO DA OBRA:	6 MESES	
			LARGO DE DOIS IRMÃOS, 1117, DOIS IRMÃOS - RECIFE - PE				TOTAL GERAL:	R\$ 3.573.365,60	
			COEMO - COORDENADORIA DE ENGENHARIA, MANUTENÇÃO E OBRAS			ÁREA:	1113,64	PREÇO/ M2:	3.208,73
			ORÇAMENTO SINTÉTICO SIMPLIFICADO						
Item	Código	Referência	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit com BDI	Total com BDI	BDI UTILIZADO (%)	
1	GERAL						339.063,78		
1.1	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA						280.586,31		
1.1.1	EQUIPE DE PESSOAL						279.740,22		
1.1.1.1	93565	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	6	16.484,40	98.906,40	24,52 %	
1.1.1.2	93563	SINAPI	ALMOXARIFE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	6	3.099,43	18.596,58	24,52 %	
1.1.1.3	94295	SINAPI	MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	6	10.555,14	63.330,84	24,52 %	
1.1.1.4	COMP-0189	Próprio	ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	3	16.484,40	49.453,20	24,52 %	
1.1.1.5	COMP-0190	Próprio	ENGENHEIRO MECÂNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	3	16.484,40	49.453,20	24,52 %	
1.1.2	ART						846,09		
1.1.2.1	COMP-1086	Próprio	ART DE OBRA OU SERVIÇO - VALOR CONTRATO ACIMA DE 15.000,00 - CREA PE	UN	3	282,03	846,09	24,52 %	
1.2	CANTEIRO DE OBRAS						58.477,47		
1.2.1	ESCRITÓRIO, SANITÁRIOS, VESTIÁRIOS, REFEITÓRIO E ÁREA DE VIVÊNCIA DE CANTEIRO DE OBRAS						39.284,95		
1.2.1.1	93583	SINAPI	EXECUÇÃO DE CENTRAL DE FÓRMAS, PRODUÇÃO DE ARGAMASSA OU CONCRETO EM CANTEIRO DE OBRA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS. AF 04/2016	m²	44,36	381,74	16.933,98	24,52 %	
1.2.1.2	93582	SINAPI	EXECUÇÃO DE CENTRAL DE ARMADURA EM CANTEIRO DE OBRA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS. AF 04/2016	m²	29,57	222,39	6.576,07	24,52 %	
1.2.1.3	73847/004	SINAPI	ALUGUEL CONTAINER/SANIT C/4 VASOS/1 LAVAT/1 MIC/4 CHUV LARG= 2,20M COMPR=6,20M ALT=2,50M CHAPAS ACO C/NERV TRAPEZ FORRO C/ ISOL TERMO-ACUST CHASSIS REFORC PISO COMPENS NAVAL INCL INST RA ELETR/HIDRO-SANIT EXCL TRANSP/CARGA/DESCARGA	MES	6	908,01	5.448,06	24,52 %	
1.2.1.4	73847/002	SINAPI	ALUGUEL CONTAINER/ESCRIT/MC C/1 VASO/1 LAV/1 MIC/4 CHUV LARG =2,20M COMPR=6,20M ALT=2,50M CHAPA ACO NERV TRAPEZ FORRO C/ ISOL TERMO-ACUST CHASSIS REFORC PISO COMPENS NAVAL INCL INST ELETR/HIDRO-SANIT	MES	6	705,54	4.233,24	24,52 %	

			EXCL TRANSP/CARGA/DESCARGA						
1.2.1.5	73847/001	SINAPI	ALUGUEL CONTAINER/ESCRIT INCL INST ELET LARG=2,20 COMP=6,20M ALT=2,50M CHAPA ACO C/NERV TRAPEZ FORRO C/ISOL TERMO/ACUSTICO CHASSIS REFORC PISO COMPENS NAVAL EXC TRANSP/CARGA/DESCARGA	MES	12	507,80	6.093,60	24,52 %	
1.2.2	PLACA DE OBRA						2.811,06		
1.2.2.1	74209/001	SINAPI	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	m²	6	468,51	2.811,06	24,52 %	
1.2.3	LIGAÇÃO PROVISÓRIA						3.048,56		
1.2.3.1	90694	SINAPI	TUBO DE PVC PARA REDE COLETORA DE ESGOTO DE PAREDE MACIÇA, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, INSTALADO EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_ 06/2015	M	50	28,46	1.423,00	24,52 %	
1.2.3.2	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_ 03/2016	m³	7,5	70,52	528,90	24,52 %	
1.2.3.3	89402	SINAPI	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 12/2014	M	10	7,91	79,10	24,52 %	
1.2.3.4	97901	SINAPI	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,4X0,4X0,4 M PARA REDE DE ESGOTO. AF_ 05/2018	UN	4	254,39	1.017,56	24,52 %	
1.2.4	FECHAMENTO DO CANTEIRO						13.332,90		
1.2.4.1	98459	SINAPI	TAPUME COM TELHA METÁLICA. AF_ 05/2018	m²	210	63,49	13.332,90	24,52 %	
2	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS						17.921,54		
2.1	97622	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_ 12/2017	m³	23,07	46,39	1.070,21	24,52 %	
2.2	COMP-1080	Próprio	DEMOLIÇÃO PAINEL METÁLICO	m²	0,33	23,16	7,64	24,52 %	
2.3	97644	SINAPI	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_ 12/2017	m²	32,97	7,48	246,61	24,52 %	
2.4	COMP-1081	Próprio	REMOÇÃO DE ESCADA METÁLICA	m²	17,36	8,61	149,46	24,52 %	
2.5	97663	SINAPI	REMOÇÃO DE LOUÇAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_ 12/2017	UN	1	9,89	9,89	24,52 %	
2.6	97647	SINAPI	REMOÇÃO DE TELHAS, DE FIBROCIMENTO, METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_ 12/2017	m²	289,24	2,96	856,15	24,52 %	
2.7	72897	SINAPI	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO BASCULANTE 6 M3	m³	96,77	25,09	2.427,95	24,52 %	
2.8	97629	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE LAJES, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_ 12/2017	m³	16	129,98	2.079,68	24,52 %	
2.9	COMP-1575	Próprio	RETIRADA PISO ALTA RESISTENCIA (4 a 8mm) - ref SBC (022044)	m²	203,8	23,87	4.864,70	24,52 %	
2.10	COMP-1419	Próprio	LOCAÇÃO DE CAÇAMBA ESTACIONÁRIA PARA REMOÇÃO DE ENTULHOS - 5m³	und	17	365,25	6.209,25	24,52 %	
3	ESTRUTURA						321.160,38		
3.1	FUNDAÇÃO						19.318,54		
3.1.1	96558	SINAPI	CONCRETAGEM DE SAPATAS, FCK 30 MPA, COM USO DE BOMBA – LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_ 11/2016	m³	7,16	502,43	3.597,39	24,52 %	
3.1.2	96619	SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_ 08/2017	m²	25,08	26,87	673,89	24,52 %	
3.1.3	96532	SINAPI	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA SAPATA, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 2 UTILIZAÇÕES. AF_ 06/2017	m²	14,4	150,76	2.170,94	24,52 %	
3.1.4	96545	SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_ 06/2017	KG	207	11,94	2.471,58	24,52 %	
3.1.5	COMP-0955	Próprio	ESTACA ESCAVADA MECANICAMENTE, SEM FLUIDO ESTABILIZANTE, COM 30 CM DE DIÂMETRO, ATÉ 9 M DE COMPRIMENTO	M	88	68,58	6.035,04	24,52 %	
3.1.6	92759	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_ 12/2015	KG	32	12,11	387,52	24,52 %	
3.1.7	92762	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_ 12/2015	KG	163	9,36	1.525,68	24,52 %	
3.1.8	96521	SINAPI	ESCAVAÇÃO MECANIZADA PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA, COM PREVISÃO DE FÔRMA, COM RETROESCAVADEIRA. AF_ 06/2017	m³	53,72	36,96	1.985,49	24,52 %	
3.1.9	93378	SINAPI	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M³ / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA ATÉ 0,8 M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M, COM SOLO DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_ 04/2016	m³	18,61	25,31	471,01	24,52 %	
3.2	ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO						215.243,16		
3.2.1	PILARES						39.538,91		
3.2.1.1	COMP-0956	Próprio	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 30 MPA, COM USO DE BOMBA EM EDIFICAÇÃO COM SEÇÃO MÉDIA DE PILARES MENOR OU IGUAL A 0,25 M² - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO.	m³	12,57	488,72	6.143,21	24,52 %	
3.2.1.2	92414	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES COM ÁREA MÉDIA DAS SEÇÕES MENOR OU IGUAL A 0,25 M², PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, 2 UTILIZAÇÕES. AF_ 12/2015	m²	188,25	120,18	22.623,88	24,52 %	
3.2.1.3	92759	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_ 12/2015	KG	250	12,11	3.027,50	24,52 %	
3.2.1.4	92760	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_ 12/2015	KG	7	11,29	79,03	24,52 %	
3.2.1.5	92762	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_ 12/2015	KG	361	9,36	3.378,96	24,52 %	
3.2.1.6	92763	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_ 12/2015	KG	264	7,86	2.075,04	24,52 %	
3.2.1.7	92764	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 16,0 MM - MONTAGEM. AF_ 12/2015	KG	225	7,45	1.676,25	24,52 %	
3.2.1.8	92765	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 20,0 MM - MONTAGEM. AF_ 12/2015	KG	64	8,36	535,04	24,52 %	
3.2.2	VIGAS BALDRAME						36.297,00		
3.2.2.1	96557	SINAPI	CONCRETAGEM DE BLOCOS DE COROAMENTO E VIGAS BALDRAMES, FCK 30 MPA, COM USO DE BOMBA – LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_ 06/2017	m³	11,72	496,01	5.813,23	24,52 %	
3.2.2.2	96530	SINAPI	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 1 UTILIZAÇÃO. AF_ 06/2017	m²	136,58	106,73	14.577,18	24,52 %	
3.2.2.3	95241	SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS OU RADIERS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_ 07/2016	m²	35,72	25,82	922,29	24,52 %	
3.2.2.4	96543	SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME E SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF_ 06/2017	KG	213	14,49	3.086,37	24,52 %	
3.2.2.5	96544	SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_ 06/2017	KG	27	13,11	353,97	24,52 %	
3.2.2.6	96545	SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_ 06/2017	KG	106	11,94	1.265,64	24,52 %	
3.2.2.7	96546	SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_ 06/2017	KG	317	10,48	3.322,16	24,52 %	
3.2.2.8	96547	SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_ 06/2017	KG	260	8,77	2.280,20	24,52 %	
3.2.2.9	96548	SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 16 MM - MONTAGEM. AF_ 06/2017	KG	255	8,16	2.080,80	24,52 %	
3.2.2.10	96549	SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 20 MM - MONTAGEM. AF_ 06/2017	KG	104	8,95	930,80	24,52 %	
3.2.2.11	96525	SINAPI	ESCAVAÇÃO MECANIZADA PARA VIGA BALDRAME, COM PREVISÃO DE FÔRMA, COM MINI-ESCAVADEIRA. AF_ 06/2017	m³	30,36	39,64	1.203,47	24,52 %	
3.2.2.12	93378	SINAPI	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M³ / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA ATÉ 0,8 M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M, COM SOLO DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_ 04/2016	m³	18,21	25,31	460,89	24,52 %	
3.2.3	LAJE TÉRREO						37.839,50		
3.2.3.1	97094	SINAPI	CONCRETAGEM DE RADIER, PISO OU LAJE SOBRE SOLO, FCK 30 MPA, PARA ESPESSURA DE 10 CM - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_ 09/2017	m³	28,61	503,75	14.412,28	24,52 %	
3.2.3.2	95241	SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS OU RADIERS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_ 07/2016	m²	286,06	25,82	7.386,06	24,52 %	
3.2.3.3	92769	SINAPI	ARMAÇÃO DE LAJE DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_ 12/2015	KG	977	10,32	10.082,64	24,52 %	
3.2.3.4	91593	SINAPI	ARMAÇÃO DO SISTEMA DE PAREDES DE CONCRETO, EXECUTADA EM PAREDES DE EDIFICAÇÕES DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS, TELA Q-138. AF_ 06/2019	KG	724	8,23	5.958,52	24,52 %	

3.2.4	VIGAS PAVIMENTO TÉCNICO						29.631,86	
3.2.4.1	COMP-0957	Próprio	CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES, FCK=30 MPA, PARA LAJES MACIÇAS OU NERVURADAS COM USO DE BOMBA EM EDIFICAÇÃO COM ÁREA MÉDIA DE LAJES MAIOR QUE 20 M² - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO.	m³	11,14	482,30	5.372,82	24,52 %
3.2.4.2	92447	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA DE VIGA, ESCORAMENTO COM PONTALETE DE MADEIRA, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM MADEIRA SERRADA, 2 UTILIZAÇÕES. AF_ 12/2015	m²	121,82	113,49	13.825,35	24,52 %
3.2.4.3	92759	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_ 12/2015	KG	88	12,11	1.065,68	24,52 %
3.2.4.4	92760	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_ 12/2015	KG	148	11,29	1.670,92	24,52 %
3.2.4.5	92761	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_ 12/2015	KG	41	10,52	431,32	24,52 %
3.2.4.6	92762	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_ 12/2015	KG	211	9,36	1.974,96	24,52 %
3.2.4.7	92763	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_ 12/2015	KG	189	7,86	1.485,54	24,52 %
3.2.4.8	92764	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 16,0 MM - MONTAGEM. AF_ 12/2015	KG	127	7,45	946,15	24,52 %
3.2.4.9	92765	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 20,0 MM - MONTAGEM. AF_ 12/2015	KG	342	8,36	2.859,12	24,52 %
3.2.5	LAJE NERVURADA PAVIMENTO TÉCNICO						53.417,78	
3.2.5.1	COMP-0957	Próprio	CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES, FCK=30 MPA, PARA LAJES MACIÇAS OU NERVURADAS COM USO DE BOMBA EM EDIFICAÇÃO COM ÁREA MÉDIA DE LAJES MAIOR QUE 20 M² - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO.	m³	41,75	482,30	20.136,02	24,52 %
3.2.5.2	92490	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA DE LAJE NERVURADA COM CUBETA E ASSOALHO COM ÁREA MÉDIA MAIOR QUE 20 M², PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, 8 UTILIZAÇÕES. AF_ 12/2015	m²	309,93	40,08	12.421,99	24,52 %
3.2.5.3	92769	SINAPI	ARMAÇÃO DE LAJE DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_ 12/2015	KG	296	10,32	3.054,72	24,52 %
3.2.5.4	92770	SINAPI	ARMAÇÃO DE LAJE DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_ 12/2015	KG	256	9,79	2.506,24	24,52 %
3.2.5.5	92771	SINAPI	ARMAÇÃO DE LAJE DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_ 12/2015	KG	267	8,80	2.349,60	24,52 %
3.2.5.6	92772	SINAPI	ARMAÇÃO DE LAJE DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_ 12/2015	KG	429	7,44	3.191,76	24,52 %
3.2.5.7	92773	SINAPI	ARMAÇÃO DE LAJE DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 16,0 MM - MONTAGEM. AF_ 12/2015	KG	862	7,15	6.163,30	24,52 %
3.2.5.8	92774	SINAPI	ARMAÇÃO DE LAJE DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 20,0 MM - MONTAGEM. AF_ 12/2015	KG	441	8,15	3.594,15	24,52 %
3.2.6	VIGAS COBERTURA						18.518,11	
3.2.6.1	COMP-0957	Próprio	CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES, FCK=30 MPA, PARA LAJES MACIÇAS OU NERVURADAS COM USO DE BOMBA EM EDIFICAÇÃO COM ÁREA MÉDIA DE LAJES MAIOR QUE 20 M² - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO.	m³	8,14	482,30	3.925,92	24,52 %
3.2.6.2	92447	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA DE VIGA, ESCORAMENTO COM PONTALETE DE MADEIRA, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM MADEIRA SERRADA, 2 UTILIZAÇÕES. AF_ 12/2015	m²	96,42	113,49	10.942,70	24,52 %
3.2.6.3	92759	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_ 12/2015	KG	117	12,11	1.416,87	24,52 %
3.2.6.4	92760	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_ 12/2015	KG	42	11,29	474,18	24,52 %
3.2.6.5	92761	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_ 12/2015	KG	7	10,52	73,64	24,52 %
3.2.6.6	92762	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UM EDIFÍCIO DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_ 12/2015	KG	180	9,36	1.684,80	24,52 %
3.3	COBERTURA METÁLICA						63.512,73	
3.3.1	COMP-0958	Próprio	VIGAS PERFIL W 250X22,3 - CONEXÕES PARAFUSADAS - FORNECIMENTO, TRANSPORTE E MONTAGEM - INCLUSO IÇAMENTO UTILIZANDO GUINDASTE.	kg	2521,96	9,70	24.463,01	24,52 %
3.3.2	COMP-0959	Próprio	PERFIL UE 150X60X20 #4,25 - FORNECIMENTO, TRANSPORTE E MONTAGEM - INCLUSO IÇAMENTO UTILIZANDO GUINDASTE	kg	3669,9	8,19	30.056,48	24,52 %
3.3.3	COMP-0960	Próprio	PERFIL L - FORNECIMENTO, TRANSPORTE E MONTAGEM	kg	265,32	6,79	1.801,52	24,52 %
3.3.4	COMP-0961	Próprio	BARFA REDONDA - 10 MM - FORNECIMENTO, TRANSPORTE E MONTAGEM	kg	65,88	7,78	512,54	24,52 %
3.3.5	74145/001	SINAPI	PINTURA ESMALTE FOSCO, DUAS DEMAOS, SOBRE SUPERFÍCIE METÁLICA, INCLUSO UMA DEMAIO DE FUNDO ANTICORROSIVO. UTILIZACAO DE REVOLVER (AR-COMPRI-MIDO).	m²	369,22	18,09	6.679,18	24,52 %
3.4	ESCADA METÁLICA						19.029,36	
3.4.1	COMP-0971	Próprio	PILARES - PERFIL I - CHUMBADOS EM PLACA DE BASE - FORNECIMENTO, TRANSPORTE E MONTAGEM, INCLUSO IÇAMENTO UTILIZANDO GUINDASTE.	kg	347,58	9,01	3.131,69	24,52 %
3.4.2	COMP-0972	Próprio	VIGAS - PERFIL U - FORNECIMENTO, TRANSPORTE E MONTAGEM, INCLUSO IÇAMENTO UTILIZANDO GUINDASTE.	kg	681,04	7,80	5.312,11	24,52 %
3.4.3	COMP-0973	Próprio	PERFIL U DEGRAUS - FORNECIMENTO, TRANSPORTE E MONTAGEM	kg	511,92	7,17	3.670,46	24,52 %
3.4.4	COMP-1688	Próprio	CHAPA XADREZ 3/16" - FORNECIMENTO, TRANSPORTE E MONTAGEM	m²	7,17	356,23	2.554,16	24,52 %
3.4.5	COMP-0976	Próprio	CONCRETO DEGRAUS	m³	0,5	383,07	191,53	24,52 %
3.4.6	74145/001	SINAPI	PINTURA ESMALTE FOSCO, DUAS DEMAOS, SOBRE SUPERFÍCIE METÁLICA, INCLUSO UMA DEMAIO DE FUNDO ANTICORROSIVO. UTILIZACAO DE REVOLVER (AR-COMPRI-MIDO).	m²	58,1	18,09	1.051,02	24,52 %
3.4.7	FUNDAÇÃO ESCADA						3.118,39	
3.4.7.1	96558	SINAPI	CONCRETAGEM DE SAPATAS, FCK 30 MPA, COM USO DE BOMBA – LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_ 11/2016	m³	0,97	502,43	487,35	24,52 %
3.4.7.2	96532	SINAPI	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA PARA SAPATA, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 2 UTILIZAÇÕES. AF_ 06/2017	m²	4,32	150,76	651,28	24,52 %
3.4.7.3	96545	SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_ 06/2017	KG	31	11,94	370,14	24,52 %
3.4.7.4	COMP-0956	Próprio	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 30 MPA, COM USO DE BOMBA EM EDIFICAÇÃO COM SEÇÃO MÉDIA DE PILARES MENOR OU IGUAL A 0,25 M² - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO.	m³	0,38	488,72	185,71	24,52 %
3.4.7.5	92414	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES COM ÁREA MÉDIA DAS SEÇÕES MENOR OU IGUAL A 0,25 M², PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, 2 UTILIZAÇÕES. AF_ 12/2015	m²	4,96	120,18	596,09	24,52 %
3.4.7.6	96543	SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME E SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF_ 06/2017	KG	19	14,49	275,31	24,52 %
3.4.7.7	96547	SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_ 06/2017	KG	63	8,77	552,51	24,52 %
3.5	FUROS TÉCNICOS E BASES DE CONCRETO UTA'S PAV. TÉCNICO						4.056,59	
3.5.1	97096	SINAPI	CONCRETAGEM DE RADIER, PISO OU LAJE SOBRE SOLO, FCK 30 MPA, PARA ESPESSURA DE 20 CM - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_ 09/2017	m³	5,29	457,20	2.418,58	24,52 %
3.5.2	97086	SINAPI	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA PARA RADIER, EM MADEIRA SERRADA, 4 UTILIZAÇÕES. AF_ 09/2017	m²	7,5	91,17	683,77	24,52 %
3.5.3	90441	SINAPI	FURO EM CONCRETO PARA DIÂMETROS MAIORES QUE 75 MM. AF_ 05/2015	UN	7	136,32	954,24	24,52 %
4	ARQUITETURA						1.222.387,02	
4.1	ALVENARIA E DIVISÓRIAS						47.180,20	
4.1.1	COMP-1087	Próprio	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS DE CONCRETO DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M² COM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA.	m²	558,18	83,32	46.507,55	24,52 %
4.1.2	92204	SINAPI	FIXAÇÃO (ENCUNHAMENTO) DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO COM ARGAMASSA	m	172,65	5,44	672,65	24,52 %

4.1.2	35201	SINAPI	APLICADA COM COLHER. AF_03/2016	UN	14,00	2,44	10,20	24,92 70
4.2	PAINEL E FORRO TIPO SALA LIMPA (INCIDE BDI DIFERENCIADO)						560.512,81	
4.2.1	COMP-1255	Próprio	FORNECIMENTO E MONTAGEM DE PAINÉIS ISOTERMICO, PADRÃO SALA LIMPA, NÚCLEO EM PIR (ESPUMA DE POLIISOCIANURATO) E FACES EM CHAPA METÁLICA LISA (0,43 x 0,43MM) E PINTURA A BASE DE TINTA POLIESTER NA COR BRANCA RAL 9003 E=50MM	m²	390	347,08 (16,02%)	135.361,20	16,02 %
4.2.2	COMP-1312	Próprio	FORNECIMENTO E MONTAGEM DE FORRO EM PAINÉIS ISOTERMICO, PADRÃO SALA LIMPA, NÚCLEO EM PIR (ESPUMA DE POLIISOCIANURATO) E FACES EM CHAPA METÁLICA LISA (0,43 x 0,43MM) E PINTURA A BASE DE TINTA POLIESTER NA COR BRANCA RAL 9003 E=100MM	m²	360	413,24 (16,02%)	148.766,40	16,02 %
4.2.3	COMP-1313	Próprio	PORTA GIRO, PADRÃO SALA LIMPA, FOLHA DUPLA 50MM X 1400MM X 2100MM, VEDAÇÃO INFERIOR, ESTRUTURA EM PERFIL ESPECIAL EM ALUMÍNIO E FECHAMENTO NA PARTE INFERIOR COM CHAPA DE AÇO GALVANIZADA E ISOLAMENTO INTERNO EM ESPUMA RÍGIDA DE PIR (ESPUMA DE POLIISOCIANURATO), TOTALMENTE LISO COM PINTURA A BASE DE POLIESTER NA COR BRANCA (RAL 9003) E VISOR COM VIDRO DUPLO NA PARTE SUPERIOR	UND	9	5922,33 (16,02%)	53.300,97	16,02 %
4.2.4	COMP-1314	Próprio	PORTA GIRO, UMA FOLHA, PADRÃO SALA LIMPA, MEDINDO 50MM X 800MM X 2100MM, COM VEDAÇÃO INFERIOR, ESTRUTURA EM PERFIL ESPECIAL EM ALUMÍNIO E FECHAMENTO NA PARTE INFERIOR COM CHAPA DE AÇO GALVANIZADA E ISOLAMENTO INTERNO EM PIR (ESPUMA DE POLIISOCIANURATO), TOTALMENTE LISO COM PINTURA A BASE DE POLIESTER NA COR BRANCA (RAL 9003) E VISOR COM VIDRO DUPLO NA PARTE SUPERIOR	UND	18	3961,97 (16,02%)	71.315,46	16,02 %
4.2.5	COMP-1315	Próprio	PORTA GIRO, UMA FOLHA, PADRÃO SALA LIMPA, MEDINDO 50MM X 1000MM X 2100MM, COM VEDAÇÃO INFERIOR, ESTRUTURA EM PERFIL ESPECIAL EM ALUMÍNIO E FECHAMENTO NA PARTE INFERIOR COM CHAPA DE AÇO GALVANIZADA E ISOLAMENTO INTERNO EM PIR (ESPUMA DE POLIISOCIANURATO), TOTALMENTE LISO COM PINTURA A BASE DE POLIESTER NA COR BRANCA (RAL 9003) E VISOR COM VIDRO DUPLO NA PARTE SUPERIOR	UND	2	3921,42 (16,02%)	7.842,84	16,02 %
4.2.6	COMP-1316	Próprio	PORTA GIRO, UMA FOLHA, PADRÃO SALA LIMPA, MEDINDO 50MM X 600MM X 2100MM, COM VEDAÇÃO INFERIOR, ESTRUTURA EM PERFIL ESPECIAL EM ALUMÍNIO E FECHAMENTO NA PARTE INFERIOR COM CHAPA DE AÇO GALVANIZADA E ISOLAMENTO INTERNO EM PIR (ESPUMA DE POLIISOCIANURATO), TOTALMENTE LISO COM PINTURA A BASE DE POLIESTER NA COR BRANCA (RAL 9003) E VISOR COM VIDRO DUPLO NA PARTE SUPERIOR	UND	1	3593,11 (16,02%)	3.593,11	16,02 %
4.2.7	COMP-1317	Próprio	PORTA GIRO, UMA FOLHA, PADRÃO SALA LIMPA, MEDINDO 50MM X 900MM X 2100MM, COM VEDAÇÃO INFERIOR, ESTRUTURA EM PERFIL ESPECIAL EM ALUMÍNIO E FECHAMENTO NA PARTE INFERIOR COM CHAPA DE AÇO GALVANIZADA E ISOLAMENTO INTERNO EM PIR (ESPUMA DE POLIISOCIANURATO), TOTALMENTE LISO COM PINTURA A BASE DE POLIESTER NA COR BRANCA (RAL 9003) E VISOR COM VIDRO DUPLO NA PARTE SUPERIOR	UND	2	3916,73 (16,02%)	7.833,46	16,02 %
4.2.8	COMP-1318	Próprio	PORTA GIRO, PADRÃO SALA LIMPA, FOLHA DUPLA 50MM X 1200MM X 2100MM, VEDAÇÃO INFERIOR, ESTRUTURA EM PERFIL ESPECIAL EM ALUMÍNIO E FECHAMENTO NA PARTE INFERIOR COM CHAPA DE AÇO GALVANIZADA E ISOLAMENTO INTERNO EM PIR (ESPUMA DE POLIISOCIANURATO), TOTALMENTE LISO COM PINTURA A BASE DE POLIESTER NA COR BRANCA (RAL 9003) E VISOR COM VIDRO DUPLO NA PARTE SUPERIOR	UND	7	5305,42 (16,02%)	37.137,94	16,02 %
4.2.9	COMP-1319	Próprio	FORNECIMENTO E MONTAGEM PASS THROUGH MEDIDAS INTERNAS 600 X 600 X 600 MM, COM VISOR E SISTEMA DE INTERTRAVAMENTO PARA 02 PORTAS COR BRANCA RAL 9003	UND	3	7309,14 (16,02%)	21.927,42	16,02 %
4.2.10	COMP-1320	Próprio	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VISOR, SALA LIMPA 950 X 950 X 50MM, COM VIDRO DUPLO, CRISTAL DE 6,0 MM, FIXADO COM FITA AUTO-ADESIVA DUPLA FACE DE ALTA RESISTÊNCIA EM PERFIL ESPECIAL EM ALUMÍNIO RAL 9003 (BRANCO) E VEDADO COM SILICONE NEUTRO BRANCO, NO INTERIOR DO VISOR É INJETADO ARGÔNIO (AG2) PARA RETIRADA DE AR E PARA MANTÊ-LO SEM UMIDADE	UND	17	2310,53 (16,02%)	39.279,01	16,02 %
4.2.11	COMP-1321	Próprio	FORNECIMENTO E MONTAGEM DE CANTO ARREDONDADO EM PERFIL ALUMÍNIO ANODIZADO R 50MM, INCLUSIVE ACABAMENTOS	M	1518	22,5 (16,02%)	34.155,00	16,02 %
4.3	ESQUADRIAS, VERGAS E CONTRAVERGAS						19.433,47	
4.3.1	91341	SINAPI	PORTA EM ALUMÍNIO DE ABRIR TIPO VENEZIANA COM GUARNIÇÃO, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	m²	3,84	496,78	1.907,63	24,52 %
4.3.2	93183	SINAPI	VERGA PRÉ-MOLDADA PARA JANELAS COM MAIS DE 1,5 M DE VÃO. AF_03/2016	M	51,61	33,43	1.725,32	24,52 %
4.3.3	93195	SINAPI	CONTRAVERGA PRÉ-MOLDADA PARA VÃOS DE MAIS DE 1,5 M DE COMPRIMENTO. AF_03/2016	M	51,61	30,76	1.587,52	24,52 %
4.3.4	100674	SINAPI	JANELA FIXA DE ALUMÍNIO PARA VIDRO, COM VIDRO, BATENTE E FERRAGENS. EXCLUSIVE ACABAMENTO, ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	m²	15,34	262,45	4.025,98	24,52 %
4.3.5	94569	SINAPI	JANELA DE ALUMÍNIO TIPO MAXIM-AR, COM VIDROS, BATENTE E FERRAGENS. EXCLUSIVE ALIZAR, ACABAMENTO E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	m²	25,86	393,93	10.187,02	24,52 %
4.4	BANCADAS, LOUÇAS, METAIS E DIVERSOS						88.549,01	
4.4.1	86932	SINAPI	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA - PADRÃO MÉDIO, INCLUSO ENGATE FLEXÍVEL EM METAL CROMADO, 1/2" X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	UN	4	473,63	1.894,52	24,52 %
4.4.2	COMP-1110	Próprio	ASSENTO SANITÁRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	4	52,41	209,64	24,52 %
4.4.3	COMP-1095	Próprio	CUBA DE EMBUTIR OVAL 390X305MM, BRANCO, COD L59.17, DECA, INCLUSO SIFÃO TIPO GARRAFA EM METAL CROMADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	2	298,77	597,54	24,52 %
4.4.4	COMP-1105	Próprio	ESPELHO DE CRISTAL 6MM	m²	1,5	405,10	607,65	24,52 %
4.4.5	COMP-1096	Próprio	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO DE MESA, REF. 1170C, LINHA DECAMATIC, MARCA DECA OU SIMILAR, COM ENGATE FLEXÍVEL EM METAL CROMADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	2	362,63	725,26	24,52 %
4.4.6	95547	SINAPI	SABONETEIRA PLÁSTICA TIPO DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO COM RESERVATÓRIO 800 A 1500 ML, INCLUSO FIXAÇÃO. AF_10/2016	UN	5	83,14	415,70	24,52 %
4.4.7	COMP-1098	Próprio	DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO	UND	2	80,86	161,72	24,52 %
4.4.8	COMP-1099	Próprio	PORTA PAPEL TOALHA	UND	3	118,71	356,13	24,52 %
4.4.9	COMP-1101	Próprio	LAVA-OLHOS	UND	3	1.915,95	5.747,85	24,52 %
4.4.10	COMP-1097	Próprio	CUBA EM AÇO INOX 304, 50x40x17 CM, ACESSÓRIOS: LIGAÇÃO FLEXÍVEL EM MALHA DE AÇO INOX E VÁLVULA DE ESCOAMENTO COM PENEIRA FILTRANTE. DECA 1167 C50 OU SIMILAR. TORNEIRA DE MESA, REF.: 1172 C.LNK DA DECA OU EQUIVALENTE. SIFÃO GARRAFA EM METAL CROMADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	7	741,85	5.192,95	24,52 %
4.4.11	COMP-1102	Próprio	NÚCLEO ANTIVIBRATÓRIO	UND	6	733,98	4.403,88	24,52 %
4.4.12	COMP-1103	Próprio	BANCADA EM GRANITO E=2CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m²	35,38	769,18	27.213,58	24,52 %
4.4.13	COMP-1106	Próprio	DIVISÓRIA EM GRANITO E=2CM	m²	11,27	911,69	10.274,74	24,52 %
4.4.14	COMP-1104	Próprio	RODABANCA E SAIA BANCADA H=10CM - EM GRANITO E=2CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	106,75	84,68	9.039,59	24,52 %
4.4.15	COMP-1109	Próprio	BANCADA EM INOX 304 CHAPA #16, COM RODAMÃO DE 15 CM, FUNDO EM COMPENSADO NAVAL 20MM - PADRÃO SANITÁRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m²	15,96	1.049,64	16.752,25	24,52 %
4.4.16	COMP-1121	Próprio	GUARDA CORPO ESCADA METÁLICA EXTERNA	M	16,3	304,05	4.956,01	24,52 %
4.5	REVESTIMENTOS ARGAMASSADOS						31.821,55	
4.5.1	87879	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	m²	897,14	3,59	3.220,73	24,52 %
4.5.2	87529	SINAPI	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	m²	897,14	31,88	28.600,82	24,52 %
4.6	PISOS						216.476,24	
4.6.1	94991	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	m³	1,84	521,31	959,21	24,52 %
4.6.2	COMP-1122	Próprio	APLICAÇÃO DE PISO VINÍLICO 2MM EM MANTA	m²	527,8	38,19	20.156,68	24,52 %
4.6.3	COMP-1120	Próprio	GUARD RAIL EM TUBO DE INOX 2"	M	79,99	63,26	5.060,16	24,52 %
4.6.4	92785	SINAPI	ARMAÇÃO DE LAJE DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	1745,83	11,60	20.251,62	24,52 %
4.6.5	97095	SINAPI	CONCRETAGEM DE RADIER, PISO OU LAJE SOBRE SOLO, FCK 30 MPa, PARA ESPESSURA DE 15 CM - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_09/2017	m³	47,69	473,00	22.557,37	24,52 %
4.6.6	FORNECIMENTO DO PISO VINÍLICO E ACESSÓRIOS (INCIDE BDI DIFERENCIADO)						147.491,20	
4.6.6.1	COMP-1307	Próprio	FORNECIMENTO DE PISO VINÍLICO ACE SYMBIOZ EM MANTA 2x20 M - E = 2mm - COM FRETE	m²	560	253,31 (16,02%)	141.853,60	16,02 %
4.6.6.2	COMP-1308	Próprio	FORNECIMENTO DE COLA ACEFIX 17,5L - COM FRETE	UND	8	487,2 (16,02%)	3.897,60	16,02 %
4.6.6.3	COMP-1309	Próprio	FORNECIMENTO DE CORDÃO DE SOLDA PARA PISO VINÍLICO - COM FRETE	m²	500	3,48 (16,02%)	1.740,00	16,02 %
4.7	PINTURA						90.274,07	

4.7.1	84647	SINAPI	PINTURA EPOXI INCLUSO EMASSAMENTO E FUNDO PREPARADOR	m²	455,22	152,25	69.307,24	24,52 %
4.7.2	88485	SINAPI	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRILICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF 06/2014	m²	806,33	2,46	1.983,57	24,52 %
4.7.3	88416	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA TEXTURIZADA ACRILICA EM PANOS COM PRESENÇA DE VÃOS DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS, UMA COR. AF 06/2014	m²	806,33	19,94	16.078,22	24,52 %
4.7.4	74245/001	SINAPI	PINTURA ACRILICA EM PISO CIMENTADO DUAS DEMAOS	m²	10,46	15,62	163,38	24,52 %
4.7.5	COMP-1111	Próprio	REMOÇÃO DE PINTURA EXISTENTE	m²	364,41	7,12	2.594,59	24,52 %
4.7.6	74145/001	SINAPI	PINTURA ESMALTE FOSCO, DUAS DEMAOS, SOBRE SUPERFÍCIE METALICA, INCLUSO UMA DEMAOS DE FUNDO ANTICORROSIVO. UTILIZACAO DE REVOLVER (AR-COMPRI-MIDO).	m²	8,13	18,09	147,07	24,52 %
4.8	COBERTURA						168.139,67	
4.8.1	COMP-1112	Próprio	TELHA METÁLICA TIPO SANDUICHE COM NUCLEO PUR - ESPESSURA DO ISOLANTE 50 MM, REVEST. SUPERIOR AÇO PRÉ-PINTADO # 0,50MM, REVEST. INFERIOR AÇO PRÉ-PINTADO # 0,50MM, COR: BRANCA. I =10% - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m²	492,7	236,26	116.405,30	24,52 %
4.8.2	94228	SINAPI	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF 07/2019	M	60	66,09	3.965,40	24,52 %
4.8.3	COMP-1491	Próprio	LOCAÇÃO DE PLATAFORMA AÉREA ALTA DE TRABALHO = 16 M, ALCANCE HORIZONTAL = 7,40 M, CAPACIDADE DE CARGA = 227 KG	mês	3	10.693,15	32.079,45	24,52 %
4.8.4	COMP-1490	Próprio	LOCAÇÃO DE PLATAFORMA AÉREA TIPO TESOURA ALTA DE TRABALHO = 11,60 M, CAPACIDADE DE CARGA = 318 KG	mês	3	4.607,24	13.821,72	24,52 %
4.8.5	COMP-1492	Próprio	MOBILIZAÇÃO DE PLATAFORMA AÉREA E AÉREA TIPO TESOURA	und	1	1.867,80	1.867,80	24,52 %
5	INSTALAÇÕES AUTOMAÇÃO						481.454,18	
5.1	HVAC						247.545,17	
5.1.1	RACK E ACESSÓRIOS						8.868,83	
5.1.1.1	COMP-1180	Próprio	Fornecimento e instalação de mini rack de parede 19" x 4u x 570mm	un	1	513,29	513,29	24,52 %
5.1.1.2	COMP-1181	Próprio	SWITCH 48 PORTAS 10/100/1000 GERENCIÁVEL - MODELO Planet Industrial Fast Ethernet gs-4210-48t4s OU SIMILAR	UN	1	5.410,40	5.410,40	24,52 %
5.1.1.3	COMP-1260	Próprio	Suporte VideoWall de Parede Retrátil para 4 Monitores LCD / LFD de 37" a 70" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	2.945,14	2.945,14	24,52 %
5.1.2	PAINEL DE PLC PARA UTA						33.979,38	
5.1.2.1	COMP-1201	Próprio	FONTE DE ALIMENTAÇÃO CHAVEADA 240W 24VDC 10A C/ FUSIVEL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3	1.063,51	3.190,53	24,52 %
5.1.2.2	COMP-1248	Próprio	ARMÁRIO MODULAR PARA PLC UTA, 800x600x250 Aço Carbono Sobrepor - Montado, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3	10.262,95	30.788,85	24,52 %
5.1.3	NOBREAK PARA SISTEMA DE AUTOMAÇÃO - INSTALAÇÃO						197,30	
5.1.3.1	COMP-1254	Próprio	Instalação de Nobreak Senoidal Inteligente 20KVA 220vac trifásico / 220vac Estabilizado	UN	1	197,30	197,30	24,52 %
5.1.4	CONTROLADOR PROGRAMÁVEL PARA UTA						2.968,20	
5.1.4.1	COMP-1285	Próprio	INSTALAÇÃO DE MÓDULOS CONTROLADORES LÓGICOS PROGRAMÁVEIS - SOMENTE INSTALAÇÃO	UN	34	87,30	2.968,20	24,52 %
5.1.5	INSTRUMENTAÇÃO DE UTA						154.506,46	
5.1.5.1	COMP-1263	Próprio	CHAVE DE FLUXO PARA DUTO, TIPO PALHETA, TEMP. 100°C, SAÍDA SPDT, PRESSÃO 10 kgf/cm², SENTIDO UNIDIRECIONAL	un	9	437,07	3.933,63	24,52 %
5.1.5.2	477	ORSE	Fornecimento e instalação de chave seccionadora 70 a (kv 370n telemecanique ou similar)	un	3	423,61	1.270,83	24,52 %
5.1.5.3	COMP-1272	Próprio	TRANSMISSOR DE VAZÃO DE AR, PRECISÃO +/- 1% F.E., 24VCC, SINAL DE SAÍDA 3 FIOS 4 A 20 mA, TRANSMISSOR INTEGRADO, TIPO ANALÓGICO, GRAU DE PROTEÇÃO IP65, MODELO SIMVA-2B VECTUS OU EQUIVALENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	3	2.963,18	8.889,54	24,52 %
5.1.5.4	COMP-1273	Próprio	ATUADOR POSICIONAMENTO DAMPER, CONTROLE ANALÓGICO, SINAL DE CONTROLE 4 A 20 mA, 24VCC, GRAU DE PROTEÇÃO IP54, MODELO TF SÉRIE BELIMO OU EQUIVALENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	6	1.720,86	10.325,16	24,52 %
5.1.5.5	COMP-1274	Próprio	ATUADOR POSICIONAMENTO VÁLVULA ÁGUA GELADA, POT. 15, kW, UMIDADE 5% A 95%, RANGE TEMPERATURA -40°C A 80°C, SINAL DE CONTROLE 4 A 20 mA, 24VCC, GRAU DE PROTEÇÃO IP54 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	6	2.093,66	12.561,96	24,52 %
5.1.5.6	COMP-1265	Próprio	SENSOR DE PRESSÃO DIFERENCIAL - TRANSMISSOR INTEGRADO, 24 VCC, TIPO DIGITAL, MODBUS RTU -GRAU DE PROTEÇÃO IP20 - MODELO NP 785-05 NOVUS OU EQUIVALENTE TÉCNICO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	13	1.066,25	13.861,25	24,52 %
5.1.5.7	COMP-1267	Próprio	TRANSMISSOR E INDICADOR DE TEMPERATURA E UMIDADE TIPO Sonda, PRECISÃO +/- 0,2 K (0°C A 60°C) / +/- 1,8% RH a 23 °C (0% a 90% RH) CABEÇOTE EM PLÁSTICO E HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL, TRANSMISSOR INTEGRADO, TIPO DIGITAL, 24VCC, MODBUS RTU, GRAU DE PROTEÇÃO IP-65, MODELO RHT-CLIMATE-WM-485-LCD NOVUS OU EQUIVALENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	41	1.575,31	64.587,71	24,52 %
5.1.5.8	COMP-1268	Próprio	TRANSMISSOR DE TEMPERATURA E UMIDADE, TIPO Sonda, COMPRIMENTO DA HASTE 250MM, PRECISÃO 1,5°C, CABEÇOTE EM PLÁSTICO E HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL, 24VCC, SINAL DE SAÍDA 2 FIOS 4 A 20 mA, TRANSMISSOR INTEGRADO, GRAU DE PROTEÇÃO IP65, MODELO RHT-DM250 NOVUS OU EQUIVALENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	9	1.013,77	9.123,93	24,52 %
5.1.5.9	COMP-1269	Próprio	TRANSMISSOR DE PRESSÃO DIFERENCIAL, SENSOR DE CERÂMICA AI203 (96%)VIDRO, PRECISÃO +/- 1% F., 24VCC, SINAL DE SAÍDA 2 FIOS 4 A 20 mA, TRANSMISSOR INTEGRADO, TIPO ANALÓGICO, GRAU DE PROTEÇÃO IP54, MODELO Huba TP-699 NOVUS OU EQUIVALENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	3	2.110,16	6.330,48	24,52 %
5.1.5.10	COMP-1270	Próprio	CONTROLADOR DE POTÊNCIA ELETRÔNICO, 220 VAC, SINAL DE SAÍDA 2 FIOS 4 A 20 mA, TRANSMISSOR INTEGRADO, TIPO ANALÓGICO, MODELO PCWE-3P-200 NOVUS OU EQUIVALENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	3	7.354,88	22.064,64	24,52 %
5.1.5.11	COMP-1271	Próprio	TERMOSTATO DE SEGURANÇA, PRECISÃO +/- 1% F.E. 24 VCC, CONTATO SECO, TRANSMISSOR REMOTO, TIPO DIGITAL, GRAU DE PROTEÇÃO IP54, MODELO N323 NOVUS OU EQUIVALENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	3	400,73	1.202,19	24,52 %
5.1.5.12	COMP-1278	Próprio	INSTALAÇÃO DE INVERSOR DE FREQUÊNCIA 380/440V, CORRENTE DE 3,6A ATÉ 38A	UN	9	39,46	355,14	24,52 %
5.1.6	CABOS DE REDE E FIBRA ÓTICA						47.025,00	
5.1.6.1	COMP-1249	Próprio	Cabo de cobre PP Cordplast 3 x 1,0 mm2, 1kv - fornecimento e instalação	M	1000	7,67	7.670,00	24,52 %
5.1.6.2	COMP-1252	Próprio	Cabo para sinal sinais de UTA Digitais e Entrada e Analógicos ENT/SAI 3x1.00+Shield - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	1500	6,74	10.110,00	24,52 %
5.1.6.3	COMP-1182	Próprio	CABO FIBRA ÓPTICA DROP FLAT 1fo 5th CABO SUSTENTÁVEL, INSTALADO EM EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	900	7,65	6.885,00	24,52 %
5.1.6.4	COMP-0206	Próprio	Cabo de Rede Modbus-RTU 4x0.75+Shield - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	2000	11,18	22.360,00	24,52 %
5.2	AUTOMAÇÃO CFTV						29.530,98	
5.2.1	COMP-1669	Próprio	Switch gerenciável com Múltiplas funções de gerenciamento de rede, Segurança de informações e eficiência no tráfego através da segmentação da rede em VLANs, Maior confiabilidade e redundância nos links de dados, evitando loops e rotas menos eficientes com Spanning Tree, Aumento do poder de processamento do enlace com o Link Aggregation, Priorização de dados, vídeos, voz e controle de banda com a criação de regras de Qualidade de Serviço (QoS), Proteção contra ataques DoS, Alimentação dos dispositivos conectados ao switch pelo cabo de rede (PoE).	UN	1	5.331,42	5.331,42	24,52 %
5.2.2	COMP-1670	Próprio	Gravador IP 32 canais com ePoE, compatível com LPR, compatível com contagem de pessoas, compatível com mapa de calor, com processador QuadCore, 32 canais de saída para câmeras IP, 1 entrada de áudio RCA, 1 saída de áudio RCA, 1 saída de vídeo HDMI, Gravação com compressão Smart H.265+/H.265/Smart H.264+/H.264/MJPEG, taxa de gravação 320 Mbps, interfaces de rede 1 porta RJ-45 (10/100/1000 Mbps), armazenamento de dados 2 HD SATA III de até 12 TB cada, com alimentação em Fonte interna 100 - 240 Vac. 50/60 Hz	UN	1	2.001,90	2.001,90	24,52 %
5.2.3	COMP-1671	Próprio	Câmera de vídeo IP com resolução de 4 megapixels, Lente de 2,7 a 12 mm motorizado, Compressão de vídeo H.265, IR inteligente com alcance de 50 metros, Índice de proteção IP67 e IK10, Suporte a PoE, Função WDR (120 dB)	UN	12	1.828,96	21.947,52	24,52 %
5.2.4	COMP-1672	Próprio	Software gerenciador do sistema CFTV - 1 licença - intalação e configuração	UN	1	250,14	250,14	24,52 %
5.3	AUTOMAÇÃO INCÊNDIO						204.378,03	
5.3.1	COMP-1673	Próprio	VESDA-E VEA-40 Detector with 3.5" Display - VEA-040-A10 - OU SIMILAR TÉCNICO	UN	1	75.069,75	75.069,75	24,52 %
5.3.2	COMP-1674	Próprio	VESDA-E VEA-40-Relay Local StaX - VER-A40-40-STX - OU SIMILAR TÉCNICO	UN	1	19.273,69	19.273,69	24,52 %
5.3.3	COMP-1675	Próprio	VESDA-E VEA 6 mm Standard Sampling Point - VSP-980-W - OU SIMILAR TÉCNICO	UN	60	153,39	9.203,40	24,52 %
5.3.4	COMP-1676	Próprio	VESDA-E VEA Power Supply StaX (220UL) - VPS-VEA-230UL - OU SIMILAR TÉCNICO	UN	2	10.215,98	20.431,96	24,52 %
5.3.5	COMP-1677	Próprio	VESDA-E VEA VSP-980-ST Sample Point Installation Tool - VSP-1007 - OU SIMILAR TÉCNICO	UN	60	994,59	59.675,40	24,52 %
5.3.6	COMP-1678	Próprio	VESDA-E VEA 6 mm MicroBore Tube UL-compliant Plenumrated, 1000 ft (300 m) - VSP-990 - OU SIMILAR TÉCNICO	UN	3	3.058,99	9.176,97	24,52 %
5.3.7	COMP-1679	Próprio	Unidade de controle do AEGIS Kidde com chaves - 84-732001-201 - OU SIMILAR TÉCNICO	UN	1	2.031,78	2.031,78	24,52 %
5.3.8	COMP-1680	Próprio	Kit do Resistor de Liberação em Linha (10K) - 06-220023-001 - OU SIMILAR TÉCNICO	UN	3	113,69	341,07	24,52 %
5.3.9	COMP-1681	Próprio	Anel de Acabamento - 76-600000-007 - OU SIMILAR TÉCNICO	UN	3	46,93	140,79	24,52 %
5.3.10	COMP-1682	Próprio	Painel frontal desenergizado - 06-236725-001 - OU SIMILAR TÉCNICO	UN	1	137,15	137,15	24,52 %
5.3.11	COMP-1683	Próprio	Gabinete da bateria - 76-100010-001 - OU SIMILAR TÉCNICO	UN	1	628,15	628,15	24,52 %
5.3.12	COMP-1684	Próprio	Acionador Manual modelo AM-013 APT - 11005100 - OU SIMILAR TÉCNICO	UN	13	209,47	2.723,11	24,52 %
5.3.13	COMP-1685	Próprio	Sirene Audio-Visual com Base APT - 11019070 - OU SIMILAR TÉCNICO	UN	3	229,87	689,61	24,52 %
5.3.14	COMP-1686	Próprio	Bateria Estacionária Duracell 12V 68Ah - Alta performance - D12TE65 - OU SIMILAR TÉCNICO	UN	2	582,60	1.165,20	24,52 %
			Cabo para Sistema de Alarme Blindado 2x2,50 mm (Cabo para Sistema de Alarme de Incêndio, Cobre Eletrolítico, temperatura mole nú. Isolação: 600V, pode ser em PVC ST1 70°C ou PVC					

5.3.15	COMP-1687	Próprio	ST2 105°C ou pp (polipropileno). Fita separadora não higroscópica. Fita Poliéster Aluminizada: blindagem eletrostática. Cobertura Externa: PVC ST1 70° C ou PVC ST2 105° C na cor vermelha. Condutor Dreno: fios de cobre estanhados 10x0,25 mm - IBL-SKY - OU SIMILAR TÉCNICO	M	300	12,30	3.690,00	24,52 %
6	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS						103.814,01	
6.1	QUADROS ELÉTRICOS E NOBREAKS						2.131,08	
6.1.1	74131/004	SINAPI	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE EMBUTIR, EM CHAPA METÁLICA, PARA 18 DISJUNTORES TERMOMAGNÉTICOS MONOPOLARES, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO E NEUTRO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	4	434,12	1.736,48	24,52 %
6.1.2	COMP-1251	Próprio	INSTALAÇÃO DE NOBREAK TRIFÁSICO (3F+N+T) 30 KVA 220/127 V 60Hz, COM CHAVEAMENTO, ALTO RENDIMENTO E FATOR DE POTÊNCIA 0,99	UN	2	197,30	394,60	24,52 %
6.2	DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO						1.041,44	
6.2.1	93670	SINAPI	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	1	82,63	82,63	24,52 %
6.2.2	93653	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	5	12,41	62,05	24,52 %
6.2.3	93654	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	UN	5	12,92	64,60	24,52 %
6.2.4	COMP-0996	Próprio	DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS (DPS) 220V 25kA CLASSE I, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	8	104,02	832,16	24,52 %
6.3	ELETRODUTOS						1.992,00	
6.3.1	97667	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 50 (1 1/2") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	M	200	9,96	1.992,00	24,52 %
6.4	TOMADAS						1.644,50	
6.4.1	91996	SINAPI	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	55	29,90	1.644,50	24,52 %
6.5	CABOS						68.215,50	
6.5.1	91925	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	600	3,53	2.118,00	24,52 %
6.5.2	91927	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	1500	4,75	7.125,00	24,52 %
6.5.3	91929	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	1500	6,71	10.065,00	24,52 %
6.5.4	91931	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	2400	9,05	21.720,00	24,52 %
6.5.5	91935	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	1250	21,75	27.187,50	24,52 %
6.6	CAIXAS DE PASSAGEM						1.009,14	
6.6.1	83387	SINAPI	CAIXA DE PASSAGEM PVC 4X2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	121	8,34	1.009,14	24,52 %
6.7	LUMINÁRIAS						27.780,35	
6.7.1	COMP-0191	Próprio	RASGO PARA INSTALAÇÃO DE HVAC E LUMINÁRIAS - FORRO EM PAINEL SALA LIMPA LUMINÁRIA DE EMBUTIR SALA LIMPA 2X18/20W LED - DIMENSÕES: 60X244X1280MM - CORPO EM CHAPA DE AÇO SAE 1010/20, FOSFATIZADA POR PROCESSO DE IMERSÃO E ACABAMENTO COM PINTURA ELETROSTÁTICA EM TINTA EPOXI À PÓ DE COR BRANCA. REFLETOR BRILHANTE E VIDRO TEMPERADO, VEDADA. EQUIPADA COM SOQUETES ANTI-VIBRATÓRIOS COM TRAVA DE SEGURANÇA. INCLUSO 02 LÂMPADAS LED 18W E RABICHO DE 1M+PLUG 2P+T (MANUTENÇÃO INFERIOR)	UND	66	52,68	3.476,88	24,52 %
6.7.2	COMP-0165	Próprio	LUMINÁRIA DE EMBUTIR SALA LIMPA 4X18/20W LED - DIMENSÕES: 60X244X1280MM - CORPO EM CHAPA DE AÇO SAE 1010/20, FOSFATIZADA POR PROCESSO DE IMERSÃO E ACABAMENTO COM PINTURA ELETROSTÁTICA EM TINTA EPOXI À PÓ DE COR BRANCA. REFLETOR BRILHANTE E VIDRO TEMPERADO, VEDADA. EQUIPADA COM SOQUETES ANTI-VIBRATÓRIOS COM TRAVA DE SEGURANÇA. INCLUSO 02 LÂMPADAS LED 18W E RABICHO DE 1M+PLUG 2P+T (MANUTENÇÃO INFERIOR)	UN	13	319,90	4.158,70	24,52 %
6.7.3	COMP-0177	Próprio	LUMINÁRIA DE EMBUTIR SALA LIMPA 4X18/20W LED - DIMENSÕES: 60X244X1280MM - CORPO EM CHAPA DE AÇO SAE 1010/20, FOSFATIZADA POR PROCESSO DE IMERSÃO E ACABAMENTO COM PINTURA ELETROSTÁTICA EM TINTA EPOXI À PÓ DE COR BRANCA. REFLETOR BRILHANTE E VIDRO TEMPERADO, VEDADA. EQUIPADA COM SOQUETES ANTI-VIBRATÓRIOS COM TRAVA DE SEGURANÇA. INCLUSO 02 LÂMPADAS LED 18W E RABICHO DE 1M+PLUG 2P+T (MANUTENÇÃO INFERIOR)	UN	53	380,09	20.144,77	24,52 %
7	INSTALAÇÕES DE CFTV, LÓGICA E TELEFONIA						35.480,38	
7.1	CABEAMENTOS E ACESSÓRIOS						11.418,31	
7.1.1	98297	SINAPI	CABO ELETRÔNICO CATEGORIA 6, INSTALADO EM EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	M	2519,9	2,61	6.576,93	24,52 %
7.1.2	COMP-0962	Próprio	CONECTOR FÊMEA RJ45 - CAT 6 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	86	30,70	2.640,20	24,52 %
7.1.3	COMP-0963	Próprio	PLUGUE RJ45 - CAT 6 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	240	4,23	1.015,20	24,52 %
7.1.4	COMP-0992	Próprio	CABO DE FIBRA ÓPTICA MULTIMODO 62,5/125µm, REVESTIDA COM MATERIAL POLIMÉRICO, INSTALADO EM EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	75	14,10	1.057,50	24,52 %
7.1.5	COMP-0970	Próprio	CONECTOR DE FIBRA ÓPTICA SC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	8	16,06	128,48	24,52 %
7.2	RACK E ACESSÓRIOS						10.590,16	
7.2.1	98302	SINAPI	PATCH PANEL 24 PORTAS, CATEGORIA 6 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	UN	8	678,73	5.429,84	24,52 %
7.2.2	COMP-0413	Próprio	SWITCH (10/100)BaseTX + (1000)Base T - (24 + 2) portas	UN	5	587,26	2.936,30	24,52 %
7.2.3	COMP-0964	Próprio	CALHA DE TOMADAS PARA RACK, 8 TOMADAS 2P+T, 10A - 1U - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2	56,02	112,04	24,52 %
7.2.4	COMP-0965	Próprio	GUIA DE CABO FECHADO 1U - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	11	26,57	292,27	24,52 %
7.2.5	COMP-0966	Próprio	BANDEJA DESLIZANTE PERFURADA - RACK ABERTO 19"	UN	1	228,15	228,15	24,52 %
7.2.6	COMP-0967	Próprio	GUIA DE CABOS VERTICAL - RACK ABERTO 19"	UN	1	271,05	271,05	24,52 %
7.2.7	COMP-0968	Próprio	KIT PÉS NIVELADORES PARA RACK 19" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	CJ	1	19,66	19,66	24,52 %
7.2.8	COMP-0969	Próprio	KIT DE VENTILAÇÃO PARA RACK COM 2 VENTILADORES - PADRÃO 19" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	CJ	1	336,21	336,21	24,52 %
7.2.9	COMP-0426	Próprio	RACK ABERTO PADRÃO 19" - 32 U - 770 mm - COM PÉS NIVELADORES	UN	1	964,64	964,64	24,52 %
7.3	TOMADAS						4.839,66	
7.3.1	98307	SINAPI	TOMADA DE REDE RJ45 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	UN	29	51,94	1.506,26	24,52 %
7.3.2	COMP-0946	Próprio	TOMADA DE REDE 2 MÓDULOS RJ45 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	35	95,24	3.333,40	24,52 %
7.4	ELETROCALHAS						5.449,49	
7.4.1	724	ORSE	Fornecimento e instalação de saída horizontal para eletroduto 1" (ref. vl 33 valemam ou similar)	un	13	6,37	82,81	24,52 %
7.4.2	8688	ORSE	Curva horizontal 100 x 100 mm para eletrocalha metálica, com ângulo 90° (ref.: mopa ou similar)	un	2	22,81	45,62	24,52 %
7.4.3	8684	ORSE	Fornecimento e instalação de eletrocalha perfurada 100 x 100 x 3000 mm (ref. mopa ou similar)	un	41,2	87,00	3.584,40	24,52 %
7.4.4	7820	ORSE	Junção para eletrocalha metálica 100mm(ref. Mopa ou similar)	un	26	20,53	533,78	24,52 %
7.4.5	8695	ORSE	Suporte vertical 100 x 100 mm para fixação de eletrocalha metálica (ref.: Mopa ou similar)	un	38	11,72	445,36	24,52 %
7.4.6	12523	ORSE	Tampa de encaixe 100 X 3000 mm, zincada, para eletrocalha metálica (ref.: mopa ou similar)	m	41,2	16,37	674,44	24,52 %
7.4.7	12526	ORSE	Tampa de encaixe para curva 90°, horizontal, 100mm, zincada, para eletrocalha metálica	un	2	15,58	31,16	24,52 %
7.4.8	COMP-1058	Próprio	FLANGE 100x100mm CHAPA 18, PARA ELETROCALHA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	8,47	8,47	24,52 %
7.4.9	COMP-1059	Próprio	SAÍDA LATERAL DUPLA P/ ELETRODUTO DE 1" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	5	8,69	43,45	24,52 %
7.5	ELETRODUTOS E ACESSÓRIOS						3.182,76	
7.5.1	83387	SINAPI	CAIXA DE PASSAGEM PVC 4X2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	51	8,34	425,34	24,52 %
7.5.2	COMP-0435	Próprio	CONDULETE DE PVC, 5 ENTRADAS COM TAMPA CEGA	UN	3	37,44	112,32	24,52 %
7.5.3	COMP-0945	Próprio	CONDULETE DE PVC, 6 ENTRADAS, 1", COM TAMPA CEGA	UN	7	39,07	273,49	24,52 %
7.5.4	95734	SINAPI	LUVA PARA ELETRODUTO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32 MM (1"), APARENTE, INSTALADA EM TETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016 P	UN	2	6,57	13,14	24,52 %
7.5.5	95733	SINAPI	LUVA PARA ELETRODUTO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 MM (3/4"), APARENTE, INSTALADA EM TETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016 P	UN	13	4,93	64,09	24,52 %
7.5.6	95728	SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), APARENTE, INSTALADO EM TETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016 P	M	17,1	8,18	139,87	24,52 %
7.5.7	95727	SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"), APARENTE, INSTALADO EM TETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016 P	M	103,2	6,45	665,64	24,52 %
7.5.8	COMP-0947	Próprio	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	12	10,79	129,48	24,52 %
7.5.9	91179	SINAPI	FIXAÇÃO DE TUBOS HORIZONTAIS DE PVC, CPVC OU COBRE DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM COM ABRAÇADEIRA METÁLICA RÍGIDA TIPO D 1/2" - FIXADA DIRETAMENTE NA LAJE. AF_05/2015	M	120,3	11,30	1.359,39	24,52 %
8	INSTALAÇÕES MECÂNICAS E DE UTILIDADES						185.546,81	
8.1	INSTALAÇÕES DE AR-CONDICIONADO						185.546,81	
8.1.1	BOCAS DE AR E REGULAGEM						39.126,30	
8.1.1.1	COMP-1004	Próprio	DIFUSOR QUADRADO DE INSUFILAMENTO DE AR - COM REGISTRO- REF: ADLQ-AG TAM 2- FABRICANTE: TROX DO BRASIL OU EQUIVALENTE TÉCNICO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	7	141,39	989,73	24,52 %
			DIFUSOR QUADRADO DE INSUFILAMENTO DE AR - COM REGISTRO- REF: ADLQ-AG TAM					

8.1.1.2	COMP-1005	Próprio	3- FABRICANTE: TROX DO BRASIL OU EQUIVALENTE TÉCNICO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	4	181,52	726,08	24,52 %
8.1.1.3	COMP-0603	Próprio	DIFUSOR QUADRADO DE INSUFLAMENTO DE AR - COM REGISTRO- REF: ADLQ-AG TAM 4- FABRICANTE: TROX DO BRASIL OU EQUIVALENTE TÉCNICO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3	237,50	712,50	24,52 %
8.1.1.4	COMP-1006	Próprio	DIFUSOR QUADRADO DE INSUFLAMENTO DE AR - COM REGISTRO- REF: ADLQ-AG TAM 5- FABRICANTE: TROX DO BRASIL OU EQUIVALENTE TÉCNICO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	2	324,93	649,86	24,52 %
8.1.1.5	COMP-1007	Próprio	DIFUSOR QUADRADO DE INSUFLAMENTO DE AR - COM REGISTRO- REF: ADLQ-AG TAM 6- FABRICANTE: TROX DO BRASIL OU EQUIVALENTE TÉCNICO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1	335,74	335,74	24,52 %
8.1.1.6	COMP-0604	Próprio	DIFUSOR QUADRADO DE INSUFLAMENTO DE AR - COM REGISTRO- REF: ADLQ-AG TAM 7- FABRICANTE: TROX DO BRASIL OU EQUIVALENTE TÉCNICO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	13	438,28	5.697,64	24,52 %
8.1.1.7	COMP-1060	Próprio	DAMPER RETANGULAR - MOD: JN-B 400x180 mm FABRICANTE: TROX OU EQUIVALENTE	UND	12	163,94	1.967,28	24,52 %
8.1.1.8	COMP-1061	Próprio	DAMPER RETANGULAR - MOD: JN-B 400x510 mm FABRICANTE: TROX OU EQUIVALENTE	UND	2	324,83	649,66	24,52 %
8.1.1.9	COMP-1062	Próprio	DAMPER RETANGULAR - MOD: JN-B 600x180 mm FABRICANTE: TROX OU EQUIVALENTE	UND	5	211,06	1.055,30	24,52 %
8.1.1.10	COMP-1063	Próprio	DAMPER RETANGULAR - MOD: JN-B 800x180 mm FABRICANTE: TROX OU EQUIVALENTE	UND	1	253,08	253,08	24,52 %
8.1.1.11	COMP-1064	Próprio	DAMPER RETANGULAR - MOD: JN-B 600x345 mm FABRICANTE: TROX OU EQUIVALENTE	UND	1	297,42	297,42	24,52 %
8.1.1.12	COMP-1065	Próprio	DAMPER RETANGULAR - MOD: JN-B 1000x180 mm FABRICANTE: TROX OU EQUIVALENTE	UND	3	296,33	888,99	24,52 %
8.1.1.13	COMP-1066	Próprio	GRELHA DE RETORNO EM ALUMÍNIO - ALETA HORIZONTAL FIXA; MOD: AR-AG 225x165, FABRICANTE: TROX OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UND	8	96,50	772,00	24,52 %
8.1.1.14	COMP-1067	Próprio	GRELHA DE RETORNO EM ALUMÍNIO - ALETA HORIZONTAL FIXA; MOD: AR-AG 325x225, FABRICANTE: TROX OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UND	11	134,84	1.483,24	24,52 %
8.1.1.15	COMP-1068	Próprio	GRELHA DE RETORNO EM ALUMÍNIO - ALETA HORIZONTAL FIXA; MOD: AR-AG 325x325, FABRICANTE: TROX OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UND	2	169,59	339,18	24,52 %
8.1.1.16	COMP-1069	Próprio	GRELHA DE RETORNO EM ALUMÍNIO - ALETA HORIZONTAL FIXA; MOD: AR-AG 425x325, FABRICANTE: TROX OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UND	5	202,89	1.014,45	24,52 %
8.1.1.17	COMP-1070	Próprio	GRELHA DE RETORNO EM ALUMÍNIO - ALETA HORIZONTAL FIXA; MOD: AR-AG 525x325, FABRICANTE: TROX OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UND	2	236,81	473,62	24,52 %
8.1.1.18	COMP-1071	Próprio	GRELHA DE RETORNO EM ALUMÍNIO - ALETA HORIZONTAL FIXA; MOD: AR-AG 625x325, FABRICANTE: TROX OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UND	1	267,65	267,65	24,52 %
8.1.1.19	COMP-1072	Próprio	GRELHA DE RETORNO EM ALUMÍNIO - ALETA HORIZONTAL FIXA; MOD: AR-AG 625x425, FABRICANTE: TROX OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UND	2	321,37	642,74	24,52 %
8.1.1.20	COMP-1073	Próprio	GRELHA DE RETORNO EM ALUMÍNIO - ALETA HORIZONTAL FIXA; MOD: AR-AG 825x425, FABRICANTE: TROX OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UND	2	406,96	813,92	24,52 %
8.1.1.21	COMP-1074	Próprio	GRELHA DE RETORNO EM ALUMÍNIO - ALETA HORIZONTAL FIXA; MOD: AR-AG 1025x425, FABRICANTE: TROX OU EQUIVALENTE TÉCNICO	UND	4	482,12	1.928,48	24,52 %
8.1.1.22	COMP-0607	Próprio	GRELHA DE RETORNO EM ALUMÍNIO, 1225x525 MM - ALETA HORIZONTAL FIXA; MOD: AR-AG 1225x525, FABRICANTE: TROX OU EQUIVALENTE TÉCNICO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	665,59	665,59	24,52 %
8.1.1.23	COMP-1075	Próprio	DAMPER REDONDO COM REGISTRO Ø 150 mm - FABRICANTE: TORKTEC OU EQUIVALENTE	UND	27	116,48	3.144,96	24,52 %
8.1.1.24	COMP-1076	Próprio	DAMPER REDONDO COM REGISTRO Ø 200 mm - FABRICANTE: TORKTEC OU EQUIVALENTE	UND	7	144,97	1.014,79	24,52 %
8.1.1.25	COMP-1077	Próprio	DAMPER REDONDO COM REGISTRO Ø 250 mm - FABRICANTE: TORKTEC OU EQUIVALENTE	UND	12	179,17	2.150,04	24,52 %
8.1.1.26	COMP-1078	Próprio	DAMPER REDONDO COM REGISTRO Ø 300 mm - FABRICANTE: TORKTEC OU EQUIVALENTE	UND	2	238,59	477,18	24,52 %
8.1.1.27	COMP-1079	Próprio	DAMPER REDONDO COM REGISTRO Ø 350 mm - FABRICANTE: TORKTEC OU EQUIVALENTE	UND	2	280,95	561,90	24,52 %
8.1.1.28	COMP-1012	Próprio	COLARINHO SEM REGISTRO Ø 150 mm - FABRICANTE: ELETRO PLÁSTICO CARAMURU OU EQUIVALENTE	UND	27	17,19	464,13	24,52 %
8.1.1.29	COMP-1013	Próprio	COLARINHO SEM REGISTRO Ø 200 mm - FABRICANTE: ELETRO PLÁSTICO CARAMURU OU EQUIVALENTE	UND	7	19,69	137,83	24,52 %
8.1.1.30	COMP-1014	Próprio	COLARINHO SEM REGISTRO Ø 250 mm - FABRICANTE: ELETRO PLÁSTICO CARAMURU OU EQUIVALENTE	UND	16	22,23	355,68	24,52 %
8.1.1.31	COMP-1015	Próprio	COLARINHO SEM REGISTRO Ø 300 mm - FABRICANTE: ELETRO PLÁSTICO CARAMURU OU EQUIVALENTE	UND	22	23,88	525,36	24,52 %
8.1.1.32	COMP-1016	Próprio	COLARINHO SEM REGISTRO Ø 350 mm - FABRICANTE: ELETRO PLÁSTICO CARAMURU OU EQUIVALENTE	UND	6	31,62	189,72	24,52 %
8.1.1.33	COMP-0191	Próprio	RASGO PARA INSTALAÇÃO DE HVAC E LUMINÁRIAS - FORRO EM PAINEL SALA LIMPA	UND	142	52,68	7.480,56	24,52 %
8.1.2	DUTOS						61.751,00	
8.1.2.1	COMP-0577	Próprio	DUTO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NUM 24, PARA AR-CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m²	148	57,71	8.541,08	24,52 %
8.1.2.2	COMP-0578	Próprio	DUTO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NUM 26, PARA AR-CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m²	687	49,23	33.821,01	24,52 %
8.1.2.3	COMP-0997	Próprio	DUTO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NUM 18, PARA AR-CONDICIONADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m²	7	97,29	681,03	24,52 %
8.1.2.4	COMP-0998	Próprio	ISOLANTE TÉRMICO ISOFLEX RT 1,0 - #38 - FELTRO DE MANTA DE LÃ DE VIDRO - DENSIDADE 20KG/M³ COM FILME DE ALUMÍNIO SOBRE PAPEL KRAFT - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m²	842	19,56	16.469,52	24,52 %
8.1.2.5	COMP-0999	Próprio	DUTO FLEXÍVEL ISOLADO Ø150MM - FABRICANTE LUFTMÁXI OU EQUIVALENTE TÉCNICO PACOTE 6 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	5	158,93	794,65	24,52 %
8.1.2.6	COMP-1000	Próprio	DUTO FLEXÍVEL ISOLADO Ø200MM - FABRICANTE LUFTMÁXI OU EQUIVALENTE TÉCNICO PACOTE 6 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	2	192,05	384,10	24,52 %
8.1.2.7	COMP-1001	Próprio	DUTO FLEXÍVEL ISOLADO Ø250MM - FABRICANTE LUFTMÁXI OU EQUIVALENTE TÉCNICO PACOTE 6 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	2	226,01	452,02	24,52 %
8.1.2.8	COMP-1002	Próprio	DUTO FLEXÍVEL ISOLADO Ø300MM - FABRICANTE LUFTMÁXI OU EQUIVALENTE TÉCNICO PACOTE 6 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1	264,65	264,65	24,52 %
8.1.2.9	COMP-1003	Próprio	DUTO FLEXÍVEL ISOLADO Ø350MM - FABRICANTE LUFTMÁXI OU EQUIVALENTE TÉCNICO PACOTE 6 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1	342,94	342,94	24,52 %
8.1.3	TUBOS E ACESSÓRIOS						57.019,21	
8.1.3.1	COMP-1025	Próprio	VÁLVULA DE CONTROLE E BALANCEAMENTO INDEP. DE PRESSÃO DN 50 C/ATUADOR ELÉTRICO (PROPORCIONAL) 24V - MODELO: AB-QM - ROSCADA	UND	1	726,82	726,82	24,52 %
8.1.3.2	COMP-1026	Próprio	VÁLVULA DE 02 VIAS MOTORIZADA ATUADOR PROPORCIONAL DN 40 C/ATUADOR ELÉTRICO (PROPORCIONAL) 24V - MODELO: AB-QM - ROSCADA	UND	1	473,52	473,52	24,52 %
8.1.3.3	COMP-1027	Próprio	VÁLVULA DE 02 VIAS MOTORIZADA ATUADOR PROPORCIONAL DN 25 C/ATUADOR ELÉTRICO (PROPORCIONAL) 24V - MODELO: AB-QM - ROSCADA	UND	1	326,85	326,85	24,52 %
8.1.3.4	COMP-1028	Próprio	VÁLVULA GLOBO BRONZE ASTE ASCENDENTE CLASSE 150LBS DN 1 1/2"	UND	2	370,28	740,56	24,52 %
8.1.3.5	COMP-1029	Próprio	VÁLVULA GLOBO BRONZE ASTE ASCENDENTE CLASSE 150LBS DN 2"	UND	2	486,69	973,38	24,52 %
8.1.3.6	COMP-1030	Próprio	VÁLVULA GLOBO BRONZE ASTE ASCENDENTE CLASSE 150LBS DN 1"	UND	2	180,97	361,94	24,52 %
8.1.3.7	COMP-1031	Próprio	UNIÃO AÇO GALVANIZADO C/ ASSENTO DE BRONZE DN 1 1/2"	UND	4	64,94	259,76	24,52 %
8.1.3.8	COMP-1032	Próprio	UNIÃO AÇO GALVANIZADO C/ ASSENTO DE BRONZE DN 2"	UND	4	90,45	361,80	24,52 %
8.1.3.9	COMP-1033	Próprio	UNIÃO AÇO GALVANIZADO C/ ASSENTO DE BRONZE DN 1"	UND	4	36,57	146,28	24,52 %
8.1.3.10	COMP-1023	Próprio	FILTRO Y ROSCA BSP CORPO EM LATÃO DN 2 1/2"	UND	1	499,68	499,68	24,52 %
8.1.3.11	COMP-1022	Próprio	FILTRO Y ROSCA BSP CORPO EM LATÃO DN 2"	UND	1	313,36	313,36	24,52 %
8.1.3.12	COMP-1021	Próprio	FILTRO Y ROSCA BSP CORPO EM LATÃO DN 1"	UND	1	82,81	82,81	24,52 %
8.1.3.13	COMP-1034	Próprio	COTOVELO AÇO GALVANIZADO 90° DN 2 1/2"	UND	6	88,24	529,44	24,52 %
8.1.3.14	COMP-1035	Próprio	COTOVELO AÇO GALVANIZADO 90° DN 2"	UND	6	57,65	345,90	24,52 %
8.1.3.15	COMP-1036	Próprio	COTOVELO AÇO GALVANIZADO 90° DN 1"	UND	6	27,18	163,08	24,52 %
8.1.3.16	COMP-1037	Próprio	TE AÇO GALVANIZADO REDUÇÃO CONCÊNTRICA DN 2 1/2" X DN 1 1/2"	UND	2	156,07	312,14	24,52 %
8.1.3.17	COMP-1038	Próprio	TE AÇO GALVANIZADO REDUÇÃO CONCÊNTRICA DN 1 1/2" X DN 1/2"	UND	1	81,67	81,67	24,52 %
8.1.3.18	COMP-1039	Próprio	TE AÇO GALVANIZADO REDUÇÃO CONCÊNTRICA DN 2" X DN 1/2"	UND	1	104,73	104,73	24,52 %
8.1.3.19	COMP-1040	Próprio	TE AÇO GALVANIZADO REDUÇÃO CONCÊNTRICA DN 1" X DN 1/2"	UND	1	42,19	42,19	24,52 %
8.1.3.20	COMP-1024	Próprio	VÁLVULA ESFERA BRONZE CLASSE 150LBS DN 1/2"	UND	9	60,85	547,65	24,52 %
8.1.3.21	COMP-1041	Próprio	TE AÇO GALVANIZADO DN 3"	UND	2	184,87	369,74	24,52 %
8.1.3.22	COMP-1042	Próprio	LUVIA DE REDUÇÃO EM AÇO CARBONO P/ SOLDA DN 5 X 3"	UND	2	118,71	237,42	24,52 %
8.1.3.23	COMP-1043	Próprio	VÁLVULA GLOBO BRONZE ASTE ASCENDENTE CLASSE 150LBS DN 3"	UND	2	1.184,88	2.369,76	24,52 %
8.1.3.24	COMP-1044	Próprio	BUCHA DE REDUÇÃO AÇO GALVANIZADO DN 2 1/2 X 1"	UND	2	78,42	156,84	24,52 %
8.1.3.25	COMP-1045	Próprio	BUCHA DE REDUÇÃO AÇO GALVANIZADO DN 3 X 2 1/2"	UND	2	107,43	214,86	24,52 %
8.1.3.26	COMP-1046	Próprio	BUCHA DE REDUÇÃO AÇO GALVANIZADO DN 2 1/2 X 2"	UND	2	78,42	156,84	24,52 %
8.1.3.27	COMP-1018	Próprio	MANOMETRO DN 100 COM GLICERINA 10kpa	UND	6	190,09	1.140,54	24,52 %
8.1.3.28	COMP-1047	Próprio	TUBO AÇO GALVANIZADO SEM COSTURA SCHEDULE 40/ASTM A106 DN 3"	M	70	256,05	17.923,50	24,52 %
8.1.3.29	COMP-1048	Próprio	TUBO AÇO GALVANIZADO SEM COSTURA SCHEDULE 40/ASTM A106 DN 2 1/2"	M	10	227,67	2.276,70	24,52 %

8.1.3.30	COMP-1049	Próprio	TUBO AÇO GALVANIZADO SEM COSTURA SCHEDULE 40/ASTM A106 DN 2"	M	90	145,41	13.086,90	24,52 %
8.1.3.31	COMP-1050	Próprio	TUBO AÇO GALVANIZADO SEM COSTURA SCHEDULE 40/ASTM A106 DN 1"	M	40	81,56	3.262,40	24,52 %
8.1.3.32	COMP-1019	Próprio	MANTA ISOLANTE #14MM - ESPESSURA 14MM REFERÊNCIA AF-2-064-BORRACHA OU ESPUMA ELASTOMÉRICA AF/ARMAFLEX OU EQUIVALENTE TÉCNICO	m²	39	77,43	3.019,77	24,52 %
8.1.3.33	COMP-1020	Próprio	ALUMÍNIO CORRUGADO FABRICANTE:ISAR ESPESURA 0,5 MM OU EQUIVALENTE TÉCNICO	m²	39	53,59	2.090,01	24,52 %
8.1.3.34	COMP-0622	Próprio	ADESIVO 520S ARMAFLEX OU EQUIVALENTE TÉCNICO	LT	31	90,47	2.804,57	24,52 %
8.1.3.35	COMP-1017	Próprio	TINTA PARA PINTURA PRIMER EPOXI POIAMISA PLUS, REF. BRASILUX, COR CORRESPONDENTE A TUBULAÇÃO DE ÁGUA DE CONDENSADO EXISTENTE - APLICAÇÃO MECÂNICA	L	7,2	71,64	515,80	24,52 %
8.1.4	INSTALAÇÃO DE UTAS E VENTILADORES						4.404,80	
8.1.4.1	COMP-1056	Próprio	INSTALAÇÃO DE UNIDADE DE TRATAMENTO DE AR	UN	3	950,71	2.852,13	24,52 %
8.1.4.2	COMP-1057	Próprio	INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE EXAUSTÃO (GABINETES PARA EXAUSTÃO, FILTROS PARA EXAUSTOR E EXAUSTORES/VENTILADORES HELIOCENTRÍFUGOS)	UN	7	221,81	1.552,67	24,52 %
8.1.5	ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO						23.245,50	
8.1.5.1	COMP-0583	Próprio	JUNTA FLEXÍVEL 70 / 100 LONA - REF: JF-LONA FABRICANTE AIRFAN OU EQUIVALENTE TÉCNICO	metro	22	39,57	870,54	24,52 %
8.1.5.2	COMP-1008	Próprio	CANTO TDC DIM: 35 mm - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	3247	0,68	2.207,96	24,52 %
8.1.5.3	COMP-0589	Próprio	FITA DE VEDAÇÃO 20x4 mm	M	765	9,05	6.923,25	24,52 %
8.1.5.4	COMP-0592	Próprio	PARAFUSO CABEÇA FRANCESA COM PORCA 5/16" 19mm	UN	1867	0,46	858,82	24,52 %
8.1.5.5	COMP-1011	Próprio	GRAMPO DE FIXAÇÃO COM PARAFUSO SEXTAVADO 1/4" por 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1957	2,78	5.440,46	24,52 %
8.1.5.6	COMP-0594	Próprio	PERFIL PERFURADO TIPO "U" 38 X 38 mm	M	144	11,38	1.638,72	24,52 %
8.1.5.7	COMP-0595	Próprio	BARRA ROSCADA PARA SUPORTE DUTO	UN	528	6,06	3.199,68	24,52 %
8.1.5.8	COMP-1009	Próprio	CANTONEIRA ABA IGUAIS 2"x2"x1/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	KG	200	6,15	1.230,00	24,52 %
8.1.5.9	COMP-1010	Próprio	SERVIÇO DE REALOCAÇÃO DE DIFUSORES E GRELHAS EXISTENTES	UND	13	67,39	876,07	24,52 %
9	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS						27.922,06	
9.1	ÁGUA FRIA						7.148,87	
9.1.1	89383	SINAPI	ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM X 3/4", INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 12/2014	UN	38	5,52	209,76	24,52 %
9.1.2	COMP-0525	Próprio	BUCHA DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL LONGA, DN 50MM X 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 03/2015_P	UN	1	9,51	9,51	24,52 %
9.1.3	89408	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 12/2014	UN	45	4,96	223,20	24,52 %
9.1.4	89501	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 12/2014	UN	1	11,38	11,38	24,52 %
9.1.5	89353	SINAPI	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA. AF_ 12/2014	UN	19	37,13	705,47	24,52 %
9.1.6	90373	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, X 1/2" INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 12/2014	UN	27	12,11	326,97	24,52 %
9.1.7	89627	SINAPI	TÊ DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM X 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 12/2014	UN	10	16,81	168,10	24,52 %
9.1.8	89440	SINAPI	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 12/2014	UN	13	7,04	91,52	24,52 %
9.1.9	89402	SINAPI	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 12/2014	M	98	7,91	775,18	24,52 %
9.1.10	89449	SINAPI	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 12/2014	M	32	14,33	458,56	24,52 %
9.1.11	97903	SINAPI	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,8X0,8X0,6 M PARA REDE DE ESGOTO. AF_ 05/2018	UN	6	694,87	4.169,22	24,52 %
9.2	ESGOTO						9.331,74	
9.2.1	1695	ORSE	Caixa sifonada quadrada, com sete entradas e uma saída, d = 150 x 150 x 50mm, ref. nº25, acabamento branco, marca Akros ou similar	un	6	65,16	390,96	24,52 %
9.2.2	89708	SINAPI	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 150 X 185 X 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 12/2014	UN	10	83,83	838,30	24,52 %
9.2.3	COMP-0943	Próprio	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO	UN	22	8,56	188,32	24,52 %
9.2.4	89724	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 12/2014	UN	20	7,98	159,60	24,52 %
9.2.5	89731	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 12/2014	UN	18	9,12	164,16	24,52 %
9.2.6	89744	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 12/2014	UN	4	20,07	80,28	24,52 %
9.2.7	89726	SINAPI	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 12/2014	UN	9	6,00	54,00	24,52 %
9.2.8	89732	SINAPI	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 12/2014	UN	12	9,60	115,20	24,52 %
9.2.9	89739	SINAPI	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 12/2014	UN	1	16,08	16,08	24,52 %
9.2.10	89746	SINAPI	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 12/2014	UN	4	20,02	80,08	24,52 %
9.2.11	89797	SINAPI	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 12/2014	UN	4	37,48	149,92	24,52 %
9.2.12	89795	SINAPI	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 X 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 12/2014	UN	9	28,57	257,13	24,52 %
9.2.13	COMP-0944	Próprio	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO	UN	3	28,24	84,72	24,52 %
9.2.14	89785	SINAPI	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 12/2014	UN	6	17,73	106,38	24,52 %
9.2.15	89813	SINAPI	LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_ 12/2014	UN	28	5,59	156,52	24,52 %
9.2.16	89817	SINAPI	LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_ 12/2014	UN	9	9,65	86,85	24,52 %
9.2.17	89778	SINAPI	LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 12/2014	UN	15	15,51	232,65	24,52 %
9.2.18	COMP-0364	Próprio	TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA	UN	2	27,56	55,12	24,52 %
9.2.19	89784	SINAPI	TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 12/2014	UN	6	16,38	98,28	24,52 %
9.2.20	89711	SINAPI	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 12/2014	M	16	15,87	253,92	24,52 %
9.2.21	89712	SINAPI	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 12/2014	M	84	23,42	1.967,28	24,52 %
9.2.22	89713	SINAPI	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 12/2014	M	38	35,61	1.353,18	24,52 %
9.2.23	89714	SINAPI	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_ 12/2014	M	34	45,72	1.554,48	24,52 %
9.2.24	COMP-0365	Próprio	TERMINAL DE VENTILAÇÃO, PVC, DN 50MM	UN	2	18,19	36,38	24,52 %
9.2.25	98110	SINAPI	CAIXA DE GORDURA PEQUENA (CAPACIDADE: 19 L), CIRCULAR, EM PVC, DIÂMETRO INTERNO= 0,3 M. AF_ 05/2018	UN	1	684,90	684,90	24,52 %
9.2.26	74104/0001	SINAPI	CAIXA DE INSPEÇÃO EM ALVENARIA DE TIJOLO MACIÇO 60X60X60CM, REVESTIDA INTERNAMENTE COM BARRA LISA (CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:4) E=2,0CM, COM	UN	1	167,05	167,05	24,52 %

QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	SINAPI	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	PERCENTUAL
9.3	ÁGUA PLUVIAL E DRENAGEM SUPERFICIAL		TAMPA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO E FUNDO DE CONCRETO 15MPA TIPO C - ESCAVAÇÃO E CONFECCÃO				11.441,45	
9.3.1	89584	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_ 12/2014	UN	30	31,66	949,80	24,52 %
9.3.2	89585	SINAPI	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_ 12/2014	UN	13	25,55	332,15	24,52 %
9.3.3	89669	SINAPI	LUVA SIMPLES, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_ 12/2014	UN	40	17,90	716,00	24,52 %
9.3.4	89578	SINAPI	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_ 12/2014	M	272	33,44	9.095,68	24,52 %
9.3.5	89690	SINAPI	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_ 12/2014	UN	6	57,97	347,82	24,52 %
10	INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO, DETECÇÃO E COMBATE CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO						42.559,72	
10.1	SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA						1.636,56	
10.1.1	COMP-0980	Próprio	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO - A1 ALERTA GERAL, TRIANGULAR, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 13434) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	59,01	59,01	24,52 %
10.1.2	COMP-0981	Próprio	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANCA CONTRA INCÊNDIO - A2 - CUIDADO RISCO DE INCÊNDIO, TRIANGULAR, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 13434) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	59,01	59,01	24,52 %
10.1.3	COMP-0982	Próprio	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANCA CONTRA INCÊNDIO - A5 CUIDADO RISCO DE CHOQUE ELÉTRICO, TRIANGULAR, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 13434) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	59,01	59,01	24,52 %
10.1.4	COMP-0983	Próprio	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANCA CONTRA INCÊNDIO - S2 SAÍDA DE EMERGÊNCIA - INDICAÇÃO - RETANGULAR, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 13434) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	4	44,97	179,88	24,52 %
10.1.5	COMP-0984	Próprio	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANCA CONTRA INCÊNDIO - S3 SAÍDA DE EMERGÊNCIA - INDICAÇÃO - RETANGULAR, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 13434) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2	44,97	89,94	24,52 %
10.1.6	COMP-0985	Próprio	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANCA CONTRA INCÊNDIO - S12 SAÍDA DE EMERGÊNCIA - INDICAÇÃO - RETANGULAR, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 13434) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	4	44,97	179,88	24,52 %
10.1.7	COMP-0986	Próprio	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANCA CONTRA INCÊNDIO - E2 - ALARME DE INCÊNDIO - RETANGULAR, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 13434) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3	44,97	134,91	24,52 %
10.1.8	COMP-0987	Próprio	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANCA CONTRA INCÊNDIO - E1 - ALARME SONORO - QUADRADA, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 13434) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3	38,28	114,84	24,52 %
10.1.9	COMP-0988	Próprio	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANCA CONTRA INCÊNDIO - E5 - EXTINTOR - QUADRADA, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 13434) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	6	38,28	229,68	24,52 %
10.1.10	COMP-0989	Próprio	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANCA CONTRA INCÊNDIO - E7 - ABRIGO DE MANGUEIRA DE INCÊNDIO E HIDRANTE - QUADRADA, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 13434) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2	38,28	76,56	24,52 %
10.1.11	COMP-0990	Próprio	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANCA CONTRA INCÊNDIO - M4 - PORTA CORTA FOGO - RETANGULAR, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 13434) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	4	44,97	179,88	24,52 %
10.1.12	84665	SINAPI	PINTURA ACRILICA PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM PISO CIMENTADO	m²	6	22,83	136,98	24,52 %
10.1.13	COMP-0991	Próprio	PINTURA PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM PISO	m²	6	22,83	136,98	24,52 %
10.2	ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA						339,84	
10.2.1	97599	SINAPI	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 11/2017	UN	8	42,48	339,84	24,52 %
10.3	EXTINTORES						1.244,43	
10.3.1	83635	SINAPI	EXTINTOR INCENDIO TP PO QUIMICO 6KG - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	3	237,83	713,49	24,52 %
10.3.2	COMP-0977	Próprio	EXTINTOR INCÊNDIO TIPO PÓ QUIMICO SECO (PQS) 6KG, CLASSE ABC (2A-20B:C) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	3	176,98	530,94	24,52 %
10.4	ALARME DE INCÊNDIO E DETECTORES DE FUMAÇA						14.751,15	
10.4.1	12017	ORSE	Detector de temperatura termovelocimetrico endereçável, modelo VRE-T, marca VERIN ou similar	un	8	221,29	1.770,32	24,52 %
10.4.2	11829	ORSE	Acionador manual (botoeira) "aperte aqui", p/instal. incendio - endereçável	un	3	146,52	439,56	24,52 %
10.4.3	11824	ORSE	Sirene áudio-visual 120db para alarme de incendio,endereçável	un	3	190,87	572,61	24,52 %
10.4.4	COMP-1083	Próprio	BATERIA CENTRAL DE ALARME E DETECÇÃO - 7A 12 V - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	117,87	117,87	24,52 %
10.4.5	COMP-1082	Próprio	CENTRAL DE ALARME ENDEREÇÁVEL - MODELO NFS-320 - SÉRIE ONYX - MARCA NOTIFIER BY HONEYWELL OU EQUIVALENTE TÉCNICO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	11.850,79	11.850,79	24,52 %
10.5	PORTA CORTA FOGO						16.754,78	
10.5.1	90838	SINAPI	PORTA CORTA-FOGO 90X210X4CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 12/2019	UN	1	1.136,94	1.136,94	24,52 %
10.5.2	12168	ORSE	Porta corta fogo, 1,50 x 2,10, de abrir, 02 folha, em chapa de aço galvanizado nº24, batente em chapa nº18, classe 90, isolante em manta cerâmica incombustível e=5cm, dobradiças tipo helicoidal em aço 1010/1020, e fechadura reversível sem chave	un	3	3.250,98	9.752,94	24,52 %
10.5.3	COMP-1084	Próprio	Porta corta fogo, 1,20 x 2,10, de abrir, 02 folha, em chapa de aço galvanizado nº24, batente em chapa nº18, classe 90, isolante em manta cerâmica incombustível e=5cm, dobradiças tipo helicoidal em aço 1010/1020, e fechadura reversível sem chave	un	1	2.680,66	2.680,66	24,52 %
10.5.4	COMP-1085	Próprio	BARRA ANTIPÂNICO PARA PORTA CORTA FOGO	UN	4	796,06	3.184,24	24,52 %
10.6	REDE DE HIDRANTES						7.832,96	
10.6.1	ABRIGOS PARA HIDRANTE						4.431,30	
10.6.1.1	COMP-0978	Próprio	ABRIGO PARA HIDRANTE, 90X60X17CM, COM REGISTRO GLOBO ANGULAR 45 GRAUS 2 1/2". ADAPTADOR STORZ 2 1/2". MANGUEIRA DE INCÊNDIO TIPO 2 DE 1 1/2" E 30M. REDUÇÃO 2 1/2 X 1 1/2", CHAVE STORZ DUPLA 2.1/2 X 1.1/2 ALUMINIO E ESGUICHO EM LATÃO 1 1/2". FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	2	2.215,65	4.431,30	24,52 %
10.6.2	TUBOS E CONEXÕES						3.401,66	
10.6.2.1	92367	SINAPI	TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, DN 65 (2 1/2"), CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 12/2015	M	35	80,21	2.807,35	24,52 %
10.6.2.2	92390	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, EM FERRO GALVANIZADO, DN 65 (2 1/2"), CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 12/2015	UN	4	110,73	442,92	24,52 %
10.6.2.3	92642	SINAPI	TÊ, EM FERRO GALVANIZADO, CONEXÃO ROSQUEADA, DN 65 (2 1/2"), INSTALADO EM REDE DE ALIMENTAÇÃO PARA HIDRANTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_ 12/2015	UN	1	151,39	151,39	24,52 %
11	LIMPEZA FINAL						2.338,15	
11.1	COMP-0127	Próprio	LIMPEZA GERAL	m²	527,8	4,43	2.338,15	24,52 %
12	EQUIPAMENTOS - INCIDE BDI DIFERENCIADO 16,02%						793.717,57	
12.1	EQUIPAMENTOS DE AUTOMAÇÃO (NOBREAK E ITENS DE INFORMÁTICA)						258.359,53	
12.1.1	COMP-1259	Próprio	Smart TV LED 43" Full HD. 3 HDMI 2 USB Wi-Fi - FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO	UN	4	1.425,96	5.703,84	16,02 %
12.1.2	COMP-1261	Próprio	Estação de operação I7, 8GB RAM, 1TB HD, 2 Placa de Rede 100/1GB, Video HDMI 2 saída - FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO	UN	1	5.591,00	5.591,00	16,02 %
12.1.3	COMP-1262	Próprio	Notebook I7 8GB RAM, 1TB HD, Windows 10 Professional, Placa de Rede, Matriz 15 polegadas - FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO	UN	1	3.545,22	3.545,22	16,02 %
12.1.4	COMP-1253	Próprio	Nobreak Senoidal Inteligente 20KVA - ENTRADA 380VAC / SAÍDA 220 VAC - AUTONOMIA DE 1 HORA - SOMENTE FORNECIMENTO	UN	1	50.926,27	50.926,27	16,02 %
12.1.5	COMP-1768	Próprio	Servidor Intel Xeon Silver 4110 32Gb x8 480Gb x2 - FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO	UN	4	48.148,30	192.593,20	16,02 %
12.2	EQUIPAMENTOS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS						123.705,82	
12.2.1	COMP-1250	Próprio	NOBREAK TRIFÁSICO (3F+N+T) 30 KVA 380/220 V 60Hz, COM CHAVEAMENTO, ALTO RENDIMENTO E FATOR DE POTÊNCIA 0,99 - FORNECIMENTO	UN	2	61.852,91	123.705,82	16,02 %
12.3	EQUIPAMENTOS HVAC						261.167,48	
12.3.1	COMP-1054	Próprio	VENTILADOR CENTRIFUGO – VAZÃO 900M³/H - 60mmCA - MOTOR POT. 0,5 Kw - Ø3 / 380V-60Hz - MOD: RLS-224 - REF: SOLER PALAU (OTAM) OU EQUIVALENTE TÉCNICO. TAG.; EX-PD-02, EX-PD-04 - SOMENTE FORNECIMENTO	UN	2	2.145,78	4.291,56	16,02 %

12.3.2	COMP-1055	Próprio	VENTILADOR CENTRIFUGO – VAZÃO 600M³/H - 60mmCA - MOTOR POT. 0,3 Kw - Ø3 / 380V-60Hz - MOD: RLS-200 - REF: SOLER PALAU (OTAM) OU EQUIVALENTE TÉCNICO. TAG: EX-PD-01, EX-PD-06, EX-PD-05, EX-PD-03, EX-PD-03A - SOMENTE FORNECIMENTO	UN	5	2.092,81	10.464,05	16,02 %
12.3.3	COMP-0198	Próprio	Inversor de Frequência Trifásico 13,5A 380-440V modelo de referência CFW701A13P5T4DB20C3 WEG ou equivalente técnico - somente fornecimento	un	1	4.154,90	4.154,90	16,02 %
12.3.4	COMP-0199	Próprio	Inversor de Frequência Trifásico 3,6A 380-440V - modelo de referência CFW701A03P6T4DB20C3 WEG ou equivalente técnico - SOMENTE FORNECIMENTO	un	2	3.205,95	6.411,90	16,02 %
12.3.5	COMP-0200	Próprio	Inversor de Frequência Trifásico 38A 380-440V - modelo de referência CFW701C38P0T4DB20C3 WEG ou equivalente técnico - SOMENTE FORNECIMENTO	un	1	10.354,77	10.354,77	16,02 %
12.3.6	COMP-0202	Próprio	Inversor de Frequência Trifásico 3,6A 380-440V - modelo de referência CFW701A03P6T4DB20C3 WEG ou equivalente técnico - SOMENTE FORNECIMENTO	un	4	3.205,95	12.823,80	16,02 %
12.3.7	COMP-0203	Próprio	Inversor de Frequência Trifásico 13,5A 380-440V - modelo de referência CFW701A13P5T4DB20C3 WEG ou equivalente técnico- SOMENTE FORNECIMENTO	un	1	4.154,90	4.154,90	16,02 %
12.3.8	COMP-1051	Próprio	UTA 26 - UNIDADE DE TRATAMENTO DE AR DO TIPO EXPANSÃO INDIRETA - MODULAR – MÓDULO ADMISSÃO/CAIXA DE MISTURA: VAZÃO DE INSUFLAMENTO 8.800 m³/h – VAZÃO DE RETORNO 8.040 m³/h – VAZÃO DE AR EXTERNO 760 m³/h – VELOC. DE FACE 2,16m/s; PRESSÃO ESTÁTICA DE INSUF. 350 Pa – PRESSÃO ESTÁTICA DE RET. 350 Pa – DAMPERS RETORNO E AR EXTERNO PARA MOTORIZAÇÃO; MÓDULO FILTRO: GROSSO E FINO – CLASSE G4 PLANO + CLASSE M5 PLANO – PRESSÃO INICIAL 179 Pa - PRESSÃO FINAL 500 Pa – PRESSÃO ADOTADA 350 Pa, PORTA ACESSO ANTES E DEPOIS DO FILTRO, C/ MONITOR DIGITAL DE PRESSÃO DIFERENCIAL 2000Pa 24 V- SAÍDA 0-10VDC; MÓDULO RESFRIAMENTO: CAP. TÉRMICA TOTAL 63,8 KW – CALOR SENSÍVEL 39,92 KW, VAZÃO AR 8.800 m³/h - TBSE 25,8° C TBSS 12 °C, VAZÃO AAG 6,7 m³/h – TE 5°C TS 10°C – VELO. 0,85 m/s – PERDA DE CARGA 1,082 mmCA, 01 (UMA) SERPENTINA - TUBO COBRE ALETA DE ALUMÍNIO - 6R-8FPI – 18 CIRCUITOS – Ø 2" - BANDEJA DE CONDENSADO AÇO INOX; MÓDULO AQUECIMENTO: MÓDULO VENTILADOR: TIPO CENTRIFUGO LIMIT LOAD ACIONAMENTO POLIA E CORREIAS EM "V", MODELO RLD-450L, EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADA – VAZÃO DE AR 8.800 m³/h – PRESSÃO TOTAL 1350 Pa – 2025 RPM – POTÊNCIA 7,5 CV 2P – Ø3 220/380V-60HZ – BASE DE APOIO E AMORTECEDORES DE ANTIVIBRAÇÃO – CONSUMO ELÉTRICO 5,6 KW; TODOS OS MÓDULOS C/ PORTA DE INSPEÇÃO LATERAL, TRINCOS DAS PORTAS C/ DISPOSITIVO DE APERTO GRADATIVO C/ 02 TRINCOS POR PORTA NO MÍNIMO – ABERTURA P/O LADO EXTERNO INDEPENDENTE DA PRESSÃO, VEDAÇÃO DE BORRACHA EPDM C/ POROS SELADOS, PAINÉIS TIPO SANDWICH POR CHAPA/ISOLAMENTO POLIURETANO INJETADO ISENTO DE CFC/CHAPA PINTADOS INTERNO E EXTERNAMENTE NA COR BRANCA RAL 9003, BASE EM CHAPA E PERFIL DE AÇO GALVANIZADO - SOMENTE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO	UN	1	91.612,07	91.612,07	16,02 %
12.3.9	COMP-1052	Próprio	UTA 27 - ADAPTAÇÃO EM EQUIPAMENTO EXISTENTE - UNIDADE DE TRATAMENTO DE AR DO TIPO EXPANSÃO INDIRETA - MODULAR – INCLUIR NA UNIDADE EXISTENTE: MÓDULO RESFRIAMENTO: 01 (UMA) SERPENTINA - TUBO COBRE ALETA DE ALUMÍNIO - 6R-12FPI – 36 CIRCUITOS – COMPRIMENTO 1660mm- ALTURA 1372mm - DIÂMETRO COLETOR Ø 2 ½" - BANDEJA DE CONDENSADO AÇO INOX, CAP. TÉRMICA TOTAL 146,01 KW – CALOR SENSÍVEL 97,17 KW - CALOR ALTENTE 48,73KW - VAZÃO AR 19.000 m³/h - TBSE 25,8 °C TBSS 10,55 °C, VAZÃO AAG 22,77 m³/h – TE 5°C TS 10,5°C – VELO. 1,0 m/s – PERDA DE CARGA 14,5 KPa; ; MÓDULO AQUECIMENTO: 01 (UMA) SERPENTINA - TUBO COBRE ALETA DE ALUMÍNIO – 2R-10FPI – 09 CIRCUITOS - CAP. TÉRMICA 80 KW – TBSE 10,5 °C TBSS 22,5 °C – UMIDADE RELATIVA SAÍDA 45%, FLUIDO VAPOR VAZÃO m³/h – PRESSÃO 2,5Kg/cm²; ; SUBSTITUIR O MÓDULO DE RESISTÊNCIA EXISTENTE POR: MÓDULO RESISTÊNCIA AQUECIMENTO: 220V-60Hz, 96 Kw – TUBOS E ALETAS METÁLICAS – CAIXA DE BORNES LADO ESQUERDO; MÓDULO VENTILADOR: TIPO PLENUM FAN ACIONAMENTO DIRETO, MODELO ER63C, EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADA – VAZÃO DE AR 19.000m³/h – PRESSÃO TOTAL 1.569 Pa – 2020 RPM – POTÊNCIA 20 CV 4P – Ø3 220/380V-60HZ – BASE DE APOIO E AMORTECEDORES DE ANTIVIBRAÇÃO – CONSUMO ELÉTRICO 13,1 KW; MÓDULOS DEVERÃO SER ADAPTADOS/SUBSTITUÍDOS EM UNIDADE EXISTENTE MODELO 205DX – TROX DO BRASIL – N° SÉRIE 238012/01-1 - SOMENTE FORNECIMENTO DE PEÇAS	UN	1	74.149,62	74.149,62	16,02 %
12.3.10	COMP-1053	Próprio	UTA 28 - UNIDADE DE TRATAMENTO DE AR DO TIPO EXPANSÃO INDIRETA - MODULAR – MÓDULO ADMISSÃO/CAIXA DE MISTURA: VAZÃO DE INSUFLAMENTO 8.800 m³/h – VAZÃO DE RETORNO 8.040 m³/h – VAZÃO DE AR EXTERNO 760 m³/h – VELOC. DE FACE 2,16m/s; PRESSÃO ESTÁTICA DE INSUF. 350 Pa – PRESSÃO ESTÁTICA DE RET. 350 Pa – DAMPERS RETORNO E AR EXTERNO PARA MOTORIZAÇÃO; MÓDULO FILTRO: GROSSO E FINO – CLASSE G4 PLANO + CLASSE M5 PLANO – PRESSÃO INICIAL 179 Pa - PRESSÃO FINAL 500 Pa – PRESSÃO ADOTADA 350 Pa, PORTA ACESSO ANTES E DEPOIS DO FILTRO, C/ MONITOR DIGITAL DE PRESSÃO DIFERENCIAL 2000Pa 24 V- SAÍDA 0-10VDC; MÓDULO RESFRIAMENTO: CAP. TÉRMICA TOTAL 63,8 KW – CALOR SENSÍVEL 39,92 KW, VAZÃO AR 8.800 m³/h - TBSE 25,8° C TBSS 12 °C, VAZÃO AAG 6,7 m³/h – TE 5°C TS 10°C – VELO. 0,85 m/s – PERDA DE CARGA 1,082 mmCA, 01 (UMA) SERPENTINA - TUBO COBRE ALETA DE ALUMÍNIO - 6R-8FPI – 18 CIRCUITOS – Ø 2" - BANDEJA DE CONDENSADO AÇO INOX; MÓDULO AQUECIMENTO: MÓDULO VENTILADOR: TIPO CENTRIFUGO LIMIT LOAD ACIONAMENTO POLIA E CORREIAS EM "V", MODELO RLD-450L, EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADA – VAZÃO DE AR 8.800 m³/h – PRESSÃO TOTAL 1350 Pa – 2025 RPM – POTÊNCIA 7,5 CV 2P – Ø3 220/380V-60HZ – BASE DE APOIO E AMORTECEDORES DE ANTIVIBRAÇÃO – CONSUMO ELÉTRICO 5,6 KW; TODOS OS MÓDULOS C/ PORTA DE INSPEÇÃO LATERAL, TRINCOS DAS PORTAS C/ DISPOSITIVO DE APERTO GRADATIVO C/ 02 TRINCOS POR PORTA NO MÍNIMO – ABERTURA P/O LADO EXTERNO INDEPENDENTE DA PRESSÃO, VEDAÇÃO DE BORRACHA EPDM C/ POROS SELADOS, PAINÉIS TIPO SANDWICH POR CHAPA/ISOLAMENTO POLIURETANO INJETADO ISENTO DE CFC/CHAPA PINTADOS INTERNO E EXTERNAMENTE NA COR BRANCA RAL 9003, BASE EM CHAPA E PERFIL DE AÇO GALVANIZADO - SOMENTE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO	UN	1	42749,91 (16.02%)	42.749,91	16,02 %
12.4	EQUIPAMENTOS DE AUTOMAÇÃO - CONTROLADOR LÓGICO PROGRAMÁVEL E COLETOR DE DADOS						150.484,74	
12.4.1	COMP-1280	Próprio	Módulo CPU com porta de comunicação Ethernet pelo menos 2mb de memória expansível, Fonte Embulida de 24VDC - MODELO DE REFERÊNCIA Controlador PFC200 2 geração 2 x ETHERNET, RS-232/485 cinza claro, WAGO OU EQUIVALENTE TÉCNICO - SOMENTE FORNECIMENTO	UN	3	16.610,09	49.830,27	16,02 %
12.4.2	COMP-1281	Próprio	Modulos de Sinal Entrada Digital, 24VDC Transistor, 16 pontos por módulo, Tipo Sync, sem proteção interna - SOMENTE FORNECIMENTO	UN	7	1.555,45	10.888,15	16,02 %
12.4.3	COMP-1282	Próprio	Modulos de Sinal Saída Digital, 24VDC Transistor, 16 pontos por módulo, Tipo Sync ou Source, sem proteção interna - SOMENTE FORNECIMENTO	UN	5	1.767,33	8.836,65	16,02 %
12.4.4	COMP-1283	Próprio	Modulos de Sinal Entrada Analógica, 4 a 20mA, sendo pelo menos 4 pontos por módulo, isolamento galvanica - SOMENTE FORNECIMENTO	UN	5	3.482,50	17.412,50	16,02 %
12.4.5	COMP-1284	Próprio	Modulos de Sinal Saída Analógica, 0 a 10V ou 4 a 20mA, sendo pelo menos 4 pontos por módulo, isolamento galvanica - SOMENTE FORNECIMENTO	UN	8	3.394,37	27.154,96	16,02 %
12.4.6	COMP-1668	Próprio	Coletor de dados Ethernet Modbus-TCP + Porta Modbus-RTU com memória interna - SOMENTE FORNECIMENTO	UN	3	3.778,59	11.335,77	16,02 %
12.4.7	COMP-0205	Próprio	Modulos para comunicação Modbus-RTU - SOMENTE FORNECIMENTO	UN	3	238,75	716,25	16,02 %
12.4.8	COMP-1764	Próprio	SOFTWARE DE EDIÇÃO PARA PLC - REF: e!COCKPIT	UN	1	24.310,19	24.310,19	16,02 %
						Totais ->	R\$ 3.573.365,60	
							R\$ 2.958.296,57	
							R\$ 615.069,03	
							R\$ 3.573.365,60	

ANEXO E – CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO

ANEXO V CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO								
PROPRIETÁRIO:	LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO - GOVERNADOR MIGUEL ARRAS (LAFEPE)					DATA:	24/07/20	
OBRA:	REFORMA, AMPLIAÇÃO, INSTALAÇÃO E AUTOMAÇÃO DA CLIMATIZAÇÃO (HVAC) DO PRÉDIO DA COORDENADORIA PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO – P&D					REVISÃO:	8	
ENDEREÇO:	LARGO DE DOIS IRMÃOS, 1117, DOIS IRMÃOS, RECIFE, PE							
Item	Serviços	Valor (R\$)	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
								TOTAL

1	GERAL	339.063,78		42.847,17	49.328,71	67.116,25	64.338,44	56.369,79	59.063,42	339.063,78
1.1	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	280.586,31	P	13.608,44	20.089,98	67.116,25	64.338,44	56.369,79	59.063,42	280.586,31
				% 4,85%	7,16%	23,92%	22,93%	20,09%	21,05%	
1.2	CANTEIRO DE OBRAS	58.477,47	P	29.238,74	29.238,74	0,00	0,00	0,00	0,00	58.477,47
				% 50,00%	50,00%					
2	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS	17.921,54		17.921,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.921,54
		17.921,54	P	17.921,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.921,54
				% 100,00%						
3	ESTRUTURA	321.160,38		69.216,32	128.773,37	121.142,40	2.028,30	0,00	0,00	321.160,38
3.1	FUNDAÇÃO	19.318,54	P	9.659,27	9.659,27	0,00	0,00	0,00	0,00	19.318,54
				% 50,00%	50,00%	0,00%				
3.2	ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO	215.243,16	P	43.048,63	86.097,26	86.097,26	0,00	0,00	0,00	215.243,16
				% 20,00%	40,00%	40,00%				
3.3	COBERTURA METÁLICA	63.512,73	P	12.702,55	25.405,09	25.405,09	0,00	0,00	0,00	63.512,73
				% 20,00%	40,00%	40,00%				
3.4	ESCADA METÁLICA	19.029,36	P	3.805,87	7.611,74	7.611,74	0,00	0,00	0,00	19.029,36
				% 20,00%	40,00%	40,00%				
3.5	FUROS TÉCNICOS E BASES DE CONCRETO UTA'S PAV. TÉCNICO	4.056,59	P	0,00	0,00	2.028,30	2.028,30	0,00	0,00	4.056,59
				%		50,00%	50,00%			
4	ARQUITETURA	1.222.387,02		0,00	8.604,71	544.910,83	282.579,47	323.962,69	62.329,32	1.222.387,02
4.1	ALVENARIA E DIVISÓRIAS	47.180,20	P	0,00	4.718,02	23.590,10	9.436,04	9.436,04	0,00	47.180,20
				%	10,00%	50,00%	20,00%	20,00%		
4.2	PAINEL E FORRO TIPO SALA LIMPA (INCIDE BDI DIFERENCIADO)	560.512,81	P	0,00	0,00	280.256,41	112.102,56	168.153,84	0,00	560.512,81
				%		50,00%	20,00%	30,00%		
4.3	ESQUADRIAS, VERGAS E CONTRAVERGAS	19.433,47	P	0,00	3.886,69	0,00	0,00	15.546,78	0,00	19.433,47
				%	20,00%			80,00%		
4.4	BANCADAS, LOUÇAS, METAIS E DIVERSOS	88.549,01	P	0,00	0,00	0,00	0,00	44.274,51	44.274,51	88.549,01
				%				50,00%	50,00%	
4.5	REVESTIMENTOS ARGAMASSADOS	31.821,55	P	0,00	0,00	22.275,09	9.546,47	0,00	0,00	31.821,55
				%		70,00%	30,00%			
4.6	PISOS	216.476,24	P	0,00	0,00	151.533,37	64.942,87	0,00	0,00	216.476,24
				%		70,00%	30,00%			
4.7	PINTURA	90.274,07	P	0,00	0,00	0,00	36.109,63	36.109,63	18.054,81	90.274,07
				%			40,00%	40,00%	20,00%	
4.8	COBERTURA	168.139,67	P	0,00	0,00	67.255,87	50.441,90	50.441,90	0,00	168.139,67
				%		40,00%	30,00%	30,00%		
5	INSTALAÇÕES AUTOMAÇÃO	481.454,18		0,00	0,00	96.290,84	96.290,84	240.727,09	48.145,42	481.454,18
		481.454,18	P	0,00	0,00	96.290,84	96.290,84	240.727,09	48.145,42	481.454,18
				%		20,00%	20,00%	50,00%	10,00%	
6	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	103.814,01		0,00	0,00	50.018,00	50.940,74	1.586,26	1.269,01	103.814,01
6.1	QUADROS ELÉTRICOS E NOBREAKS	2.131,08	P	0,00	0,00	0,00	213,11	1.065,54	852,43	2.131,08
				%			10,00%	50,00%	40,00%	
6.2	DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO	1.041,44	P	0,00	0,00	0,00	104,14	520,72	416,58	1.041,44
				%			10,00%	50,00%	40,00%	
6.3	ELETRODUTOS	1.992,00	P	0,00	0,00	996,00	996,00	0,00	0,00	1.992,00
				%		50,00%	50,00%			
6.4	TOMADAS	1.644,50	P	0,00	0,00	822,25	822,25	0,00	0,00	1.644,50
				%		50,00%	50,00%			
6.5	CABOS	68.215,50	P	0,00	0,00	34.107,75	34.107,75	0,00	0,00	68.215,50
				%		50,00%	50,00%			
6.6	CAIXAS DE PASSAGEM	1.009,14	P	0,00	0,00	201,83	807,31	0,00	0,00	1.009,14
				%		20,00%	80,00%			
6.7	LUMINÁRIAS	27.780,35	P	0,00	0,00	13.890,18	13.890,18	0,00	0,00	27.780,35
				%		50,00%	50,00%			
7	INSTALAÇÕES DE CFTV, LÓGICA E TELEFONIA	35.480,38		0,00	0,00	5.457,96	12.309,64	13.886,14	3.826,64	35.480,38
7.1	CABEAMENTOS E ACESSÓRIOS	11.418,31	P	0,00	0,00	1.141,83	1.141,83	6.850,99	2.283,66	11.418,31
				%		10,00%	10,00%	60,00%	20,00%	
7.2	RACK E ACESSÓRIOS	10.590,16	P	0,00	0,00	0,00	5.295,08	4.236,06	1.059,02	10.590,16
				%			50,00%	40,00%	10,00%	
7.3	TOMADAS	4.839,66	P	0,00	0,00	0,00	2.419,83	1.935,86	483,97	4.839,66
				%			50,00%	40,00%	10,00%	
7.4	ELETROCALHAS	5.449,49	P	0,00	0,00	2.724,75	2.179,80	544,95	0,00	5.449,49
				%		50,00%	40,00%	10,00%		
7.5	ELETRODUTOS E ACESSÓRIOS	3.182,76	P	0,00	0,00	1.591,38	1.273,10	318,28	0,00	3.182,76
				%		50,00%	40,00%	10,00%		
8	INSTALAÇÕES MECÂNICAS E DE UTILIDADES	185.546,81		0,00	0,00	111.328,09	74.218,72	0,00	0,00	185.546,81
8.1	INSTALAÇÕES DE AR-CONDICIONADO	185.546,81	P	0,00	0,00	111.328,09	74.218,72	0,00	0,00	185.546,81
				%	0,00%	60,00%	40,00%			
9	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	27.922,06		0,00	5.584,41	8.376,62	13.961,03	0,00	0,00	27.922,06
9.1	ÁGUA FRIA	7.148,87	P	0,00	1.429,77	2.144,66	3.574,44	0,00	0,00	7.148,87
				%	20,00%	30,00%	50,00%			
9.2	ESGOTO	9.331,74	P	0,00	1.866,35	2.799,52	4.665,87	0,00	0,00	9.331,74
				%	20,00%	30,00%	50,00%			
9.3	ÁGUA PLUVIAL E DRENAGEM SUPERFICIAL	11.441,45	P	0,00	2.288,29	3.432,44	5.720,73	0,00	0,00	11.441,45
				%	20,00%	30,00%	50,00%			
10	INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO, DETECÇÃO E COMBATE CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO	42.559,72		0,00	5.160,99	16.118,87	21.279,86	0,00	0,00	42.559,72
10.1	SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA	1.636,56	P	0,00	327,31	490,97	818,28	0,00	0,00	1.636,56
				%	20,00%	30,00%	50,00%			
10.2	ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA	339,84	P	0,00	67,97	101,95	169,92	0,00	0,00	339,84
				%	20,00%	30,00%	50,00%			
10.3	EXTINTORES	1.244,43	P	0,00	248,89	373,33	622,22	0,00	0,00	1.244,43
				%	20,00%	30,00%	50,00%			
10.4	ALARME DE INCÊNDIO E DETECTORES DE FUMAÇA	14.751,15	P	0,00	2.950,23	4.425,35	7.375,58	0,00	0,00	14.751,15
				%	20,00%	30,00%	50,00%			
10.5	PORTA CORTA FOGO	16.754,78	P	0,00	0,00	8.377,39	8.377,39	0,00	0,00	16.754,78
				%		50,00%	50,00%			
10.6	REDE DE HIDRANTES	7.832,96	P	0,00	1.566,59	2.349,89	3.916,48	0,00	0,00	7.832,96
				%	20,00%	30,00%	50,00%			
11	LIMPEZA FINAL	2.338,15		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.338,15	2.338,15
		2.338,15	P	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.338,15	2.338,15
				%					100,00%	
12	EQUIPAMENTOS - INCIDE BDI DIFERENCIADO 16,02%	793.717,57		0,00	0,00	0,00	192.969,85	203.888,94	396.858,79	793.717,57
12.1	EQUIPAMENTOS DE AUTOMAÇÃO (NOBREAK E ITENS DE INFORMÁTICA)	258.359,53	P	0,00	0,00	0,00	77.507,86	51.671,91	129.179,77	258.359,53
				%			30,00%	20,00%	50,00%	
12.2	EQUIPAMENTOS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	123.705,82	P	0,00	0,00	0,00	37.111,75	24.741,16	61.852,91	123.705,82
				%			30,00%	20,00%	50,00%	
12.3	EQUIPAMENTOS HVAC	261.167,48	P	0,00	0,00	0,00	78.350,24	52.233,50	130.583,74	261.167,48
				%			30,00%	20,00%	50,00%	
12.4	EQUIPAMENTOS DE AUTOMAÇÃO - CONTROLADOR LÓGICO PROGRAMÁVEL E COLETOR DE DADOS	150.484,74	P	0,00	0,00	0,00	0,00	75.242,37	75.242,37	150.484,74

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

OBJETO: Contratação de empresa de Engenharia para Execução dos Serviços de Reforma, Ampliação, Instalação e Automação da Climatização (HVAC) do Prédio da Coordenadoria Pesquisas e Desenvolvimento – P&D do Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes S/A – LAFEPE, Recife/PE.

O abaixo assinado, _____, Portador da Carteira de Identidade N° _____, CPF ° _____, na qualidade de responsável legal pela empresa _____, vem, indicar a vossa senhoria o(s) profissional(is) Responsável(is) Técnico(s), de acordo com a Lei Federal n.º 5.194/66 e com as Resoluções n.º 218/73 e n.º 317/83 do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia e Agronomia com a Lei Federal n.º 12.378/2010, caso venhamos a vencer a referida licitação.

Engenheiro Responsável Técnico pelos serviços contratados:

Nome:

CREA:

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Os referidos responsáveis registrarão as Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs no CREA, conforme preceitua o artigo 1º da Lei Federal n.º 6.496/77 e o artigo 20 da Lei Federal n.º 5.194/66, antes do início da obra, ficando sujeito a aplicação de penalidades previstas na legislação vigente e no Edital da presente licitação.

Recife, de _____ de 2020.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA OU DO LÍDER DO CONTRATO

ANEXO J

FOTO DA LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Jose Ximenes Menelau**, em 16/10/2020, às 14:58, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9239437** e o código CRC **20E72DB5**.

Referência: Processo nº 0060407848.000112/2020-46

SEI nº 9239437